Torturas provocam reação estudantil no Recife (Pág. 12)

EM TEMPO:

SEMANÁRIO NACIONAL — NÚMERO 12 — Cr$ 10,00 — 22/28 DE MAIO DE 1978

A GRANDE GREVE DO ABC

30 mil operários de São Paulo param as máquinas e exigem aumento salarial.

DIÁRIO DO GRANDE ABC

As fábricas da região paulista do ABC, o maior centro industrial do país, viveram esta semana um desafio. Pelo menos 30 mil operários pararam as máquinas em 15 empresas e exigiram 20% de aumento salarial imediato. A extensão do movimento surpreendeu os próprios trabalhadores. "Quase chorei quando não ouvi barulho nenhum dentro da fábrica. Foi bonito", conta um metalúrgico da Ford.

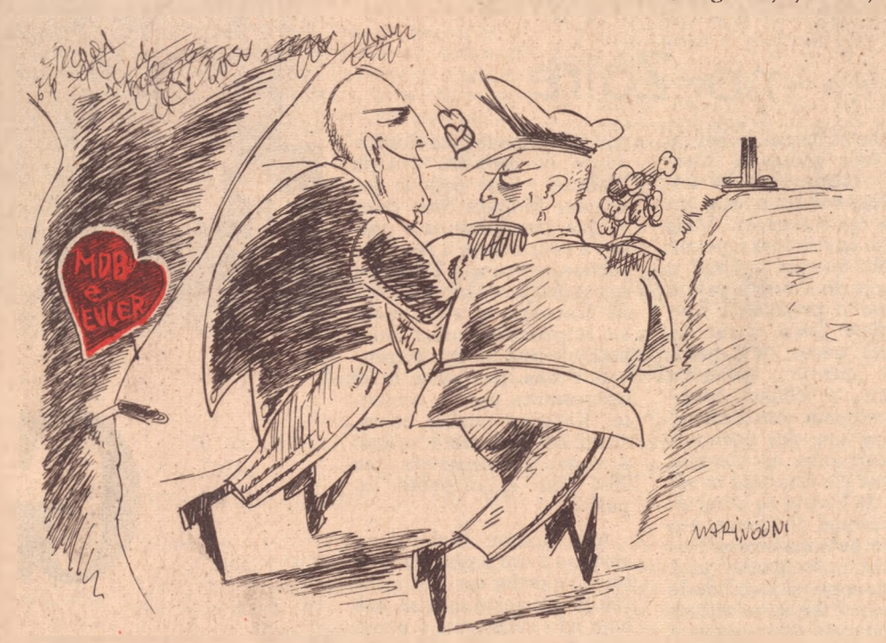
Balanço: começou na Saab-Scania, dia 12, incluindo 2.500 empregados da linha de produção. Estendeu-se para a Ford a outros 9.500. E atingiu ainda 10 mil na Mercedes Benz, 4 mil na Volkswagen, 2 mil na Philips, 1.100 na Perkins, 800 na Otis, 800 na Semer, 150 na Cofap. No fechamento desta edição, informava-se de paralisações na Pirelli, Schuler, Fabrini, Cyma, Ferma, Artep, sem haver contudo números precisos ainda.

Com vários dias de indecisão, o governo lançou mão do Tribunal Regional do Trabalho para considerar ilegais as paralisações do ABC, como contrárias à lei 4 330, baixada em 1º de junho de 1964 para impedir movimentos grevistas. Contudo, os fatos da semana assinalam o exato momento em que o direito de greve deixa de ser apenas uma bandeira nas mãos da classe trabalhadora. (Págs. 3,5,6 e 7).

Música sertaneja classe A

Tomara que seja verdade que exista
mesmo disco voador/ Que seja um povo
inteligente pra trazer pra gente a
paz e o amor/ Se for pro bem
da humanidade que felicidade
esta intervenção/ (...)Senhor que é todo
poderoso fez este colosso suspenso no ar/
Por que não pode ter criado um mundo
afastado da terra e do mar/ (...) Quem tem
um filho pode ter mais filhos/
O Senhor também pode ter outros mundos

A música sertaneja com depoimentos de artistas , na pág. 8



Crise militar põe MDB no centro da jogada

"Constituinte com Euler" - esta proposta vem sendo intensamente discutida dentro do MDB, onde tem conquistado fortes adesões. Lideranças do partido de oposição, avaliando o momento político, acham que o partido está com a bola nos pés, podendo jogar "um decisivo papel na questão sucessória". Até onde irá o compromisso do MDB com a candidatura Euler Bentes Monteiro? E até onde irá o compromisso do general com o MDB? pag. 3

França: a explosão de Maio.

Por que tanto ódio do Maio de 1968 na França? Que temem os defensores do Estado Forte? Qual a razão de tanta tinta gasta pela grande imprensa para deturpar os fatos? Três professores da Universidade de Campinas (SP), presentes aos acontecimentos de 68 em Paris, debatem sobre o significado e as consequências daquele movimento. (Págs. 9 e 10)

Scania promete e não cumpre Pag. 6

Seca: os bóias-frias passam por Sorocaba.

Pág. 12

"Candidatos Populares" já têm Comitês

(Pág. 4)

CENSURA PRÉVIA

O São Paulo Movimento Tribuna da Imprensa

Nós, jornalistas e leitores, denunciamos.

Jornais e Jornalistas

1 O semanário "O São Paulo", que havia impetrado mandado de segurança visando pôr fim à censura prévia a que está submetido vai continuar sendo cortado. O Supremo Tribunal Federal a quem o mandado havia sido impetrado, simplesmente "não o conheceu", por unanimidade. Esse "não conhecimento" implica na negação do mandado, sem que ao menos seja examinado o seu mérito. A justificativa para essa decisão foi que o jornal foi colocado sob censura prévia através de despacho do presidente Médici com base no AI-5. Portanto, os juízes do supremo entendem que essa questão está completamente fora de discussão. E não a discutiram. Apenas "não a conheceram".

2 "Nota Oficial: A sucursal de EM TEMPO, em Belo Horizonte, vem a público protestar contra a detenção de dois de seus colaboradores - Jair Tadeu da Fonseca e Maria Dolores Lemos dos Santos - sexta-feira última, dia 5 de maio, nesta cidade. A detenção, feita por uma viatura da Polícia Militar, ocorreu na rua Curitiba, esquina de Tamoios numa fila de ônibus, quando os dois se preparavam para voltar para casa. Jair foi colocado no camburão e Maria Dolores na boléia e a viatura continuou a fazer a ronda, conduzindo-os à Secretaria de Segurança Pública, na Praça da Liberdade, duas horas depois, às 5h30m da manhã. Na Secretaria, após 5 horas de espera, foram finalmente libertados, ficando sem os jornais que portavam (...)"

3 A chapa de Oposição Sindical dos jornalistas profissionais do Rio de Janeiro está sob ameaça de sofrer onze impugnações. A iniciativa partiu, oficialmente, de um associado: Emiliano Castor de Menezes, um ex-policial, jornalista empregado em O Globo, que na época do governo Médici cobria a área militar. Segundo testemunho de seus colegas de redação, Emiliano datilografou o pedido de impugnação na própria máquina do sindicato, a mesma onde são datilografadas as cópias do Boletim Sindical. O escândalo está em que o presidente do sindicato, José Machado, aceitou a denúncia, dando prazo de cinco dias para que os diversos impugnados apresentem contra-razões.

Mas contra-razões contra o quê? Os termos das impugnações são verdadeiramente policialescos. O candidato da Oposição à presidência do sindicato, Carlos Alberto de Oliveira, é acusado de ter sido preso, anos atrás, em Salvador. André Motta Lima e Fichel David Chargel, também integrantes da chapa oposicionista, teriam sido impugnados, de acordo com a denúncia, por estarem indiciados em processos que tramitam na Justiça Militar; Sueli Caldas, por ter sofrido prisão celular no Rio, recentemente; Carlos de Laet, Ricardo Gontijo, Gumercindo Pedroza Filho e Arnaldo César Jacob, por não terem apresentado documentos comprobatórios de exercício da profissão; Argemiro Ferreira, Ziraldo e Paulo César de Araujo, por terem sido presos várias vezes para responder a inquéritos policiais, "ignorando o impugnante o resultado das investigações".

Os candidatos da Oposição Sindical receberam o aviso do prazo que têm para defender-se da impugnação policialesca por telegramas anônimos. E estão resolvidos a levar a questão até o fim: a derrota de Zé Machado. Com ou sem a ajuda de Emiliano Dedo-Duro.

E a Scania, de onde vem?

Na Suécia, a SAAB, grupo que controla a Scania, é apenas uma das empresas do conglomerado, que emprega mais de 150 mil pessoas, de propriedade dos Wallenbergs, cujo nome naquele país é sinônimo de capitalismo. Os Wallenbergs são uma das 15 famílias, entre elas a nossa conhecida Johnson, que controlam 20% do total das indústrias do país, conhecido como modelo de social-democracia, onde 90% das indústrias estão nas mãos de particulares, segundo estudo realizado pelo governo sueco.

C.H. Hermansson, ex-líder do PC sueco, que tem estudado essa questão, diz: "A concentração do poder econômico expandiu-se, não tendo sido observado nenhum indício de descentralização desse poder. Isso significa que os grupos de poder, totalmente fora do controle público, decidem se devem produzir ou não, fechar empresas ou aumentar investimentos. O resultado de tudo isso é que esses grupos exercem grande influência sobre a vida da maioria do povo".

É fundamentado nessas teses, que Hermansson, junto com a ala radical da Central Sindical Sueca, está contestando a proposta do Partido Democrata Cristão de criação de um fundo para os trabalhadores com 20% dos lucros das empresas com mais de 500 empregados, que seria controlado pelo governo e por representantes dos sindicatos. Hermansson e essa ala da Central Sindical entendem que esse fundo se transformaria numa rede, só servindo então para manter os trabalhadores ainda mais atrelados aos patrões, ainda que com um salário um pouco maior. Em outras palavras, a relação patrão-empregado estaria mantida.

No entanto o Partido Social-Democrata, apoiado por alas reformistas da Central Sindical é contrário a essa posição, afirmando que o importante é aproximar os assalariados da administração das empresas! **(S.A. JBB)**

Os cães e as autoridades

O governador da Bahia, Roberto Santos, deu uma entrevista à imprensa, onde se pensou que ele fosse esclarecer finalmente a repressão à concentração convocada pelo MDB para a apresentação dos seus candidatos ao Senado, no último dia 13. Mas na verdade ele esclareceu muito pouco. O máximo que chegou a admitir foi a sua total fraqueza, quando afirmou que "a posição assumida pelo secretário de segurança, coronel Luis Artur de Carvalho, se sobrepunha à sua própria autoridade de governador de Estado".

Para o governador, a medida da polícia foi apenas preventiva. Ele revelou o seu grau de "desinformação", ao dizer que não houve violência, no que foi unanimemente repelido pelos repórteres: "O deputado (adesista) Lourival Evangelista foi mordido por um cachorro policial"; "Três estudantes tomaram cassetadas e foram enfiados num camburão". Cercado por todos os lados, Roberto Santos limitou-se a uma risadinha amarela, desculpando-se, "pois tenho que me retirar: os oficiais do EMFA me esperam para uma palestra".

Até o líder do governo no Senado, Eurico Resende, foi mais seguro que ele, ao afirmar que "os cães são utilizados nos países de civilização policial (!) mais avançada. A mordida que o deputado sofreu foi acidental, não foi fruto do dirigismo policial!"

LUCIANO ANDRADE

Intervenções no Zaire

Quatorze meses depois de derrotados graças à intervenção estrangeira, os katangueses voltam a lutar em Shaba (ex-Katanga). Mais uma vez os rebeldes repetem que não querem separar a província do Zaire, mas sim derrubar o presidente Mobutu Sese Seko. Como há quatorze meses, os Estados Unidos intervêm, a França intervém, a Bélgica intervém: entopem com dinheiro e armas um dos governos mais corruptos do planeta, para que ele combata os rebeldes da Frente de Libertação Nacional do Congo, em nome de seus interesses. Novamente, o "ocidente" está inquieto com a possibilidade de o Zaire "tornar-se vítima da ingerência de cubanos e russos". E tome ingerência ocidental!

O Zaire tem uma história trágica. Propriedade particular do rei da Bélgica no século passado, colônia belga em 1908 (sob o nome de Congo), tornou-se independente há dezesseis anos. O primeiro-ministro Patrice Lumumba, progressista, foi assassinado dois meses depois de tomar posse. Os Estados Unidos, a essa altura, apoiavam Moise Tshombe, então primeiro-ministro da província de Katanga e que iniciara um movimento separatista com a ajuda do consórcio belga Union Minière. Após o assassinato, tudo mudou. O poder central foi ocupado pelo comandante do exército Joseph Mobutu – que hoje se faz chamar Mobutu Sese Seko –, que imediatamente passou a contar com o respaldo norte-americano. Tshombe se rendeu e os "gendarmes" de Katanga se refugiaram em Angola. No final, o Zaire permaneceu unido, conservando sua província mais interessante para o ocidente: Katanga produz cobre, zinco, cobalto, prata, urânio e cromo, responsáveis por 65% das exportações do país.

Mas manter Mobutu no governo é um problema. Ele tomou o poder em 1966 através de um golpe militar; até hoje não conseguiu o apoio de nenhuma das tribos do país, e desvia sistematicamente a maior parte do dinheiro que a Cia lhe envia para contas na Suíça. (Conta-se que até a gorjeta de milhares de dólares que foram mandados para o cunhado de Mobutu, Holden Roberto, chefe da FLNA, durante a guerra civil de Angola, acabaram ficando nos bolsos do intermediário, o próprio Mobutu).

No entanto, quem colocar em seu lugar? Passar a apoiar os katangueses, depois de tudo? Arriscado. Substituí-lo por outro títere, de melhor estampa? Possivelmente – mas isso só ocorrerá se os katangueses forem derrotados.

São Domingos

A tentativa de golpe de Estado, ocorrida esta semana na República Dominicana, logo após a realização de eleições gerais, mostrou que as coisas não andam bem para a extrema-direita na América Latina. Durante a contagem dos votos, forças policiais e militares ocuparam o Conselho Eleitoral e carregaram as urnas, declarando que "recontariam os votos". Antes da ocupação, a apuração indicava uma diferença de cerca de 150 mil votos para a oposição social-democrata, liderada pelo fazendeiro do Partido Revolucionário Dominicano, Antonio Guzman. Parecia que o presidente Joaquín Balaguer, candidato à reeleição pela quarta vez, não iria emplacar um novo mandato.

Tudo indica, porém, que a tentativa de golpe frustrou-se. E não faltou a pressão internacional (dos Estados Unidos, diga-se logo) no sentido de jogar um balde d'água fria nas pretensões continuístas de Balaguer e seu "sistema de apoio militar".

Depois de uma campanha eleitoral em que foi permitida inclusive a inscrição de dois partidos de esquerda – o PC dominicano e o Partido Marxista-Leninista –, quando grande parte dos 3 milhões de eleitores foram mobilizados por todos os meios, tornou-se insustentável que, na base da "mão grande", os militares substituíssem o Conselho Eleitoral, mandassem prender o candidato praticamente vitorioso, e recontassem "honestamente os votos".

Governadores de brinquedo

"Chega de brincadeiras" – foi a frase com que Laudo Natel, nomeado futuro governador de São Paulo pelo Palácio do Planalto, recebeu a notícia de uma articulação de ex-governadores contra seu nome e a favor de Sampaio Dória, secretário do governo Paulo Egídio, para "disputar" a convenção da Arena. Não satisfeito, Laudo foi além, invocando a sua condição de "nomeado revolucionário". Em suma: assustado, roncou grosso.

O pacote de governadores, indicados pelo Planalto para as Arenas estaduais referendarem, não agradou ninguém, a não ser os nomeados e os nomeantes. Quando um regime atinge as raias da senilidade biológica, a ocupação de cargos de governo adquire características de pirataria: todo mundo quer meter a mão no bolo antes que ele murche ou periclite. O caso de São Paulo não é isolado: a insatisfação estadual, dos relegados pelo Planalto, é nacional.

Além disso os rumores – depois confirmados – da articulação entre o MDB, militares, e ex-governistas como o ex-ministro Severo Gomes, Magalhães Pinto, trouxe uma insegurança imediata e ainda maior para os empacotantes e os empacotados. A candidatura do MDB a ter um candidato **de fato**, e a candidatura do General Euler a ser este candidato não são fogos de artifício e podem, se a coisa for bem articulada entre a caserna e os civis, virar a mesa em Brasília.

Acreça-se a este quadro a demonstração cabal que a nação dá todo dia de que não cabe e caberá cada vez menos dentro das fronteiras do atual regime governante. Enquanto Laudo Natel dizia enfaticamente o seu ridículo "chega de brincadeiras" os operários do setor metalúrgico do ABC paulista deflagravam uma autêntica "greve branca", de braços cruzados na frente das máquinas.

Ora, a brincadeira recém começou. **(FA)**

Herzog, o método.

O processo que a família de Vladimir Herzog está movendo contra a União, é paradoxal sob muitos aspectos. Em primeiro lugar é estranha essa convivência entre um ato de procura da justiça – o ato mais importante, devido à participação agora da opinião pública, disse Audálio Dantas – e a permanência dos orgãos de repressão do regime diretamente envolvidos na morte de Herzog. O CODI-DOI, como se sabe, continua instalado ali, no mesmo lugar de sempre, junto ao QG do II Exército.

Em segundo lugar, é paradoxal a própria ação, que é movida contra o que talvez se pudesse dizer, foi um desvio do método e não o método. Ou seja, está se julgando o caso extremo e talvez até não intencional – ainda que consequência direta e previsível – do uso da tortura como método e não do próprio método da tortura. Esse é o limite da ação, imposto pela justiça, num processo onde se procura provar que Herzog não cometeu suicídio nas dependências do CODI-DOI, e portanto responsabilizar a União pela sua morte.

Ora, os depoimentos, na primeira audiência, provaram muito mais do que isso. Provaram o uso da tortura como método privilegiado, sistemático e intensivo para obtenção ou de informações, ou de confissões, ou meramente de incriminações e auto-incriminações não necessariamente verdadeiras, mas suficientes para a montagem de um processo igualmente viciado nos tribunais militares.

Os depoimentos provaram o uso desses métodos não por uma pessoa, ou contra uma pessoa; não por um dia, ou dois dias. Provaram o uso do método institucionalmente e sistematicamente. Provaram o uso de nomes falsos por agentes do CODI-DOI exatamente para que nunca pudessem ser incriminados, provaram que a falta de formalidades legais, de "habeas corpus", os truques diversos para escamoteamento de responsabilidades, tudo isso faz parte de uma necessidade de ter as mãos livres para torturar.

Assim, o reexame do caso Herzog, consiga ou não cobrar da União sua responsabilidade na morte do jornalista, poderá, eventualmente, abrir caminho a um outro julgamento ainda mais importante, sobre a rotina geral das torturas. Quem as autorizou, as instruiu, as defendeu, apoiou, escondeu e fez praticar. Quem a estimulou por ação – e por omissão. (B.K.)

FINAIS

Ato Público/Dois mil estudantes da Universidade Federal da Bahia realizaram na tarde de quinta-feira (18/5), apesar da proibição do Secretário da Segurança Pública do estado, um ato público ao lado da reitoria, reivindicando melhores condições de ensino. Em seguida iniciaram uma passeata pela rua João da Motta e foram dispersos por uma tropa de choque da PM baiana.

HISTÓRIA/ Os 800 alunos do curso de História da Universidade de São Paulo - USP estão em greve desde o último dia 8, reivindicando reestruturação do curso, demissão de quatro professores que eles consideraram autoritários e inaptos, e uma reforma imediata na sua biblioteca. Durante a greve os estudantes têm realizado assembléias, discussões em torno do conteúdo dos cursos e debates com professores. Os estudantes se mostram dispostos a continuar a greve, que vinha sendo preparada desde março, até que todas as suas reivindicações sejam atendidas.

DUBLADORES/ Aumentam as formas de pressão sobre os dubladores profissionais do Rio e de São Paulo, que há mais de dois meses estão em greve reivindicando aumento de salários e registro em carteira de trabalho, INPS, FGTS, férias e 13º salário (obrigações que as empresas dubladoras se recusam a cumprir). Essas pressões ocorrem através da contratação de não profissionais, sendo que as empresas Odil Fono Brasil, BKS e Álama que têm até publicado anúncios em jornais: "Você tem boa voz? Tem boa dicção? Então procure-nos e treinaremos você para ser dublador de filmes para a televisão." Além disso, a direção da Odil chegou ao ponto de receber com agentes do DOPS uma comissão de dubladores que foi até ela negociar em nome dos grevistas.

MEDICINA/ A Escola de Medicina e Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, o mais antigo curso de medicina do Brasil, continua em greve, ao completar seus 170 anos de fundação. A greve, que já se estende por mais de um mês e meio, visa conseguir uma transformação na estrutura e no conteúdo dos cursos e garantir condições materiais para a continuidade dada a situação precária em que se encontra o hospital-escola. Com problemas semelhantes a Faculdade de Medicina de Sorocaba-SP, unidade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, também está em greve. Os alunos reivindicam, além de reformulação do curso e condições de utilização do conjunto hospitalar ligado à escola, a demissão de toda a diretoria da faculdade.

DCE-LIVRE/ O DCE da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFERJ está ressurgindo. E ressurgindo LIVRE. Em assembléia geral no campus da ilha do Fundão, 800 estudantes, representando 20 escolas diferentes, marcaram para 12 a 14 de junho suas primeiras eleições depois de reconstruído sendo que a apresentação de chapas será ainda nesta semana. O Diretório Central dos Estudantes levará o nome de Mário Prata, seu último presidente, morto pela repressão em 1971.

PROFESSORES/ Os professores da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) paralisaram suas atividades no último dia 12, em sinal de protesto contra "o descaso das autoridades frente as reivindicações da categoria". No mesmo dia, liderados pela sua entidade - a ADUNICAMP - cerca de 500 professores, funcionários e alunos concentraram-se em frente ao prédio da reitoria da universidade, a fim de expor seus objetivos: 70,6% de reajuste salarial (que significa apenas a recomposição do poder aquisitivo de 1975) e melhores condições de trabalho. Em seus discursos, representantes dos professores relacionaram o movimento com a situação política mais geral, declarando-se comprometidos com a luta pelas liberdades democráticas.

CENSURA/ Todas as emissoras de rádio e televisão do Rio de Janeiro e do Ceará estão proibidas de divulgar qualquer notícia que diga respeito à greve dos metalúrgicos do ABC, em São Paulo. Como já é de praxe a ordem da censura federal foi transmitida, nos dois estados, pelo telefone, por um de seus agentes.

CHOQUE/ Os estudantes da Universidade Federal de Juiz de Fora, que na semana retrasada haviam feito uma greve de um dia exigindo mais ônibus, com preço reduzido, para a Cidade Universitária, marcaram para a última quarta-feira uma reunião com o reitor da universidade e o prefeito, nos jardins da prefeitura. Só que quem recebeu os mil estudantes que lá compareceram não foi nem prefeito, nem reitor, mas sim a tropa de choque da Polícia Militar, que os atacou armada com metralhadoras e se utilizando de cães, bombas de gás lacrimogêneo e cassetetes.

ESCANTEIO/ Leão, o goleiro da seleção brasileira, que havia lançado sua candidatura a deputado estadual pela Arena, decidiu não mais concorrer. Ele havia se proposto interessado em se aproximar de setores da Arena, que vêem no lançamento de candidatos "populares" a possibilidade de garantir para o partido um mínimo de votação nas próximas eleições. O goleiro, como presidente do Sindicato dos Atletas Profissionais do Estado de São Paulo, tem se caracterizado pela omissão, inclusive não tomando nenhuma posição e saindo pelo escanteio no recente e polêmico caso da suspensão do jogador Serginho.

SUBVERSÃO/ A diretoria do Clube de Regatas Tietê, de São Paulo, impediu que quatro garotos negros participassem do time mirim de vôlei do clube. Essa atitude foi denunciada pelo técnico do time, que por isso foi proibido de entrar no clube. Em seguida este pediu demissão, no que foi acompanhado pelos outros três técnicos do departamento de vôlei. Além disso todos os 80 atletas que compunham esse departamento e que desde a proibição aos garotos tinham, em protesto, deixado de treinar, também deixaram o clube. Em contrapartida o presidente do clube apresentou denúncia contra os técnicos no DEOPS, afirmando: "Isso é subversão, é a mais pura subversão"

GERAIS

Assine EM TEMPO:

Nome ..... Profissão.....

Idade.....Endereço ..... Bairro.....

Fone..... Cidade ..... Estado..... CEP.....

End. Comercial ..... Horário..... Fone.....

Estou enviando o cheque nº..... do Banco..... em nome da Editora Aparte S/A.

Rua Bernardo Guimarães, 1884, Lourdes, Belo Horizonte (MG), CEP 30.000. Em São Paulo: Rua Matheus Grou, 57, Pinheiros, São Paulo, (SP), CEP 05415, fone 853-6680.

Anual Cr$ 500,00 **Semestral Cr$ 250,00**

HAMILTON ALMEIDA FILHO

A SANGUE QUENTE

A MORTE DO JORNALISTA VLADIMIR HERZOG

A SANGUE QUENTE
a morte do jornalista
Vladimir Herzog

por
Hamilton Almeida Filho

Relato jornalístico de primeira linha, onde as evidências saltam aos olhos e a verdade balança...

Pedidos pelo Reembolso Postal
Editora Alfa Omega
Rua Lisboa, 502 — 05413 - São Paulo — Capital
Cr$ 25,00

EM TEMPO
CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Aluísio Marques, Álvaro Caldas, Antonio Carlos Carvalho, Antonio de Pádua Prado Jr., Antonio Sérgio de Souza, Bernardo Kucinski, Cláudio Câmara, Emiliano José, João Batista Mares Guia, Jorge Baptista, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Raul Anglada Pont, Robinson Ayres, Tibério Canuto e Fausto Brito (Conselheiro-Presidente). **Suplentes:** Carlos Tibúrcio, Flávio Andrade, Antonio Spinosa, Eduardo Fernandes, Flamínio Fantini.
DIRETORES:
Antonio de P. Prado Jr., Flamínio Fantini, Jorge Baptista, Robson Ayres e Tibério Canuto (Diretor-Presidente).
Secretário de Redação: Carlos Moreira.
Editor-Geral: Jorge Baptista.
EDITORIAS
Internacional: Carlos Tibúrcio (editor), Marion Frank, Lionel Almeida, Altair Moreira, Maria Cristina Pfau, Eliezer Rizzo, José Veiga; **Nacional:** Bernardo Kucinski (editor), Maria Moraes, Eduardo Fernandes, Carlos Savério, Paulo Sérgio, Geraldo Nascimento, Antônio Roberto, Ottoni Fernandes Jr, Benedito Carvalho, Flávia Rezende, José Luiz. **Cultura:** José Arrabal, Maria Rita Kehl, Sérgio Squilanti (editores), Paulo Nassar, Ethel Leon, Cláudio Camargo, Fátima Diniz, Nadine Habert, Sérgio Rodrigues, Gilberto Morgado, Edmur Gomes.
Arte: João Bosco L. Brandão, Paulo Roberto M. Borges, Sérgio L. Papi, Niels Andreas (fotos).
Arquivo-Pesquisa: Silvestre Prado, Gilson Andrade, Márcia Albuquerque, Maria Quinteiro, Roberto Peixoto, Celso Lellis.
SUCURSAIS
Brasília (S.C.S. – Edifício Maristela, s/1103): Marco Antônio, Marina Juarez, Rita de Cássia; **Recife (R. Anibal Falcão, 127 - Fraças):** Sérgio de Souza Cecy Prestello, Orlando Mindelo (coordenação); Fred Navarro, Paulo Santos, Rebeca Scatrut; Alzira Medeiros, Eliane Veloso, Hilton Almeida, Marina Lima, Maria Everaldo, Paulo Magalhães, Riva Nogueira(administração); **Belo Horizonte (R. Bernardo Guimarães, 1884):** Alberto Duarte (chefe da sucursal), Edgar da Mata-Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Flamínio Fantini, Flávio Andrade, Henrique Oliveira, João Antônio de Paula, João Machado, Lélio Santos, Maizé Trindade, Maurício Godinho, Paula Régis, Paulo Barcala, Paulo Vilela, Ricardo Rabelo, Sérgio Aspahan, Virgílio Guimarães, Virgínia Pinheiro (redação), Mariza Araújo (administração); **Curitiba (R. José Loureiro, s/1203 – Edifício Mauá):** Carlos Ruggi, Elza de Oliveira, Reinoldo Atem; **Porto Alegre (Av. Osvaldo Aranha, 1407 – Loja 20):** Ana Barros Pinto, Gérson Schirmer, Jandira César, Jorge Garcez, Letânia Menezes, Marcelo Matte, Marcelo Lopes, Paulo Fogaça, Rejane Fernandes; **Salvador (Av. 7 de setembro, 202 – s/501):** Adelmo Oliveira, João Henrique, Antonio Dias, Emiliano José, Dalton Godinho, Oldack Miranda, Lina Maria; **Rio de Janeiro (Rua da Lapa, 200 – s/408):** Adauto Novaes, Alan Albuquerque, Antônio José Mendes, Bernardo Karan, Carlos Alberto Baia, Cláudio Câmara, Cláudio Cardoso, Clotilde Hasselmann, Ênnio Brauns Filho, Fernanda Coelho, Jamir de Menezes, Jorge Ricardo Gonçalves, Laís Meirelles, Lígia Bahia, Luiz Antônio de Aguiar, Luiz Arnaldo Dias Campos, Marcelo Beraba, Marcos Aarão Reis, Margarida Autran, Maria Helena Malta, Olga de Assis, Olga D'Arc Câmara, Orlando Guilhon, Paulo Baia, Paulo César Araújo, Raimundo Teixeira Mendes, Regina Braga, Regina Maria de Abreu, Ricardo Lessa, Sérgio Sbragia, Suell Caldas.
ESCRITÓRIOS
Vitória (ES): Joaquim Nery, Luiz Rogério Frabno, Pedro José Mansur, Victor Martins; **Campinas (SP):** Fátima Barbosa, João Roberto Martins Filho, Reinaldo Barros; **Aracajú (SE):** David Dantas, Fernando Sávio, Sebastião Figueiredo, Valdomiro Júnior; **Fortaleza (CE):** Fausto Aguiar (coordenação), Gervásio de Paula e Rogério Araújo (redação), Daniel Santos, José Saraiva Jr., Vinicio Araújo (administração e distribuição); **João Pessoa (PA):** Aurélio Aquino, Geraldo de Araújo, Manuel Campos; **Natal (RN):** Cícero Correia, Francisco de Assis.
ADMINISTRAÇÃO – (São Paulo): Anilton Pinheiro, Aparecida Barbosa da Silva, Edvard Luiz Silva, Elvira Oliveira, João Carlos Leme, Nilo Sérgio Diniz, Samira Zaidan, Hélio Gomes.
Assessoria Jurídica: Luiz Eduardo Greenhalgh, Márcia Ramos de Souza (São Paulo); Adelmo Oliveira (Salvador), Arnaldo Afonso Barbosa (Belo Horizonte).
Diretor-Responsável: Robinson Ayres.
EM TEMPO, uma publicação da Editora Aparte S/A – rua Bernardo Guimarães, 1884 – Lourdes (Belo-Horizonte). **Redação:** rua Mateus Grou, 57 – Pinheiros (São Paulo) – CEP: 05415 – Telefones: 280-4759 e 853-6680. Composto e impresso nas Oficinas da PAT – Publicações e Assistência Técnica Ltda., rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 412 – Pinheiros (SP) – Telefone: 853-7461. Distribuição: Fernando Chinaglia Distribuidora S/A, rua Teodoro da Silva, 907, Rio de Janeiro – Telefone: 368-9112. Os artigos assinados não representam necessariamente a opinião do jornal.

Constituinte com Euler?

O MDB agora está com a bola. As dissidências militares querem a legenda do partido, exigem – na verdade – essa legenda, para derrotar Figueiredo. E propõem-se a fazê-lo debaixo de uma bandeira democrática. Mas os setores mais esclarecidos do MDB temem que o partido seja apenas usado, e exigem um compromisso democrático que seria tanto mais firme quanto mais se aproximasse do plano de convocação de uma constituinte, com Euler na chefia do governo provisório.

De repente, o partido perseguido nas ruas por cachorros da polícia; o partido barrado no rádio e na televisão pela " Lei Falcão "; o partido dizimado no Congresso pelas cassações de mandatos; enfim, o partido da "oposição consentida", que só é tolerado para que se possa dizer que isto aqui não é uma ditadura como tantas outras – de repente o MDB tem não apenas um general de quatro estrelas para disputar o poder contra os desígnios continuístas do Palácio, mas um general muito especial, o próprio Euler Bentes Monteiro, possivelmente o de maior prestígio atualmente nas Forças Armadas.

A importância de uma eventual candidatura Euler Bentes Monteiro pelo MDB está exatamente no peso de sua personalidade, ainda mais quando comparada à do chefe dos serviços secretos, general João Baptista de Oliveira Figueiredo, de quem o deputado Fernando de Canto, do MDB do Rio Grande do Sul disse, na semana passada, que "seus pronunciamentos revelam o estado de indigência cultural, política e administrativa do atual governo".

Nacionalismo e democracia

Um pouco mais escuro do que manda a brancura geral das elites; um pouco mais pobre do que se deveria esperar de um general de quatro estrelas na reserva, Euler Bentes Monteiro, 61 anos, não é o típico oficial dos quadros que restaram no Exército após os grandes expurgos das correntes progressistas de 1964 em diante. "Minha impressão é a de que a sua linguagem denota uma sensibilidade popular que o afasta do elitismo tradicional", disse a **Em Tempo** o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, que já esteve com Euler. O ex-deputado Chico Pinto, que esteve com Euler na última quarta-feira, sentenciou: "O homem é mais democrata do que eu". Mais importante é o que se fala de antigas posições de Euler (já que hoje não faltam democratas no país). Afirma-se, por exemplo, que ele nunca simpatizou com a antiga UDN, o que é quase sempre um bom sintoma de sentimentos democratas. E Severo Gomes, que tem sido o grande articulador de muito do que vem acontecendo no país nos últimos meses, diz que "há muito tempo Euler se convenceu de que para proceder à tão necessária reciclagem econômica, é preciso apoio popular". Mais que isso, Euler teria concluído que a questão política ganhou dimensão própria e se tornou mais importante do que qualquer outra questão econômica.

Os pontos programáticos que vinham sendo defendidos até recentemente por Euler eram: (a) expansão do mercado interno; (b) rápida e imediata redistribuição da renda; (c) diminuição dos desequilíbrios regionais; (d) disciplina para o capital estrangeiro. Afora os problemas que um programa desse tipo criaria de imediato, principalmente, para o pagamento do serviço da dívida externa, não se pode dizer nem que ele seja necessariamente incompatível com os interesses do capital estrangeiro – tudo iria depender de a expansão do mercado interno criar ou não condições para uma nova etapa de expansão e acumulação do capital. Além desses pontos, Euler, colocava a "redemocratização," como fundamental.

Euler é tido como "nacionalista" e certâmente tem idéias nacionalistas, que no entanto raramente puderam passar pela prova da prática. É fato que as forças nacionalistas do Exército o apóiam, mas seu prestígio é do tipo que carrega apoio de outros setores também, inclusive o de Hugo Abreu, oficializado há algumas semanas. Por outro lado, é sob o pretexto de que "Euler é um homem marcado pelo seu nacionalismo", que o general Ayrton Pereira Tourinho vem oferecendo a sua candidatura, alegando que "se é para ganhar, o Euler não serve". Na verdade Euler, com todas essas diferenças, é bem parte do estabelecimento militar, onde tem, por exemplo, como um dos grandes amigos, o antigo general Orlando Geisel, tido como líder da "linha-dura". O próprio Hugo Abreu sempre teve ótimas relações com Euler (mas não o ex-ministro Sylvio Frota). Euler denotará ainda, nas suas conversas, muito das concepções que todo mundo acha que são típicas de militares. Prefere, por exemplo, falar em "pactos sociais", mais do que as "partidos políticos".

Dando a volta por cima

Euler Bentes Monteiro sempre foi um forte candidato à sucessão de Geisel, e não pela oposição. Afirma-se que ele é possuído do raro sentimento da predestinação – de que tem uma determinada tarefa a cumprir. É fato que esperava ser indicado pelo presidente Geisel e que segundo as regras do jogo consagradas, reunia condições, a menos da tal "marca" de nacionalista. Euler e seus seguidores, no entanto, cometeram um erro de avaliação – que depois reconheceriam – ao não perceberem o quanto "Geisel já estava envolvido pelo grupo do Palácio e pelo poder das comunidades de informação." Quando Geisel baixou o pacote de abril, Euler criticou a decisão como um "retrocesso." Geisel escutou em silêncio e não o indicou para a presidência da Petrobrás (após a passagem para a reserva) posição natural para a mobilização pela sucessão. Em compensação, de pijamas, talvez movido por aquele sentimento de predestinação, Euler não aceitou nenhum dos muitos convites que recebeu para trabalhar na empresa privada. "Minhas quatro estrelas não estão para alugar," disse numa ocasião. Ora, Euler é um militar que estuda cuidadosamente toda a redondeza de seu universo, todas as variáveis em jogo. Possivelmente, sua decisão, já então, foi tomada em função do que acabou acontecendo. Foi também calculada a sua recusa em ser vice de Magalhães Pinto. Enquanto Magalhães Pinto acertou no fundamental ao prever o agravamento da crise institucional e o surgimento de dissidências militares, Euler foi mais esperto do que a velha raposa, e acabou por cima, o que deve ter humilhado profundamente o senador – ainda que não tenha ofendido. Daí agora as boas palavras de Euler em direção a Magalhães, tentando recompor, já que para Magalhães não resta mesmo outra saída.

Obviamente, após o relatório de Hugo Abreu, mostrando a extensão do descontentamento no meio militar e avisando que iria sair um candidato qualquer de oposição a Figueiredo, Euler decidiu se apresentar ao país como tal candidato. Esse foi o fato mais importante da semana: Euler Bentes Monteiro apresentou-se como candidato a candidato, dentro de uma plataforma de democratização, e negando, portanto, a propaganda do Palácio de que as reformas de Portella e o governo Figueiredo buscam a democratização. Mais que isso, negando ao governo o velho pretexto das pressões militares pela direita para não abir. Se essas pressões ainda existem, muito maiores são aquelas que vêm do outro lado. O governo não abre porque soma com as outras.

Os perigos para o MDB

Das movimentações de Hugo Abreu e do anúncio de Euler resultou a situação nova: todos os personagens, que antes temiam ser aquilo tudo um sonho irrealizável, descobriram que, ao contrário, a idéia da candidatura alternativa conseguiria base militar, podia conseguir uma legenda do MDB e poderia até inaugurar uma nova etapa na vida política do país.

A partir desse instante, mais precisamente, na segunda-feira, com as repercussões da entrevista de Euler, todos os personagens recuaram um pouquinho – para negociar. Magalhães Pinto no domingo disse que renunciaria em favor de Euler mas na terça diz que não renuncia. O próprio Euler; que no domingo assumiu a um amplo compromisso democrático, a favor do Estado de Direito, da anistia e da democracia, na terça-feira ressaltou – sem negar o que dissera antes – a necessidade de atrair arenistas ao projeto e uma certa ansiedade por dar um caráter de "unidade nacional" a sua candidatura. Nessa negociação, o MDB tem a oferecer sua legenda – as facções militares ganharam espaço para a luta dentro dessas regras de jogo e não outras. Em troca, os setores do MDB realmente desejosos de aproveitar o que sem dúvida é uma grande oportunidade para alcançar o fim do regime, precisam de garantias concretas. Há ainda um razoável espaço entre dois projetos diferentes cabendo na mesma trama. Num extremo o projeto de uma facção militar que se vale da legenda da oposição para executar uma transição em direção a uma forma menos autoritária de governo, – mas não necessariamente uma democracia. E, no outro extremo, um movimento que de fato ponha abaixo o regime autoritário.

Para vários setores do MDB a garantia mais concreta para um projeto democrático seria o compromisso em torno da convocação de uma Constituinte. Essa foi a posição colocada pelo deputado Alberto Goldman, que exigiu também seja o debate amplo em todo o partido. Essa foi também a posição de Fernando Henrique Cardoso, em entrevista a **Em Tempo,** que preferiu, no entanto, colocar a questão como um processo, que já começou bem, pelo compromisso inicial com a democracia do general Euler, e que deve findar num "governo de transição que permita convocar uma Constituinte."

Euler estaria disposto a se comprometer com pontos específicos bem avançados e já se delcarou, a Chico Pinto e Marcos Freire, por exemplo, a favor da anistia ampla e total, "a única que faz sentido". Estaria disposto também a acabar com o "pacote de abril," acabar com as leis de exceção e tudo o mais. A questão é: estaria Euler disposto a assinar embaixo de um compromisso de mandato-tampão e convocação de uma Constituinte, como parece ser a tendência de exigência mínima dentro do MDB?

Tudo indica que sim. Para Euler e os muitos descontentes com a conspiração que levou à nomeação de Figueiredo, só resta aceitar. Ou, no máximo, ampliar o movimento, de tal forma a aproximá-lo muito mais da idéia da "frente pela redemocratização nacional", lançada por Magalhães, e que apenas usaria a legenda do MDB em troca de concessões mas a legenda ainda é do MDB e só dele. (B.K.)

DIÁRIO DO GRANDE ABC

EDITORIAL

O sentido da greve

Enfim, aconteceu. Os diversos alertas de que mais dias menos dias os trabalhadores não vacilariam em ir à greve por não suportarem mais os 14 anos de arrocho salarial tornaram-se uma realidade. Resultado: 30 mil operários em greve. Não por acaso o movimento grevista foi deflagrado no coração industrial do país - o ABC paulista. Não por acaso ele aconteceu no setor automobilístico, o carro-chefe da economia brasileira e onde se concentra uma das parcelas mais combativas das classe operária . E também não por acaso dirigiu-se, na prática, contra o arrocho, contestando o irrisório aumento de 39% decretado em abril pelo governo e exigindo de seus patrões um novo aumento de 20%.

Estes são alguns dos motivos a preocupar o governo. Mas não os únicos. Sabe ele, e muito bem, que as consequências extrapolam as fábricas paralisadas. O problema não consiste tanto em permitir a concessão dos 20% exigidos. Mas sobretudo no precedente que isto pode implicar, servindo de estímulo para que camadas mais amplas de trabalhadores se entusiasmem e sigam, posteriormente, o exemplo dos grevistas. Aliás, isto preocupa até mesmo certos empresários que em momentos de arroubo declararam, serem favoráveis ao direito de greve.

Enquanto os empresários do setor fazem ouvido de mercador às legítimas reivindicações dos trabalhadores, o regime aciona os seus mecanismos para intimidar os operários. E o faz considerando a greve como ilegal, apelando para a lei antigreve, que ao longo destes 14 anos tornou-se num dos mais importantes instrumentos para tentar manter os operários sob controle. Como é preciso dourar a pílula, leva o caso para a Justiça de Trabalho - esta bastante eficaz na defesa dos interesses patronais.

Eis a distância entre as palavras e os gestos. Certos empresários pousam de arautos de uma nova relação entre patrões e empregados. Mas na primeira exigência operária, esperneiam porque os seus bolsos são intocáveis. De seu lado , o regime fala em "reformas", em "aprimoramento democrático". Mas, pelo seu comportamento diante da greve do ABC, fica claro o tipo de "democracia" que perseguem. Tudo indica que, de imediato, a classe operária continuará sem o direito de greve, sem sindicatos livres e sem poder se organizar em partidos próprios.

Ao ser deflagrada, a greve colocou um dilema para o regime: reprimir ou não reprimir? Se esta fosse uma simples questão técnica o regime teria logo a resposta: pau nos grevistas. Os tempos contudo são outros. Dado seu isolamento social e a reanimação do movimento operário, reprimir poderia ser colocar mais lenha na fogueira. Mas não reprimir teria também o seu preço. Os grevistas provaram que em condições favoráveis é possível botar a cabeça do lado de fora sem ser golpeado. Este exemplo não será facilmente esquecido por outras categorias de trabalhadores e o regime passa agora a ser perseguido por um novo fantasma: o de que movimentos de maior proporção eclodam, colocando em xeque o arrocho salarial e o cerceamento ao direito de greve.

Da greve se pode dizer muita coisa. Dizer, por exemplo, que depois da jornada de Contagem e Osasco, em 1968, ela é o acontecimento operário mais importante desta década. Ou que ao redescobrirem esta forma de luta, os grevistas mostraram não ser a lei antigreve um obstáculo intransponível. Eles não só furaram na prática esta lei, como apontaram o caminho capaz de transformá-la em letra morta.

E dizer ainda: ela é um indício tanto do grau exacerbado a que chegou a exploração dos trabalhadores , quanto do que eles são capazes quando se mobilizam por algo que lhes toca. A greve não surgiu de uma hora para outra nem foi um puro e simples ato de desespero.

Que os céticos reflitam sobre a aparente concatenação do movimento no interior das fábricas e sobre a relativa disciplina existente, dificilmente verificadas em atos de pura rebeldia.

Em certo sentido, o movimento do ABC foi uma resultante de lutas mais remotas e principalmente de outras mais recentes, podendo até ser considerado como prolongamento da luta pela reposição salarial deflagrada no ano passado. Como uma espécie de ensaio, estas ações geraram um sentimento difuso de união e de que só através da luta seria possível os operários reconquistarem o seu poder aquisitivo; criando assim as condições para que a greve se transformasse numa vontade coletiva. Sem falar na influência indireta que o avanço geral da luta de outros setores contra o regime teve, e tem, no estado de ânimo dos operários.

Sem negar os seus méritos, há que se fazer as ressalvas para que o movimento grevista não gere, na oposição, um sentimento ufanista. A greve não significou evidentemente a ruptura definitiva da dispersão e atomização das lutas operárias; e apesar de numeroso, o contingente grevista ainda foi relativamente pequeno, se comparado com o conjunto da categoria e com a classe como um todo. A greve aponta também para a necessidade dos trabalhadores transformarem os seus sindicatos, fazendo com que eles sejam de fato seu instrumento e sua casa. Reconquistá-los ou mantê-los é fundamental pois, em confrontos futuros, greves como a do ABC necessitarão mais ainda de sindicatos mais combativos para ter maior chance de vitórias.

E o movimento grevista recoloca, com maior intensidade, algumas questões tanto para as lideranças operárias como para os setores de oposição comprometidos com interesses populares. Sem negar a dinâmica do movimento operário e de seu desenvolvimento próprio, há que se fazer um esforço para uma maior integração entre a luta dos trabalhadores e a dos demais setores oposicionistas. Não resta dúvida de que movimentos similares ao do ABC terão maiores possibilidades de atingir seus objetivos se contar também com um amplo apoio externo, e sem ele fica mais fácil ao regime reprimir os trabalhadores. Não cabe, portanto, por parte das lideranças operárias, um certo temor de se aproximar de outros segmentos oposicionistas. Se este temor é justificável por experiências passadas mal sucedidas, ele tende a ser negativo e pode ser fatal tanto para os operários como para a oposição como um todo.

Por outro lado, salta aos olhos a ausência de iniciativas nas diversas camadas de oposição com vistas a um movimento de peso em solidariedade aos grevistas; criando-se assim a imagem de que a greve fosse algo totalmente paralelo às lutas de outros setores. Para não falar no silêncio do MDB, este um fato quase normal, pois o partido de oposição atua como se a questão operária não existisse. Hoje, a articulação de certos interesses e lutas comuns da classe operária e de outros setores empenhados na luta por melhores condições de vida e trabalho, e contra o regime, é fundamental para a oposição como um todo. A causa da oposição só dará um salto de qualidade quando os trabalhadores se integrarem profundamente a ela, dando-lhe sua perspectiva de classe.

Abril Press
Clodomir Bezerra

"CANDIDATOS POPULARES"

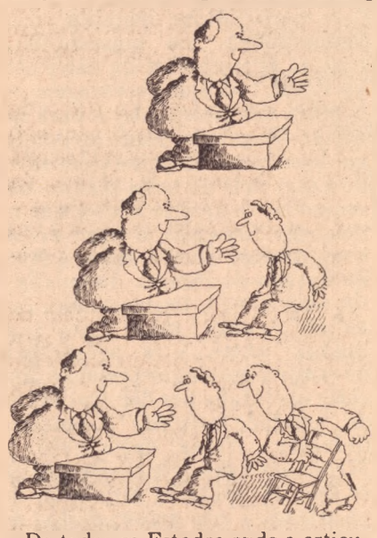
A arrancada para as urnas

As eleições já começaram. Apesar de ainda distante, o 15 de novembro começa a ser ponto-de-referência da corrida de centenas de candidatos a cantidaturas, pois aproximam-se as convenções partidárias, e quem não conseguir legenda fica desde logo riscado do mapa. No MDB, expressando sua diversidade, enquanto único canal parlamentar da oposição, estão cada vez mais ganhando corpo as chamadas **candidaturas populares.** Além de vários nomes já lançados, estas candidaturas se desenvolvem também através da formação de Frentes e Comitês, que hoje se colocam como centros de debate para definição de plataformas eleitorais em vários Estados.

Tudo indica que, desta vez serão exigidas maiores definições do que em 1974 e 76, pois o ano político revela a coincidência de dois fatores bastante decisivos: a crise do regime e a reafirmação das lutas populares, incluindo a presença significativa de setores do movimento operário.Nesse contexto, aliás, é que deverão ser identificadas as candidaturas populares, tanto em função de objetivos imediatos quanto em relação a propostas de médio-prazo. Como Arena e MDB têm seus dias (ou meses) contados, o mínimo que se espera dessas articulações é que no processo que correrá daqui até novembro sejam criadas as bases para novas alternativas partidárias e para práticas oposicionistas de fato comprometidas com o movimento de massas.

Iniciando o tratamento do assunto, EM TEMPO apresenta um primeiro panorama das articulações em seis Estados:

Rio de Janeiro



De todos os Estados onde a articulação das candidaturas populares vêm sendo feitas, é no Rio de Janeiro que o processo se encontra mais adiantado. Iniciativa de opocionistas interessados numa atividade parlamentar mais combativa, a proposta de constituição de uma Frente Popular Eleitoral reuniu, na sede do MDB, em Niterói, mais de quatrocentas pessoas (ver EM TEMPO Nº 4). Das discussões resultou a elaboração de um programa em torno do qual se pretende evitar a dispersão das candidaturas populares, como ocorreu em eleições anteriores. EM TEMPO conversou com alguns dos candidatos que participam da Frente Popular Eleitoral:

Raimundo Teodoro de Oliveira, candidato a deputado federal. Seu depoimento: "Meu programa é o programa da Frente Popular Eleitoral, tirado na reunião de Niterói. Considero que a questão nacional, a questão democrática e a questão social devem ser abordadas nos termos desse programa. Pretendo colocar o meu mandato parlamentar a serviço do desenvolvimento da organização dos trabalhadores em seus locais de trabalho e moradia. Por isso vou jogar minha campanha nas portas das fábricas e nos subúrbios, onde até hoje ninguém fez praticamente nada em termos de trabalho eleitoral".

Carlos Augusto Coimbra de Melo, vereador em Niterói, candidata-se à reeleição. É advogado da Federação dos Metalúrgicos e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (entidade sindicais do Estado do Rio). Quanto à plataforma, deseja destacar seis pontos: "(1) A luta por liberdades democráticas, buscando uma vinculação com setores militares. Isto é um ponto importante, pois entendo que os militares não podem ficar alijados do processo de conquista da democracia. (2) Revisão dos atos de exceção. (3) Revisão da atual política econômica. (4) Anistia ampla, geral e irrestrita. (5) Liberdade sindical. (6) Direito de Greve.

Edson Khair, deputado estadual, candidata-se agora a deputado federal. Vem desenvolvendo um trabalho de base em bairros de periferia e favelas, desde que concorreu em dobradinha com Lysâneas Maciel. "Os pontos principais da minha plataforma, afirmou-nos, serão a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita, e a luta pela liberdade sindical, contra a legislação trabalhista de cunho corporativo e contra o imposto sindical. Pois, considero que o grau de democracia de um país se mede pelo grau de liberdade e independência de seus sindicatos". Khair recebe apoio da Convergência Socialista.

Délio dos Santos, deputado estadual. Ainda não se definiu sobre se sua candidatura será à Assembléia (reeleição), à Câmara Federal, ou numa sublegenda a ser criada – para o Senado. Reafirmando a importância de se destacar na campanha a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita e a luta por melhores condições de vida, afirma também que sua campanha não será "só de denúncias, mas analítica dos problemas dos bairros mais pobres, das comunidades de favelas e da necessidade de uma organização independente, à qual o parlamentar subsidia, sem substituir. "O parlamentar não resolve nada, só pode ajudar".

Eudes Freitas e Raimundo Teixeira Mendes, candidatos a deputado estadual e federal, respectivamente. Pretendem destacar na campanha a luta por uma opção política para os trabalhadores, a luta contra todos os atos de exceção e pelo desmantelamento dos órgãos de repressão. Consideram que o limite imposto pelo regime, na conjuntura atual, é dado pela reorganização partidária. Segundo Eudes, "o mais consequente seria tentarmos unificar um bloco de tendência socialista referenciado, principalmente na luta de massas, isto é, não limitado às imposições, nem do bi-partidarismo vigente, nem da reorganização partidária que vem por aí".

No Rio, a indicação das candidaturas populares não corre risco muito sério, embora a máquina chaguista controle 800 dos 906 votos na Convenção Estadual, onde deverão ser homologados os candidatos do MDB. Os demais votos são controlados principalmente por Amaral Peixoto e Saturnino Braga. Embora sem força no Diretório Regional, algumas candidaturas populares, como Délio dos Santos, Raimundo de Oliveira e Alves de Brito têm possibilidade de eleição.

Pernambuco

De modo semelhante ao que acontece no vizinho Ceará, estão em curso os debates em torno da formação de uma Frente Eleitoral. Não se conhece ainda um projeto de plataforma deste organismo, mas alguns pontos são tidos como consensuais para começo de conversa: defesa das liberdades democráticas e de melhores condições de vida e trabalho; compromisso com a defesa dos interesses da classe operária.

A novidade, que pode ou não se consumar , é a candidatura do atual deputado federal Jarbas Vasconcelos ao Senado. Jarbas, do grupo autêntico do MDB, um dos primeiros a defender uma Constituinte Livre e Soberana, "está sendo pressionado pelas bases mais politizadas do partido para aceitar sua candidatura; mas ele ainda vacila em trocar o tranquilo mandato de deputado por uma eleição incerta contras Moura Cavalcanti e Cid Sampaio (da Arena)" – diz um observador. Anteriormente, pensava-se em Fernando Lyra para o Senado, mas Lyra sofreu há pouco tempo um enfarte, que limita sua mobilidade na campanha; então ele deverá concorrer apenas à reeleição (tranquila) para a Câmara Federal.

Para a Assembléia Legislativa do Estado, surgiram já oito nomes que poderão revelar maiores ou menores afinidades com as propostas da Frente Eleitoral: Marcos Cunha, Sérgio Longman, Ruiz Pandolfi, João de Lima, Edson Miranda, Marlos Duarte, Manoel Teodósio e Evandro Cavalcanti. Marcos Cunha tem vitória praticamente assegurada, seguindo-se Sérgio Longman (também com considerável apoio popular).

De outro lado, a radiografia da atual bancada federal do MDB-PE é a seguinte: são cinco deputados, sendo três do grupo autêntico – Jarbas Vasconcelos, Fernando Lyra e Fernando Coelho. Como candidatos, destacam-se agora Roberto Freire (combativo líder da minoria da Assembléia) e Jarbas Vasconcelos (à reeleição, se não vingar sua candidatura ao Senado). Além destes, Fernando Coelho também pleiteará reeleição, e anunciam-se mais dois candidatos alinhados com o grupo autêntico: José Carlos Vasconcelos e Petronilo Santa Cruz. As melhores chances eleitorais são de Jarbas Vasconcelos e Roberto Freire.

Minas Gerais

Em Belo Horizonte articula-se a criação de Comitês Eleitores de Base, em bairros, fábricas, associações profissionais e escolas, os quais deverão sustentar e dinamizar a campanha dos candidatos que assumirem compromisso com um programa popular Um dos organizadores deste trabalho, ao recordar as experiências de 74 e 76, explica a EM TEMPO: "Hoje quase ninguém mais defende o voto nulo,todos parecem achar importante participar do processo eleitoral, ficando a divergência localizada no seguinte: se o momento é de consolidação de uma frente popular de contornos liberais-democráticos, ou se se coloca a questão socialista na ordem-do-dia, buscando diferenciar a oposição socialista no bloco dos setores que hoje lutam por liberdades democráticas".

Embora os debates sobre o sentido da participação estejam já adiantados, reunindo grande número de interessados,são poucos os nomes que se apresentaram até agora e que podem ser identificados como "candidatos de um programa popular", ou simplesmente como "autênticos". Para a Câmara Federal, nesta categoria, existem apenas dois postulantes: José Edgard Amorim, ex-bancário, ex-sindicalista,ex-militante da Ação Católica, hoje advogado e professor da UFMG; e (visando a reeleição) Tarcísio Delgado, advogado, ex-vereador em Juiz de Fora e ex-deputado estadual. Para a Assembléia do Estado, também dois nomes: Ronam de Araújo Abreu, ex-bancário e atual Inspetor do Trabalho; e Cássio Gonçalves, ex-líder estudantil, ex-advogado do Sindicato dos Metalúrgicos, hoje professor. As previsões são de que Edgard Amorim e Tarcísio Delgado têm amplas possibilidades de vitória no próximo 15 de novembro, mas Ronam e Cássio precisam ainda de maior força.

Embora a quantidade reduzida de candidatos a candidaturas não seja um problema em si, pois isto pode ser fruto de uma seleção prévia, no caso de Belo Horizonte e mesmo de Minas Gerais, o fato de serem poucos que ora se dispõem a se lançar no compromisso com uma plataforma popular, via MDB, tem bastante a ver com a própria situação do MDB mineiro. Dominado, praticamente monopolizado, pelo adesismo e a moderação, o partido de oposição não tem - de fato - oferecido o menor incentivo aos que se propõem a uma prática oposicionista mais combativa e consequente. Entre todos os atuais deputados estaduais e federais mineiros, somente um - Tarcísio Delgado - integra o time (desorganizado) dos "autênticos", e somente um - o federal Genival Tourinho - poderia ser classificado como simpatizante deste time.

De qualquer modo, espera-se que depois de novembro seja ampliada a corrente dos parlamentares afinados com a plataforma popular, e que sejam também melhor definidos os seus rumos, incluindo a marcação das diferenciações entre seus integrantes. Analisando o desdobramento da campanha, Edgard Amorim afirma que "se as candidaturas populares que ora se apresentam se fortalecerem, elas já contribuiriam para modificar o próprio MDB, bem como para solidificar o embrião de um novo partido".

São Paulo

A formação de uma Frente Popular Eleitoral só deverá assumir contornos mais nítidos após a Convenção Estadual do MDB. No entanto, por iniciativa do Diretório Distrital do MDB da Bela Vista, e com o apoio de vários diretórios da capital e do interior, a proposta de constituição de uma frente de candidaturas populares vem sendo amplamente discutida.

Após duas reuniões realizadas na Câmara Municipal de São Paulo, a possibilidade dos candidatos populares se apresentarem sob um mesmo programa é bastante grande. Se bem que ainda não exista um consenso quanto ao programa das candidaturas populares, vários participantes da Frente Eleitoral consideram que ele tem de refletir o avanço das lutas pelas liberdades democráticas, que têm no regime militar o principal obstáculo a sua concretização.

Refletindo ainda algumas dificuldades para superar a dispersão existente na própria oposição popular em São Paulo, os próprios participantes da Frente Eleitoral têm procurado adiar o estabelecimento de um programa definitivo, que permita no curso do debate ampliar a própria Frente Desde já, no entanto, alguns nomes se destacam em termos de candidaturas populares:

Fernando Henrique Cardoso, sociólogo, pretende disputar uma sublegenda como candidato a Senador. Na sua opinião, o MDB deve abrir o leque de participação nas próximas eleições. As candidaturas populares não devem ser vistas simplesmente pela origem social do candidato (embora considere que deva existir candidatos de origem popular), mas principalmente pela identificação do candidato com os interesses populares, que hoje se expressam na luta por melhores condições de vida e por liberdades democráticas mais amplas. Desse ponto de vista considera sua candidatura como uma expressão desses interesses.

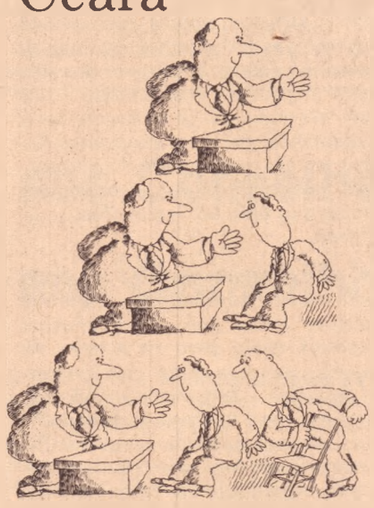
Airton Soares, deputado federal, candidato à reeleição. No editorial do primeiro número do jornal do Diretório da Bela Vista, do qual é presidente, afirma: "Nossa preocupação no momento está voltada para a necessidade de se somar todos os setores de oposição numa frente eleitoral que defenda os interesses populares... ...para que o governo seja derrotado mais uma vez, retirando-lhe principalmente a maioria no Congresso Nacional, ao mesmo tempo que se reforça os trabalhos setoriais".

Marco Aurélio Ribeiro, advogado, foi candidato à vereador em 1976, disputa um lugar entre os 156 candidatos à Deputado Estadual que o MDB deverá lançar. Para Marco Aurélio, participar do processo eleitoral hoje significa estar "comprometido com a mobilização popular".

Alberto Goldman, deputado estadual, candidato a Deputado Federal. Como participante das discussões em torno da constituição da Frente Eleitoral tem defendido que o programa deverá expressar por um lado os interesses populares, mas deve ser também o suficientemente amplo para poder atrair o conjunto do MDB. Com Antonio Resqui, secretário da Prefeitura de Osasco, e candidato a deputado estadual, Goldman deverá constituir uma "dobradinha" que desde já conta com apoio em alguns diretórios da capital e do interior.

Além destes nomes, alguns outros se destacam com boas chances de serem eleitos. Entre eles o de Fernando Morais, vice-presidente do Sindicato dos Jornalistas, que disputa uma vaga para deputado estadual.

Ceará



Em Fortaleza, sobretudo nas últimas semanas, estão em andamento conversações visando a formação do Comitê de Frente Eleitoral, que apoiará candidatos da chamada "oposição autêntica". Estão na praça vários candidatos, alguns bastante conhecidos em setores da oposição cearense; mas até a última semana nenhum deles havia apresentado seu programa de modo mais amarrado.

O já deputado Paes de Andrade, mais Iranildo Pereira – atual secretário do Instituto de Estudos Políticos e Sociais, IEPS-MDB – e o advogado Edgard Cartacho: são estes os nomes cogitados pelo futuro Comitê para a Câmara Federal. Para a Assembléia Legislativa, pelo menos quatro candidaturas estão na ordem-do-dia: Fausto Arruda (que se lança à reeleição, fazendo dobradinha com Paes de Andrade), o atual vereador Bianor de Andrade, a professora Maria Luiza Fontenele (do Movimento Feminino pela Anistia), e o professor José Alencar. De outro lado, os moderados deverão faturar o lugar de senador-titular, com Chagas Vasconcelos; mas a suplência poderá ficar com o autêntico José Maria de Barros Filho.

Segundo os comentaristas políticos do Ceará, o MDB tem condições de aumentar ao dobro sua bancada federal na próxima legislatura, passando de três para seis deputados, incluindo nesse caso dois, talvez três, dos candidatos a serem apoiados pelo Comitê de Frente Eleitoral (popular): Paes de Andrade e Iranildo Pereira – seguros –, e possivelmente Manoel Arruda. Se assim ocorrer no plano federal, a bancada estadual oposicionista também aumentaria, e as expectativas dos candidatos de perspectiva popular são as seguintes: Fausto Arruda será reeleito, Bianor de Andrade tem boas chances, enquanto que Maria Luiza e José Alencar têm possibilidades.

Rio G. do Sul

As diversas tendências do MDB estão intensificando suas discussões para definir programas e lançar candidatos às eleições parlamentares de novembro. Dentro do partido fica patente a divisão entre os setores que consideram o atual programa do MDB suficiente para orientar o lançamento de candidatos e aquelas que o consideram superado e exigem sua revisão, de forma que atenda as necessidades do avanço da organização das forças populares.

É o caso, por exemplo, do Setor Jovem do MDB de Porto Alegre, que realizará nos próximos dias uma reunião, com a participação dos candidatos mais consequentes do MDB, para discutir e formalizar uma proposta unificada dos candidatos da ala esquerda da oposição gaúcha.

Para José Carlos de Oliveira, presidente do Setor Jovem, o ponto de partida dessa discussão deve ser o programa para a formação de uma Tendência Socialista do MDB, já formulada em janeiro passado. São os seguintes os pontos principais deste programa: estatização dos setores básicos da economia e nacionalização das empresas estrangeiras; estatização de todos os serviços básicos da sociedade (transporte coletivo, educação, hospitais); solução da questão agrária, fundamentalmente através da coletivização e. cooperativização da terra.

José Carlos de Oliveira lembra que esse programa inclui ainda a luta pela liberdade de expressão e organização para qualquer partido político e associação de classe, garantia total do direito de greve, extinção da lei trabalhista que atrela a organização sindical ao Estado, Anistia ampla e irrestrita, fim dos atos ditatoriais e convocação de uma Assembléia Constituinte.

O presidente do Setor Jovem esclareceu que "o lançamento de um candidato que defenda este programa dependerá das discussões mantidas com os candidatos que, atualmente, estão defendendo as posições mais combativas".

Uma outra candidatura popular que desponta nos quadros do MDB gaúcho, é a do sociólogo André Forster, secretário executivo do Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais, IEPES, do MDB. Ele disputará a indicação para deputado estadual. Desde fevereiro, Forster está discutindo com trabalhadores, estudantes e profissionais liberais, com a finalidade de definir seu programa, que deverá ser divulgado na próxima semana.

Esse programa, na opinião do candidato, implica na superação de uma crítica ou denúncia da conjuntura política e na extensão da crítica à estrutura de dominação política e econômica, cuja "transformação precisa ser viabilizada e posta como horizonte de nossa luta política". Forster prossegue afirmando que, ao indicar a questão da transformação estrutural, aponta na direção do socialismo. Lembra de um balanço de forças que garantisse sua viabilidade. Não sendo esta a realidade atual, acrescentou que a questão de um programa socialista não deve ser colocada imediatamente.

Nesse caso, conclui Forster, o trabalho prioritário no momento é o de levantar questões que radicalizem democraticamente, como chamamento para a organização de bases populares e setores progressistas. Dentre essas questões está a das liberdades democráticas que , inicialmente devem ser específicas, entre as quais colocam-se: liberdade sindical e autonomia; liberdade de organização de partidos políticos; direito de greve; fim dos atos de excessão; liberdade de imprensa; anistia ampla e irrestrita.

"Se a escolha é entre os dois ..."

Falam dois líderes sindicais: o gaúcho João Paulo Marques e o mineiro João Paulo Vasconcelos.

João Paulo Marques, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Porto Alegre (RS), e João Paulo Pires Vasconcelos, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade (MG), expõem aqui suas idéias sobre as eleições e o MDB:

MARQUES – Todos sabem: só existe Arena e MDB. A escolha é entre os dois. A Arena simboliza a opressão. O MDB contesta a opressão, mas não contesta do ponto de vista dos trabalhadores. O desencanto é grande entre os trabalhadores. O MDB é incapaz de se posicionar nas questões atuais que envolvem os interesses dos trabalhadores, como, por exemplo, toda a legislação sindical que impede a autonomia e a liberdade sindical; como, por exemplo, sobre estes monstros que são os anteprojetos de lei sobre o trabalho da mulher e o trabalho do menor; como, por exemplo, sobre o direito real de greve e assim por diante. Não defende e nunca defendeu porquê embora o seu caráter de frente social, é um partido da burguesia. E a burguesia, é óbvio, não pode defender os interesses dos trabalhadores. Seria o seu suicídio.

Veja: hoje discute-se o novo sindicalismo. E o MDB nem mesmo toma conhecimento de um debate tão importante como este. É claro que o MDB na atual conjuntura sustenta bandeiras que apoiamos firmemente, como a redemocratização, a Anistia, a Assembléia Constituinte, embora o faça com timidez. O MDB vai ganhar eleições porque contesta a situação atual, mas não porque tenha um programa para o trabalhador.

VASCONCELOS – O MDB é um amontoado de políticos de várias tendências. O bipartidarismo é o responsável por isto. A massa vai votar no MDB, não porque se identifique com os seus políticos, mas porque a insatisfação geral é com a situação e o canalizador do protesto popular será o MDB – único partido de oposição existente. Então, se a escolha é entre os dois partidos, a saída é MDB. As bandeiras que hoje mais sensibilizam a classe trabalhadora são: melhores condições de vida e trabalho, liberdade de associação, de reunião e reivindicação. Isso o trabalhador sente na pele, pois as garantias hoje, até mesmo no trabalho, são muito poucas".

As greves, na intimidade.

Quase trinta mil operários paralisaram as máquinas na última semana na indústria automobilística de São Bernardo do Campo. A exigência: aumento de salário. É o movimento grevista mais importante desde os episódios de Osasco e Contagem em 1968. Nossos repórteres procuraram conhecê-lo por dentro. Um relato que revela a criatividade dos trabalhadores e as suas novas formas de luta.

Como todos os dias, a placa azul de acrílico afixada no portão de entrada do prédio comprido de tijolos à vista da fábrica Saab-Scania em São Bernardo do Campo advertia: "Tenha um bom dia sem acidentes". Tudo aparentava estar em ordem, quando o gerente de produção chegou ao serviço sexta-feira, dia 11, por volta de 7h30m, menos um detalhe. Havia muito silêncio.

Da boca dos operários, o gerente ouviu esta notícia: "É greve. Queremos aumento de 20% no salário". Estava eclodindo o mais surpreendente movimento reivindicatório da classe trabalhadora dos dez últimos anos. Quase 2000 empregados da linha de produção chegaram pouco antes das 7h, picaram os cartões de ponto, dirigiram-se às suas seções, mas não ligaram as máquinas. Começou na fábrica A, onde ficam a usinagem, ferramentaria, manutenção e protótipo. Logo, ganhou a fábrica B, que abrange controle, pintura e fato. Somente não aderiram os funcionários do escritório, da cozinha e da vigilância.

DIÁRIO DO GRANDE ABC

De tardinha, ao encerrar o expediente, um dos operários que deixava a fábrica explicou a origem do movimento: "Pro patrão a máquina é importante. Mas nós queremos mostrar pra eles que nós temos força. Que a máquina humana também é importante. O governo estipulou 41% de aumento sobre o salário mínimo. A indústria automobilística recebeu só 39%. Nós já tínhamos conseguido antecipação de 5% em novembro e 10% em janeiro, sobre o salário que ganhávamos na época. Quando veio o aumento de 39% eles descontaram os 15%. A gente falou que não trabalhava. Ficamos sentados por aí".

Muito temerosos em conversar com a imprensa, os trabalhadores pediam na saída da Scânia para não serem fotografados e se recusavam a falar nas câmaras de televisão ou a dar seus nomes. Desacostumados há 14 anos com este tipo de manifestação que ensaiavam, os próprios atores pareciam às vezes meio desconcertados, como um operário do setor de controle, que depois de muita insistência deu este depoimento: "Existe diferença entre paralisação e greve. Eu creio que a greve é aquela que todo mundo pára e vai pro pátio, se reúne todo mundo lá e fica fora da firma. Eu considero greve uma coisa ampla, total, onde a gente tem liberdade de expressão e na parada não temos liberdade de expressão. Apenas paramos e podemos cruzar os braços e esperar que alguma coisa se resolva.

Na greve a gente se expressa. Uma coisa que a gente falou com o pessoal era pra não fazer baderna, não quebrar coisa alguma, as ferramentas".

Um outro depoimento mostra a existência de alguma iniciativa preliminar: "Eu creio que 60 a 70% parou porque os outros pararam. Eu achei muito apático porque eles chegaram pra mim e disseram: olha, você senta e fica parado. Isso foi de manhã. Entramos às 7 h, tomamos um café e foram falando **vamos parar, vamos parar,** foi conscientizando o pessoal. Foi tudo bem. Tomamos o café e paramos. O chefe veio e viu que tava parado, mas não chegou pra dizer que a gente tinha que trabalhar não. E não houve distúrbio porque a chefia tomou uma atitude estranha. Porque eles agiram assim, porque não pressionaram a turma? Porque alguma coisa há atrás disso. Que eu não sei explicar."

Convocado pela Scania, ainda na parte da manhã, o representante do Ministério do Trabalho em São Bernardo, Guaracy Horta, reuniu-se com os diretores e depois esteve com os grevistas, a quem dirigiu um pedido de que voltassem ao trabalho. Um ferramenteiro descreve o desdobramento: "Quando houve o diálogo, que o representante do Ministério esteve lá, cada encarregado de setor reuniu sua turma e falou – olha gente, vocês vão trabalhar; já foi resolvido, os representantes estão dialogando sobre o que vai ser feito; então fica ao dispor de vocês; falou ele. A gente então falou – bom, trabalhar a gente não vai porque a gente quer ver alguma coisa oficializada aí no quadro. A turma não trabalhou mesmo. Teve cara que começou a trabalhar mas depois o próprio encarregado chegou lá e falou pra ele não trabalhar que ia se dar mal."

Um diretor do Sindicato de São Bernardo, funcionário há quatro anos e meio na Scania, Gilson Luiz Correia de Menezes, revelou que o descontentamento começou no dia 10, quando saiu o pagamento.

"Notou-se que o reajuste de 39% não resolveu os problemas e os funcionários subiram até o Departamento de Pessoal. Além de tudo, o pagamento veio com 232 horas e não com 240, como é comum, pois o mês de abril começou no sábado e perdemos um dia". O dirigente sindical contou que os operários concluíram que não adiantaria dialogar. "Foi rápido. Discutiu-se e a saída encontrada foi a paralisação".

No dia da greve. a conduta dos chefes foi essa, segundo Gilson: "Eles ficaram perdidos. Não esperavam pela greve e utilizaram todos os meios para coagir os colegas e iniciar o trabalho, mas antes do almoço desistiram e acabaram aderindo ao movimento".

Os 500 empregados do turno da noite seguiram o mesmo caminho da paralisação. E os motoristas que fazem o transporte de ônibus da Scania receberam aviso de que naquele fim de semana não precisava buscar ninguém para fazer hora-extra.

Na terça feira, logo no início do expediente os grevistas fizeram reunião com o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Luiz Inácio da Silva, o **Lula.** Decidiram voltar ao trabalho e fixar um prazo de quatro dias, até sexta feira, às 15 h para que a direção da Scania aceite quatro reivindicações: aumento de 20% para quem ganha até 10 salários mínimos; que não sejam descontados os dois dias da paralisação; redução do horário noturno e equiparação salarial para acabar com disparidades nas mesmas funções.

Quase dois mil trabalhadores participaram da assembléia, marcada no dia anterior. Nenhum representante da direção da empresa estava presente. Lula usou um megafone para se fazer ouvir e expôs a disposição da empresa em estudar as reivindicações e conceder resposta até o dia 22, segunda feira. O prazo não foi aceito. Quatro foram os oradores. Além do Lula, e do advogado do sindicato, dois trabalhadores da firma falaram, um deles longamente e foi aplaudido. Houve unanimidade na aprovação do encaminhamento, como demonstraram as mãos levantadas na hora da votação, segundo relatou depois Lula à imprensa. Na entrevista coletiva que concedeu na sede do sindicato ele chamou a atenção para a situação daquela empresa: "A Scania é hoje em termos sindicais a empresa mais politizada. Porque há lá um trabalho muito sério. É uma empresa que tem o maior percentual de associados".

A greve dos 9.500 operários que estourou segunda-feira na Ford foi decidida dentro do banheiro na hora do almoço, revelou um dos trabalhadores daquela empresa, entrevistado por EM TEMPO no burburinho formado no finat do expediente no local de embarque dos ônibus. Ele adiantou que na paralisação do turno da noite seria decisiva a atuação dos que ficaram para fazer hora extra.

O mecanismo utilizado na Ford foi semelhante ao da Scania. Um dos empregados da usinagem relata, emocionado o que se passsou: "Na parte da manhã todo mundo trabalhou normalmente, no meio do maior zum-zum, por causa da greve da Scania. Depois do horário do almoço, por volta de uma hora da tarde, ninguém fez mais nada.

Pararam a ferramentaria, a inspeção, a usinagem, a estamparia, quem voltou do almoço não tocou nas máquinas. Geralmente ficava uns dois conversando. Mas se evitou fazer rodinhas. Cada um ficou na sua máquina. Parou sem bagunça. A segurança da fábrica nem foi na minha seção. Ninguém foi amolar. Maior beleza é o silêncio. O único barulho que escutava é o da mangueira de ar comprimido".

Estes mesmos instantes foram descritos por outro metalúrgico assim: "Após o apito da 12h30 m teve uns dois que ligaram as máquinas. Mas viram que não dava para continuar. Se eles continuassem a gente dava um pau neles. Quase chorei quando não ouvi barulho nenhum. Foi bonito: só a união pode levar à melhoria das nossas condições. Lá na manutenção nenhum saiu da seção. Quanto menos andasse pela fábrica era melhor. No banheiro teve comentários. Desde sábado que estava se sentindo alguma coisa. Eu não esperava que fosse tão repentina. No rádio alguém escutou que todo o ABC ia parar. Isso animou".

A criatividade aparece também nas formas de comunicação descobertas, como mostra outro entrevistado: "Teve gente que pregou recorte de jornal no banheiro, sobre as outras greves, mas todo mundo sabia que tinha que agir friamente, sem bagunça. Tinha recorte inflamando o pessoal a parar. Uma frase escrita no banheiro dizia assim - Peão você quer ganhar mais? Então pare as máquinas!".

DIÁRIO DO GRANDE ABC

A boa vontade da Ford, através do Departamento de Relações do Trabalho, foi recusada. "Eles procuravam a gente para ver se alguém tomava a iniciativa de uma comissão. Mas uma comissão logo ia ser pressionada. Então não fizemos nenhuma. A gente só ia se fosse em massa", lembra um dos milhares de grevistas.

A própria assessoria de imprensa da empresa confirmou a greve, desencadeada "pacífica e disciplinadamente", com início na fábrica de motores, sendo seguida pela tapeçaria, ferramentaria, usinagem, estamparia e funilaria.

Na Ford, estas eram as reivindicações : aumento [illegible] nos salários; melhor alimentação no almoço fornecido pela empresa; melhor atendimento médico e volta do custo dos transportes aos níveis de novembro, que era de Cr$ 80, passou para Cr$ 110 e agora já está em Cr$ 150. Comentário de outro entrevistado: "A conversa que corria era sobre quem seria o culpado. O governo ou a firma. Foi dos assuntos mais comentados. E depois, quem ia ficar com o *pepino,* se era um ou outro.

Se o governo ia dizer que o problema era da firma, ou se a firma ia dizer que o problema era do governo".

Desde o dia 4 de maio, os operários da Ford vinham fazendo pequenas ensaios, com paralisações curtas de menos de meia hora em algumas seções, com objetivo de formar comissões para discutir com a gerência industrial um reajuste de 15% ou não-desconto das antecipações salariais de 10% em novembro e 5% em fevereiro. No dia 4, 200 assalariados da ferramentaria, no dia 10, mais 100 da estamparia, e dois outros movimentos menores, prepararam o terreno. Nestes casos, a própria chefia escolhia comissões de até oito operários para conversar com o advogado da empresa, "que prometeu consultar as outras firmas da região, para conhecer os salários delas, e caso estivesse pagando menos, iria dar um aumento pra gente", segundo a narração de um empregado da Ford. O critério para indicação como menbro da comissão, segundo mesma fonte, era escolher "aqueles mais saídos, mais quentes" entre os operários, isto é, com maior espírito de liderança.

Na segunda feira, o número de grevistas chegou a oito mil, atingindo as fábricas de caminhão e automóveis, e mais 1500, da fábrica de tratores, no dia seguinte.

Inconformada com a paralisação e recusando-se a conversar ou buscar qualquer acordo com os operários, a diretoria da Ford, considerada pelos dirigentes sindicais como "a mais intransigente," começou a pressionar os grevistas de duas formas. Primeiro ligaram as prensas, as linhas de montagem, e obrigando os funcionários, principalemnte aqueles com pouco tempo de admissão, a assumirem novamente o trabalho. Depois, divulgaram um comunicado "convidando" o pessoal a retornar às suas funções.

Com o título de "Aviso aos empregados", a Ford dizia: "Como é do conhecimento geral, esta companhia tem procurado oferecer aos seus empregados as melhores condições de trabalho. A sua intenção é de manter essa diretriz, mas sempre em estrita observância às leis vigentes. Por isto, causou-lhe grande surpresa, o movimento desencadeado nesta fábrica, tendente a formar reivindicações sem observância das formalidades em vigor. Sendo manifesta a ilegalidade do referido movimento, a companhia convida os seus empregados a reassumir suas funções de forma ordeira e habitual".

Essa tentativa de forçar os operários a sustar a greve , no entanto, foi frustrada e causou algum tumulto.

Segundo os funcionários, os que se sujeitaram a manejar as máquinas geralmente tinham pouco tempo de admissão, alguns apenas três dias de trabalho. Um desses novatos, por exemplo, estava seguindo as ordens de um dos chefes e começava a descarregar um caminhão, quando uma turma subiu até a empilhadeira, local onde se encontrava, e derrubou-o. Vários casos como este ocorreram durante todo o dia de quarta feira, conforme relatos colhidos junto a outros empregados.

A fábrica Mercedes Benz é lembrada por um sindicalista como a pioneira desse movimento grevista, pois, há cerca de um mês, 800 operários chegaram a parar em várias seções diferentes, pelo menos duas horas em cada. Eles não recebiam o aumentoproporcionalque a firma dá todos os anos. Insatisfeitos, chegaram a discutir com seus chefes, pois, conforme alegaram, muitos estavam dependendo desse aumento, como complementação do salário. No primeiro dia de paralisação, a Mercedes demitiu um funcionário, em seguida mais três, e posteriormente o número chegou a 17, pelo fato de terem participado ativamente. Para exercer maior controle da situação, os chefes de seção começaram a chamar os operários um por um. E ameaçava-os com demissão, caso não voltassem "ordeiramente para o trabalho". Quatro assembléias foram realizadas no sindicato, na época.

Mesmo com este clima ainda fresco na memória, na manhã da última terça-feira, a greve começou a contagiar a Mercedes Benz. Ferramentaria e Manutenção, com cerca de 800 operários, pararam. "Não dava para interromper bruscamente, pois senão a gente podia ficar marcado. Então fizemos uma operação tartaruga, que aos poucos ia ficando cada vez mais lenta, até parar de vez, com naturalidade", explica um dos presentes.

Na segunda-feira, talvez antevendo já o movimento, a direção da Mercedes distribuiu um comunicado às chefias de seção, prometendo a aplicação de uma nova tabela salarial pera os empregados horistas e a aplicação de novos intervalos para as revisões salariais. Um emissário da firma frisou que "é preciso cuidado na interpretação desse comunicado, pois revisão salarial não é sinonimo de concessão de aumento. Os salarios serão reesturados três vezes ao ano, à luz do mercado de trabalho e do custo de vida. Isto não significa contudo, que todos eles serão reajustados". A medida não conseguiu amortecer o impulso grevista. Quarta-feira, por algumas horas a paralisação subiu espantosamente para o número de dez mil trabalhadores. Foi o suficiente para forçar o primeiro recuo dos empresários – numa reunião com o Sindicato dos Metalúrgicos, a Mercedes propôs um aumento de 15%, concedido de três vezes, sendo a última parcela em março de 1979. Numa reunião no restaurante da fábrica, entre o sindicato e 300 operários, foi transmitida a concessão parcial da firma. Inicialmente irredutíveis na exigência de 20% de aumento, os grevistas depois mostraram uma contraposta – três parcelas de 5% em junho, outubro e fevereiro de 1979.

Na Volkswagen, a parada provocou um pequeno pânico nos membros da direção, conforme relata uma funcionária: "Eles ficaram apavorados quando perceberam o início da paralisação. De repente um dos diretores perto de mim, ouviu alguém gritar que o setor tal também parou; então ele saiu correndo, tropeçou na mesa, esbarrou na porta, ficou totalmente desorientado. Ele pensou que fosse o setor da pintura; a Volks está até o pescoço com compromissos, se atrasar a produção um pouquinho eles estão perdidos".

Esta declaração é confirmada pela presteza com que a firma alemã agiu. Na noite de terça feira a ferramentaria começou a greve, com adesão de 1100. "A ferramentaria é muito especializada e é a que exige mais estudo, porisso pôde ser a cabeça do movimento", conta um operário de lá. Na troca de turnos, houve continuidade – quem entrou às 6h30m ficou parado até às 11h30m. Na hora do almoço, as seções de Fiação e Modelação seguiram o mesmo rumo. Já eram quatro mil. Pouco antes, às 9h30m, a diretoria de Relações Industriais temendo uma paralisação mais ampla buscou conversação com os operários. O gerente da ala mecânica, sr. Elkamayer convocou uma reunião com os representantes de diversas seções e anotou suas reivindicações: reajuste imediato de 20% no salario, reestruturação das faixas salariais, salario móvel, isto é, reajuste trimestral. Entrevistado na porta da empresa, um ferramenteiro resumiu: "a Volks está com a capacidade de produção totalmente comprometida, e os prazos para entrega já estão atrasados". A reunião encerrou-se mediante a promessa da empresa de dar resposta até sexta feira, às 14h.

(Depoimentos a Flavia Rezende, Flaminio Fantini, Prado Jr. e Maria Teresa Rios)

O EVANGELHO SEGUNDO ZEBEDEU
★ ★ ★ ★ ★ DE CESAR VIEIRA
PRÊMIO ANCHIETA 77
Direção — Laura Regina
Músicas — Vitor Bortoluci Jr.
Sábados: 21 horas
Domingos: 20 horas
Circo dos Bancários
Av. Voluntários da Pátria, nº 547
(Perto da estação Tietê do Metrô)
Santana
TESB
Teatro do Sindicato dos Bancários

Exclusivo

As promessas que a Scania não cumpriu

Um dirigente sindical sueco pressionou a direção da Scania a aceitar a formaçao de uma comissão de operários na empresa, escolhida pelo Sindicato Metalúrgico de São Bernardo.

E conseguiu um compromisso.

Mas tão logo ele regressou à Europa, a empresa esqueceu o acordo e recusou-se a assiná-lo. Um jornalista sueco está acompanhando as greves no ABC e denunciou o fato.

Aqui, ele compara também o padrão de vida dos trabalhadores da Scania nos dois países.

E conclui: "A Scania tem uma cara aqui e outra na Suécia".

Bjorn Kumn é um jornalista sempre em busca de boas matérias para seu jornal, o diário Aftonbladet (meio milhão de exemplares), de orientação política próxima à do Partido Social Democrático. Também escreve para outras publicações suecas, dentre elas, o Metallarbetaren, semanário dos operários metalúrgicos da Suécia. Aos 40 anos de idade, casado com uma nigeriana, vive atualmente na Nigéria, mas visita periodicamente a América Latina. "Todo mundo estava dizendo que as coisas estão mudando no Brasil. E eu vim. Não para fazer uma reportagem especial, mas para ver o que estava mudando".

No segundo dia da greve, 15 de maio, Bjorn (pronuncia-se Bior) estava entre inúmeros jornalistas na portaria da Scania. De repente, um membro da segurança o chamou. Foi levado diretamente à sala de Gunnar Lindquist, diretor superintendente da Scania no Brasil, para uma entrevista privativa. Depois, para surpresa do diretor superintendente da Scania, disse que daria uma entrevista coletiva aos jornalistas que ficaram na portaria. E deu. Depois, concedeu a entrevista abaixo a **Em Tempo.**

Em Tempo – Como foi sua conversa com Gunnar Lindquist?

Bjorn Kumn – Agradável. Mas, como ele não quis que eu usasse gravador, eu passei a anotar tudo. Aí ele puxou uma caneta e passou a anotar também... De uma forma geral, achei que ele ficava evasivo sempre que eu lhe perguntava sobre os salários dos operários ou quando eu tentava discutir o papel dos sindicatos ou a liberdade sindical. Por outro lado, Lindquist me mostrou alguns dados, tentando provar que os salários dos metalúrgicos haviam resistido à erosão provocada pela inflação, enquanto o mesmo não teria ocorrido com os produtos da Scania.

ET – Dentre inúmeros jornalistas brasileiros e estrangeiros, o diretor superintendente da Scania chamou você para entrevistá-lo. Por que?

BK – Certamente porque para a Scania é importante explicar à opinião pública sueca o que está acontecendo no Brasil... mostrar que as condições daqui não são iguais às de lá. Desde o início da greve, todas as noites eu tenho mandado matérias para a Suécia. A greve tem repercutido muito lá. É fácil compreender. Em dez anos, esta é a primeira greve significativa que ocorre no Brasil e foi justamente uma empresa sueca o pivô de tudo.

ET – O operário metalúrgico sueco vive melhor que o brasileiro?

BK – O operário sueco ganha entre 26 e 28 coroas por hora, o que dá cerca de Cr$ 110,00 por hora ou Cr$ 900,00 por dia (mais ou menos 27 mil cruzeiros por mês). Descontando os impostos, líquido, o operário recebe Cr$ 65,00 por hora (por mês, mais ou menos 17 mil cruzeiros). É verdade que o custo de vida não é mais alto do que aqui. O leite tipo A, custa Cr$ 7,00 o litro (o que é mais barato); a garrafa de cerveja, Cr$ 12,00; sapatos de boa qualidade, Cr$ 600,00; o telefonema, Cr$ 0,50. Mas uma refeição comercial, ou um pouco melhor, custa Cr$ 80,00 e uma TV branco e preto custa cinco mil cruzeiros (aqui custa três mil - nota da redação). Em compensação médico é de graça e educação também toda de graça.

ET – Quanto paga o trabalhador sueco pelo aluguel de casa?

BK – Muitos têm casa própria. O aluguel de um bom apartamento, com geladeira na cozinha e tudo, não passa de 20% do salário.

ET – Quantas horas se trabalha na Suécia? Quantos dias de férias têm os trabalhadores? Como é a aposentadoria lá?

BK – A jornada de trabalho na Suécia está passando gradativamente de 45 para 40 horas por semana. As férias são de cinco semanas por ano. Aposentadoria o trabalhador ganha aos 65 anos de idade, recebendo dois terços do seu maior salário.

ET – É por isso que você acha que a Scania se interessa tanto em dar sua versão da greve para a opinião pública sueca? Se os operários suecos conhecessem melhor a situação dos seus colegas brasileiros, você acredita que fariam alguma pressão sobre as matrizes das firmas que têm subsidiárias no Brasil?

BK – Em geral, há atos de solidariedade, mas só verbal: moções de solidariedade no 1º de maio e coisas no gênero. No entanto, no caso da Scania, houve iniciativas concretas de apoio. Dirigentes sindicais suecos vieram para cá e exigiram que a Scania fizesse certas concessões. A principal delas foi que a empresa assegurasse a representação sindical dentro da fábrica. Acho que se essa greve continuar, existe a possibilidade de solidariedade na Suécia. A imprensa daqui não noticiou, mas já tivemos casos desse tipo quando houve as paralisações na Espanha, envolvendo a SKF

ET – Existe algum representante dos trabalhadores na direção da Scania sueca?

BK – Sim. Exatamente o que esteve aqui, o Arne Gustavsson.

ET – Que poderes ele tem?

BK – Não tem grande poder de decisão, mas tem grande poder para vetar coisas... Na verdade, por muito tempo, os sindicatos hesitaram em participar da direção porque isso amarraria as mãos do sindicato na sua luta pelos interesses dos trabalhadores. Depois, os sindicatos passaram a querer ter mais voz, influir não só sobre os salários mas também sobre a produção (o que produzir, para quê) para evitar doenças profissionais, o desemprego, etc. Daí, o sindicato aceitou participar da direção da empresa, o que pode ter bons reflexos aqui.

ET – Mesmo assim, a Saab Scania ao que se sabe ignorou o acordo feito com o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo para a criação da Comissão de Empresa. Você diria que a subsidiária brasileira está em desacordo com a matriz no que diz respeito à liberdade sindical, relacionamento com os empregados?

BK – Quanto ao acordo, de fato, ele existiu... depois a empresa recusou-se a assiná-lo. Ainda hoje eu recebi um telefonema da Suécia, do Jan Olsson, do sindicato de lá, que esteve no Brasil algumas vezes em 1976 e 1977, pressionando a direção da Saab Scania. Ele estava muito preocupado, querendo saber da greve aqui. E me disse uma frase que responde a sua pergunta: "A Saab Scania tem uma cara aqui e outra na Suécia".

ET – Voltando ao senhor Lindquist. Qual foi o tema principal de sua entrevista com ele?

BK – A pergunta crucial que eu fiz a ele foi sobre o acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos. Eu sabia que o Jan Olsson tinha estado aqui várias vezes pressionando para a criação da comissão de empregados e patrões. O próprio Arne Gustavsson, presidente do sindicato da Saab Scania de Sodertalje, a principal fábrica da Suécia, também esteve aqui por isso. No início da direção da subsidiária brasileira propunha uma comissão com dez integrantes (5 eleitos pelos operários e outros 5 nomeados pela diretoria), cujo presidente e secretário seriam nomeados pela diretoria; além disso, a comissão poderia ser dissolvida a qualquer momento pela direção da empresa. Eu sabia também que o Luís Inácio da Silva (o Lula) tinha aceitado discutir, mas tinha recusado essa proposta. Quando os dirigentes sindicais suecos estiveram no Brasil, a diretoria da Scania concordou em assinar um acordo segundo o qual a comissão teria dez integrantes, escolhidos pelo Sindicato dentre os operários da Saab Scania com mais de três anos de casa. Pelo acordo, a Comissão também disporia de quadros de aviso dentro da fábrica e se reuniria uma vez por mês com os representantes da empresa; extraordinariamente, qualquer uma das partes poderia propor uma reunião.

ET – Que aconteceu com o acordo?

BK – Nem foi assinado. Depois que os sindicalistas suecos foram embora, a diretoria da subsidiária "esqueceu" tudo.

ET – Você perguntou ao senhor Lindquist sobre o acordo. O que ele respondeu?

BK – Tergiversou. Disse que a empresa era provavelmente pioneira na questão das relações com os trabalhadores, que havia criado uma Comissão de Cooperação com os trabalhadores, que se reunia a cada três meses, para discutir as condições de trabalho...e saber o grau de contentamento dos operários com a empresa etc, etc. Aí eu lhe perguntei se o Sindicato reconhecia essa Comissão de Cooperação e ele me respondeu com outras evasivas, dizendo que era o melhor meio de chegar aos operários, que o Sindicato tem concepções diferentes das da empresa acerca de como ajustar os salários à inflação.

" COMISSÃO DE COOPERAÇÃO DA SAAB-SCANIA DO BRASIL S.A. "

Objetivos: Troca de informações, experiências e idéias para uma melhor integração entre os funcionários e a empresa, com isso aumentando a produtividade, melhorando o ambiente e a satisfação no trabalho.

Constituição

1. A Comissão só poderá ter como participantes funcionários da Saab-Scania do Brasil S.A., em número igual de representantes dos empregados e dos empregadores.

2. Os participantes da Comissão serão em número de dez. Cinco serão representantes dos funcionários e deverão ter no mínimo três anos de Companhia. Estes serão eleitos pelos funcionários da Companhia, e devendo representar as diversas áreas de trabalho da empresa. Sendo eleitos dois ou mais de uma mesma área, será empossado apenas o mais votado, escolhendo-se a seguir o mais votado de outra área até completar o total de cinco. Dos outros cinco, três serão designados pela direção da empresa, entre pessoas cujos cargos costumam envolver resolução de problemas normalmente levantados pelos funcionários, enquanto que os dois restantes, serão o Presidente da Comissão e o secretário, conforme estabelecido no ítem 7 deste regulamento. O mandato de cada comissão será de um ano, a partir da data de posse.

Funcionamento

3. A Comissão reunir-se-á uma vez por mês, a fim de examinar e discutir assuntos de interesse dos funcionários e/ou empresa.

4. Os assuntos já objetos de outras Comissões existentes na empresa, nas quais existam participantes eleitos pelos funcionários (CIPA, SBSS, Grêmio Recreativo, etc...) devem ser tratados por essas entidades.

A TODOS OS FUNCIONÁRIOS

REF. COMISSÃO DE COOPERAÇÃO

Temos a satisfação de informar-lhes que a Companhia resolveu criar uma Comissão de Cooperação, com o objetivo de trocar informações, experiências e ideias com seus funcionários.

A Comissão será composta de representantes dos funcionários e da própria Companhia, num total de dez (10).

Os cinco (5) representantes dos funcionários serão escolhidos por votação direta, da seguinte maneira:

a) - dois (2) funcionários representando a Fábrica de Motores e Departamento de Manutenção

b) - dois (2) funcionários representando a Montagem de Chassis e Fábrica de Eixos

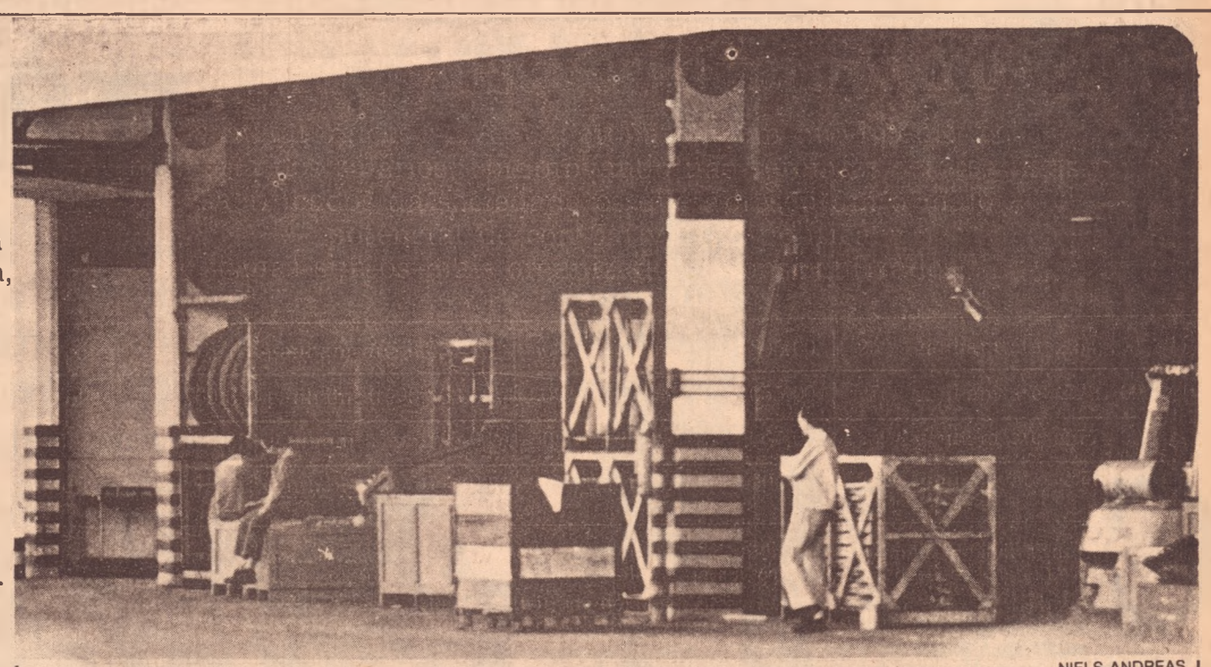
c) - hum (1) funcionário representando o pessoal de escritório

Poderão candidatar-se todos os funcionários que estejam trabalhando há mais de três (3) anos na Cia.. As inscrições deverão ser feitas no Serviço Social, ramal 367, a partir desta data até 23 do corrente.

A eleição será realizada dia 25 de janeiro de 1977 e os elementos eleitos serão empossados em data a ser indicada oportunamente.

Anexamos cópia do regulamento da Comissão, para conhecimento de todos.

Divisão Administrativa



NIELS ANDREAS

"Mas que o povo está gostando, isto está".

Depoimentos de trabalhadores de outras indústrias do ABC sobre as greves da Scania e da Ford, antes da Volks aderir.

São 15h, no portão dos "peões" da fábrica de automóveis Volkswagen. Horário de saída. No começo, apenas alguns operários, mas o número vai crescendo até se tornar uma multidão. Todos apressados em direção aos ônibus ou aos seus carros. Diante da solicitação de entrevista, muitos se desculpam pela pressa, outros simplesmente se viram, perguntam do que se trata, dizem não saber de nada e continuam a correria.

Sob a chuva fina e o frio, um senhor de uns 50 anos volta-se e, mais paciente, se esquiva: "A greve? O que você quer saber sobre a greve, meu filho? Nós não estamos em greve, são os colegas da Ford e da Scania."

"Não meu senhor, eu quero saber como os operários de outras indústrias estão vendo e o que o povo está pensando sobre a greve da Ford e Scania", retruco.

"João, nós não temos muita pressa. Vamos ver o que o rapaz quer", intervém seu acompanhante. "Mas – fala pro repórter que já está preparando o gravador – desligue que eu não falo nesse negócio aí. Pergunte o que quiser que a gente responde o que puder".

Mecânico, 51 anos, 5 filhos – 4 operários e um engenheiro –, dispara a falar: "a greve tinha que ser feita pois o governo só quer saber de arrochar o povo enquanto que os ricos ficam cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres".

"Mas a greve é contra o governo ou contra os patrões, por aumento de salários?", indago.

"Se o senhor vê muita diferença, diz prá nós. Os patrões têm tudo do governo e os operários só muito trabalho, doença e miséria. Não falo por mim que não tenho mais ilusão. Já estou velho, por me aposentar e com a família formada. Falo do que eu vejo por aí. Do que vejo no bairro em Mauá, dos colegas. Ora, quem não vê o que o povo tá sofrendo? O povo tá revoltado. Os ricos é que estão no governo. Essa greve aí está sendo muito bem vista pelos operários. Já tá todo mundo cansado de só ver lei, lei e mais lei. Explicam tudo com lei. Não dão aumento por causa da lei. As firmas alegam que não podem aumentar porque a lei não permite, que o governo não deixa. Por isso que digo que a greve dos companheiros da Ford também é uma revolta contra o governo".

Volto a perguntar: "O senhor acha que muitos operários estão pensando como o senhor?"

"Não sei. A gente não conversa muito dessas coisas. Eu já estou velho e passei por muita coisa. Trabalho de operário faz muitos anos. Essa rapaziada que está aí não sabe muita coisa. A gente sente o que está no ar. Não se fala muito, mas o que a gente escuta é de aprovação; agora me desculpa...", e já se prepara para sair.

Outros operários que estavam em volta também querem falar: "escreva aí que a greve é boa mas que não pode ter bagunça" – diz um deles.

"Mas o que o Sr. acha da greve, o que é uma greve com bagunça e uma greve sem bagunça?", provoco.

"Olha, se tem bagunça vão pensar que operário é irresponsável, que não pensa na família, que não quer trabalhar. Mas se o operário faz a greve para mostrar pro patrão que ele tem que aumentar o salário da gente e que nós não somos apenas uma máquina, então a greve é boa."

'Até falar da probreza é proibido"

Na Chrysler, a saída de operário é às 17:00 h. No portão há alguns operários que estão em dispensa de INPS e foram apanhar uns documentos. Um fresador de 32 anos, casado e com 2 filhos, sabe muito pouca coisa da greve. Sabe o que o jornal e a televisão estão divulgando. Mas também no bar, no ônibus e na fila do INPS, os colegas estão falando da greve. "Se a gente fala muito é perigoso. Vão dizer que é subversão e anarquia. Mas que o povo tá gostando, isso está. Hoje não está dando mais nem pra por os filhos na escola. Os preços das coisas sobem demais, eles têm que aumentar nosso salário porque a gente não tem outra fonte de renda."

Lanço-lhe uma questão: "Como o senhor via o assunto da greve antes da paralisação da Ford e Scania, e como o senhor vê agora?"

"É, se alguém falasse que ia haver greve , a gente ia ficar pensando que não ia dar certo, que é proibido, que iam mandar gente embora ou prender quem fizer greve. Mas já faz alguns dias que o assunto está correndo e os patrões estão preocupados. Deu na televisão que o ministro ainda não sabia se era ilegal. Tomara que os colegas consigam o aumento. Bem que nós aqui também estamos precisando ganhar mais".

Na Cooperativa da Volkswagen, duas senhoras a muito custo se dispõem a falar. Como os operários respondem às perguntas de forma muito direta – sim, não ou não sei – é preciso ir cavando suas respostas. Da greve, como todo mundo, estão informadas pela imprensa ou pelos comentários da vizinhança. Seus maridos trabalham na Volks e não quiseram dar os nomes com medo de prejudicá-los. O marido de uma delas já participou de uma prolongada greve antes de 1964. Diz: "Esse negócio de greve traz muita atrapalhação. Há muita perseguição. Por causa dela meu marido sofreu muito. Nós todos em casa sofremos. Quando havia greve a gente ficava sem ter dinheiro prá comer. Lembro que naquele tempo eles até se preocupavam em fazer (não conseguia lembrar o nome) coleta entre todo mundo da fábrica, para quando houvesse greve, tinha um lugar onde arrumar dinheiro para trazer para casa". E mais: "naquele tempo a greve funcionava. Às vezes demorava, mas quando o patrão não queria aumentar o salário, a greve conseguia. Hoje não dá pra fazer essas coisas porque até falar da pobreza é proibido, imagine fazer greve..."

(José Luiz Brum)

Indústria Automobilística

Os saudosos lucros faraônicos

Os metalúrgicos do ABC detonaram um movimento pela melhoria dos salários, comprovando não serem os setores mais sacrificados da sociedade os que apresentam o maior potencial de combatividade política, mas sim os mais organizados e conscientizados.

Scania	73,4% ganham até 6.458,00	50% ganham até 4.805,00	25% ganham até 2.549,00	Fonte DIESE
Volks	69,6% ganham até 6.363,00	50% ganham até 5.055,00	25% ganham até 2.797,00	
Mercedes	73,3% ganham até 5.715,00	50% ganham até 4.767,00	25% ganham até 2,774,00	
Ford	73,9% ganham até 5.718,00	50% ganham até 4.902,00	25% ganham até 2.770,00	

A Indústria Automobilística brasileira deve estar saudosa dos fabulosos lucros e das taxas de crescimento obtidos durante o "milagre". Naquela época (1968/74), o chamado carro-chefe da economia brasileira crescia à taxa astronômica de 20% ao ano e seus lucros eram de tal monta que, em 1973, o diretor-presidente da Volkswagen internacional declarou à imprensa européia que os lucros da filial brasileira sustentavam todos os prejuízos da corporação, às voltas com a crise do capitalismo em vários países.

Naturalmente, todos esses lucros não apareciam nos balanços oficiais, graças a um sem número de artimanhas e dispositivos na legislação braleira, que permitiam a um dos setores mais estrangeiros da economia remeter anualmente polpudos lucros para o exterior. Dentre as formas mais conhecidas de disfarçar os lucros e, portanto, de iludir o Imposto de Renda e a Lei de Remessas de Lucros, destacam-se a manutenção de parte do patrimônio sob a forma de empréstimos, pagamento de royalties, tecnologia e assistência técnica às filiais.

Em 1975, a Chrysler do Brasil "devia" cerca de 94,6 milhões de dólares; sua despesa financeira para o mesmo ano era de 22 milhões de dólares. Cifras bem superiores ao patrimônio da empresa, de 7,9 milhões de dólares. Dessa forma, a Chrysler deixava de pagar 30% de Imposto de Renda sobre os 22 milhões de dólares que remetia ao exterior, devidos, o caso os "empréstimos" estivessem no país como patrimônio. Nesse mesmo ano, os empréstimos externos da General Motors do Brasil eram de 196 milhões de dólares, cifra essa que equivalia a quase 1% de toda a dívida externa brasileira, já na casa dos 20 bilhões de dólares. As despesas financeiras da GM para o ano em questão foram de 51,4 milhões de dólares e, se somadas à irrisória taxa de lucros de menos de meio por cento, elevariam esta última para mais de 20%.

Já a VW prefere o expediente do pagamento de assistência técnica para mandar seus lucros para fora do país. De 1966 a 1974 essa empresa alemã remeteu cerca de 112 milhões de dólares, também a salvo da tributação brasileira. É desnecessário mencionar a inexistência desses serviços de assistência técnica, fato aliás reconhecido pelo próprio governo brasileiro - sempre tão generoso com o capital estrangeiro - que recentemente proibiu tal tipo de pagamentos.

Os lucros faraônicos obtidos pela indústria automobilística durante o "milagre" deveram-se sobretudo à política de arrocho salarial e aos fortes incentivos governamentais concedidos ao setor. Assim, mesmo pagando salários mais elevados que os outros setores produtivos, as elevações salariais dessas empresas mantiveram-se sistematicamente abaixo do aumento do custo de vida e muitas vezes inferiores aos aumentos [illegible] produtividade. De 1974 para cá, a crise econômica foi tomando conta da economia brasileira e obrigou a Industria Automobilística a contentar-se com taxas de crescimento e lucros mais modestas (se bem que ainda de fazer inveja a muito país capitalista adiantado), esta pôs em prática novos meios de aviltar os salários. Passou a despedir sistematicamente um certo número de trabalhadores, para recontratar outros tantos a salários inferiores, graças à ausência da **estabilidade** substituída pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Assim as empresas automobilísticas estabeleceram um rodízio de força de trabalho, sempre readmitida a salários inferiores. Além disso, a pretexto da crise econômica, alguns contingentes de trabalhadores foram despedidos e os colegas restantes tiveram de aumentar o seu ritmo de trabalho, diminuindo, na prática, os salários destes últimos.

Mesmo recebendo os salários mais elevados, ou melhor, menos baixos do conjunto da força de trabalho do país, os trabalhadores metalúrgicos têm tomado a iniciativa, nestes últimos anos, de protestar contra a política salarial do governo. Em agosto do ano passado, quando o Banco Mundial propiciou a denúncia do engodo dos índices inflacionários de 1973, foram eles que tomaram a ofensiva de reivindicar a reposição salarial da perda do poder aquisitivo dos salários, camuflada pelos índices fornecidos pelo então ministro Delfim Neto. Na última semana os metalúrgicos do ABC detonaram um movimento pela melhora de salários, comprovando não serem os setores mais sacrificados da sociedade os que apresentam o maior potencial de combatividade política, mas sim os mais organizados e conscientizados. **(Guido Mântega).**

Se você pensa que nós fomos embora.
Nós enganamos vocês;
fingimos que fomos e voltemos... (Adoniram Barbosa)

Ói nós aqui outra vez

Pelas fábricas – como uma gripe – a greve se alastrou. Primeiro parou a Scania, depois a Ford e a Mercedes, depois a Volks... A rotina cotidiana operária se altera. Rompe-se com velhos hábitos e costumes. Brota espontânea a possibilidade de novos gestos e atitudes: não trabalhar, ficar ali parado e quieto em frente à máquina, por 20% de aumento.

"Mas foi bonita a parada... me arripiô, que parecia que ia sair os fios dos cabelos do braço. E parô... parô mesmo rapaz!!!"

Um ar de sucesso enche as caras e substitui as reações iniciais de surpresa e susto. A força dos músculos onde o trabalho espremeu uma cor azul viril e bonita... Os mesmos músculos que acionam máquinas estão agora retesados apontando noutra direção: 20%! Os apelos abstratos pela "união" se fundem em reivindicações concretas acompanhadas de ação: paralisar! O sentimento de segurança, de confiança, de combatividade se manifesta concreto, compacto, tão real como a realidade das máquinas que se poderia tocá-lo. A força aprisionada, reprimida dentro e fora das fábricas se libera. A greve mostra a cara e reina. Sua presença ocupa as conversas, preenche os olhares. Invade os bares próximos e neles se mistura com bebida, futebol e reclamações. Dá volta, ronda pelos portões, envolve chaves e tornos, contamina...

A CLASSE OPERÁRIA EM CENA COMO UM GRANDE TOURO NEGRO OUSANDO MOSTRAR A POTÊNCIA DE SUA FORÇA

A presença da greve se faz sentir. Está lá, no estacionamento vazio da Ford, em seus portões abertos por onde ninguém entra. Está ali, na voz áspera do gerente da Mercedes que irado dobra o jornal e nega: "A Mercedes não está em greve!". Está aqui, na voz nervosa do representante do sindicato: **"A greve pegou a gente de surpresa!"**

No curso supletivo mantido pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema o clima é agitado. A greve rouba o começo das aulas. Os alunos – geralmente operários e operárias da região – trocam informações:

– Virgê! E todo mundo topô? Todo mundo parô!?

– Todo mundo!

– Jóia!

– Foi a gente lá na Scania é quem começou!

Parou. Parô. Parar. A palavra se repete. Pula nas bocas. Entra nas salas, vai aos banheiros, toma café nos balcões e todos, mesmo sem saber direito no que tudo isso vai dar, se indagam quem mais parô ou vai parar.

"Como a fábrica parou? Através de sinais e gestos é assim que vai parando... Se o companheiro da máquina do lado não liga a sua máquina, você também não liga. Na Scania teve uma hora, de manhã, que alguns ligaram, puseram as máquinas prá funcionar, daí os outros seguiram e todo mundo começou a trabalhar. No banheiro mesmo, trocamos informação e resolvemos que era prá parar e foi tudo de novo parando. É claro que tem sempre uns que não param, nesses é chuva de parafuso nele... Lá na Ford, os chefes tão fazendo os mais novos, de 20 dias, um mês, tocar a máquina. Eles ligam ela e põem o peão novo prá trabalhar, quando o bicho é medroso e aceita, os mais velhos se reúnem e vão lá nele..."

"NÃO ESTAMOS SOZINHOS...

A FORD PARÔ!"

"Uma seção pára e grita: estamos parando! Daí fica um olhando o outro... diante da máquina... vai devagar e pára..."

"Hoje lá na Ford a segurança que sempre é fardada apareceu toda vestida de macacão. O pessoal da ferrramentaria falou se eles entrarem lá de macacão vão levar porrada!"

"Na Volks começaram de novo com aquele negócio de distribuir fichas prá sorteio de carro e TVs. Prá cada ano de serviço, uma ficha, além dos Cr$ 600,00 que vão dar no dia do aniversário da empresa..."

E cada um que fala, fala sorrindo, estranhando talvez esse "atrevimento", esse desafio. As horas se grudam. A surpresa com as notícias diminui pois a imaginação corre solta e já constrói a possibilidade de uma greve geral. A sensação entre todos é de se estar medindo a força que se tem.

"Se esse monstro aí em frente parar (aponta a Volks) **a roseira balança... ah, se balança!..."**

"Há dois anos, quando a Ferramentaria da Volks tentou parar, os alemães chamaram o DOPS. Eles, com cachorro e metralhadoras andavam de ùm lado pro outro dentro do setor. Não deu... quem tentasse parar levava bordoada. Agora não... agora é diferente... agora dá! Mas tem que parar a fábrica toda, a produção. Na Ford foi assim, parou a produção, o resto parou".

"Um oceano de fenômenos eternamente novos..." é isso que a greve provocou e provoca. Entendê-los e dar a eles respostas organizadas é um outro oceano maior ainda e sem muitas respostas. A disposição de continuar a briga não deixou dúvidas: **"Se a Ford não deixar fazer a assembléia lá dentro, vamos continuar parados. É 20% de aumento! Diminuir o preço da condução e a alimentação? Aquilo não é comida, é perfeita lavagem prá porco!"**

VOLTAR À ROTINA?

Ainda que sendo uma greve nascida principalmente de entusiasmo, deu ânimo novo à combatividade dos trabalhadores. Lançou à frente, dando contornos mais precisos à consciência de classe e de sua situação atual.

"A firma tá lá juntando dinheiro a rodo e nós não leva nada!?

"O que? Se o pessoal tem medo? Parece que não. Parou tudo de uma vez! Se mandarem todo mundo embora a coisa encrespa mais. Eles podem amanhã, por medo de nós, fechar os portões e não deixar ninguém entrar!"

Se a grande tônica da greve foi dada pelo impulso espontâneo, os trabalhadores de São Bernardo provaram de novo o gosto, sentiram o prazer de fazer de suas vontades – fatos. Descobriram que a melhor forma de lutar pelo direito de greve é fazendo greve. Superou-se e deixou-se prá trás a "violência dos discursos", a "ação" restrita a pronunciamentos, brilhantes ou medíocres, feitos em conferências, reuniões e banquetes. A realidade se abriu de forma a permitir que o enfrentamento contra a opressão se alastrasse e ampliasse a solidariedade de classe, transformando-a em algo vivo e comovido. Não a solidariedade vazia, mas a outra, a solidariedade nos atos, solidariedade entre os que têm os mesmos problemas, as mesmas necessidades e a mesma força e, ainda que vaga, a mesma idéia sobre a necessidade de uma nova e possível sociedade. Uma nova sociedade onde o governo esteja nas mãos dos trabalhadores e na qual eles possam socializar os frutos de seu próprio trabalho.

Sérgio Squilanti

Lutar pelo direito de greve, é fazer greve.

Na quarta-feira, 17, o ambiente no Sindicato dos Metalúrgicos transformou-se. A paralisação de 70% dos quase 20 mil operários da Mercedes Benz do Brasil era comentada com júbilo, aumentando a impressão impregnada no ar, que outras fábricas mais estavam parando.

"E a Volks, pára ou não pára?"

"Que nada, os alemão, dobraram eles!"

"Dobraram uma ova... vai ver lá, lá no mural. Se até sexta-feira eles não derem uma resposta, para tudo. A peãozada tá louca"!

Porém já à tarde o quadro era outro. Grupos de operários da Mercedes nas escadas e nos bares, criticavam abertamente a direção do sindicato:

"Devia agora é fazer greve contra o sindicato!"

"Eu não volto, vou continuar em greve!"

"A peãozada foi coagida. O doutor Maurício reuniu o pessoal lá na fábrica, depois de ter conversado com a Diretoria da Mercedes e começou contando o caso de Osasco, que paralisou a cidade inteira e não conseguiu nada. Disse que entrou o Exército, que prendeu todo mundo, que a maioria foi despedida, que não levou a nada. Começou assim... Assustando!"

"Esse foi o primeiro papo. Começou por aí... imagine o resto!"

"Ele disse que a proposta de 15% de aumento a ser dado de 1º de junho deste ano até fevereiro de 1979 foi da diretoria da Mercedes, mas que prá imprensa ele ia falar que era uma proposta do sindicato".

"A peãozada faz greve, se mata, e depois foi a Mercedes quem deu... assim não dá!..."

"Falou que é melhor um passarinho na gaiola do que dois na gaiola do vizinho."

"O sindicato não foi mediador de coisa nenhuma, foi lá é prá estragar. Se não metesse o bico o pessoal tava parado e ia conseguir os 20% de aumento."

"Mas ninguém tá satisfeito não... qualquer coisinha que jogar ali, incendeia tudo de novo."

"É impressionante pô!... É impressionante... tudo mundo apoiando e ele vem com um papo de estruturas não sei de quê, que elas não agüentam, que o governo não pode dar, que atrapalha o país... O que a gente viu... o que o cara do sindicato disse era prá ter vergonha ... era prá o cara nunca mais pisar aqui..."

"Dois dias parados, você acha que eles iam continuar negando, tendo prejuízo!?"

"Eles subiram lá em cima e já vieram com a resposta feita. Não combinaram nada com o pessoal que tava parado."

"Foram pegando o pessoal sem consultar sem nada. Você acha que 1 cara pode representar 500?

"O cara que o sindicato escolheu, quando disse que ia, levou uma vaia!!

"Lá no meu setor mandaram o alemão, o gerente; peão mesmo não foi nenhum!"

"E depois vem dizer que o sindicato é nosso!..."

A atuação do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo foi no mínimo contraditória. Boas declarações foram acompanhadas de outras lastimáveis. No final da noite de quarta-feira, enquanto no sindicato se aguardava uma resposta afirmativa para a proposta feita à diretoria da Ford, de permitir a realização de uma assembléia no interior da fábrica, grupos de operários da Mercedes Benz, inconformados com a "solução" encontrada para a greve de sua fábrica, discutiam acaloradamente com Djalma, um dos diretores do sindicato, no salão interno do 1º andar.

"Mas companheiros – dizia Djalma – **não adianta radicalismos, daqui a pouco põem o Exército e acaba tudo. Já tem gente trabalhando, voltando ao trabalho... devemos ponderar... Prá mim, como diretor do sindicato, o que eu posso ganhar é ser preso. E vocês? Vão é ser despedidos! Tem que ponderar... senão acabam com tudo!...**

"Mas por que acabar com tudo? A gente parado, eles negociam!"

"Não negocia, não. A Mercedes não negocia com os trabalhadores, não aceita. Só negocia com o sindicato! Não adianta radicalismo companheiro! Nós não estamos na Espanha, na Europa. Posteriormente podemos fazer coisa melhor. Daí não precisa nem de sindicato. Nós brasileiros não estamos preparados para isso. Não adianta radicalismo!"

"A diretoria da Mercedes conseguiu foi é dobrar o sindicato."

"Não adianta radicalismo..."

E a conversa se encerra com os operários se retirando visivelmente frustrados. Djalma, posteriormente entrevistado, confirmou a necessidade de se acabar com o "radicalismo" e ponderar. São dele as seguintes ponderações:

"A proposta de 15% parcelado é uma proposta conjunta do sindicato e da diretoria da Mercedes. A diretoria só admite discutir com o sindicato. Na reunião que fizemos, chegou-se à seguinte conclusão: a Mercedes daria 15% a partir de 1º de junho a 31 de março de 79, sem definir quando daria. A proposta foi levada aos operários, e numa assembléia no restaurante com 300, ela foi aprovada. Aceitaram, mas que fosse dado da seguinte forma: 5% em 1º de junho, 5% em 1º de outubro e 5% em 1º de fevereiro (79)."

"Eu acho que é razoável. Não está bom. Mas a gente tem de ser realista."

Questionado se essa seria a orientação geral que o sindicato levaria para o conjunto dos grevistas, afirmou:

"Não é bem isso. O sindicato faz o que os trabalhadores querem, mas eu acho que essa proposta vai ser aceita por todos."

O que nessa hora foi esquecido deve ser lembrado.

Por que não se convocou uma assembléia geral dos trabalhadores da Mercedes (19 mil) para deliberar sobre a proposta? Por que antes de aprová-la não foi ela discutida com os trabalhadores nas várias seções da empresa (naquele dia 70% deles já tinham aderido à greve)? Por que optou-se pela solução de última hora, de uma assembléia de apenas 300 que apressadamente "aprova" propostas insuficientemente discutidas por todos?

Isso tudo abre a possibilidade de sérios questionamentos à representatividade do que foi deliberado.

Um sindicato livre e independente faz de **fato** o que os trabalhadores querem. Um sindicato atrelado não faz. E para os trabalhadores poderem expressar o que querem é necessário a utilização de mecanismos amplamente democráticos. Procedimentos que possibilitem a discussão de propostas para depois deliberar sobre elas.

Soa bonita a frase: "se colocar na defesa dos interesses dos trabalhadores"; defender isso na prática é que é difícil. A classe operária, de forma quase que espontânea – como bem reconhece a diretoria do sindicato de São Bernardo – faz, pratica greves e avança na conquista do direito legal de realizá-las. Combate o arrocho salarial brigando por aumentos. Levantar abstratamente as bandeiras do "Direito de Greve", "Liberdades Sindicais", "Fim do Arrocho Salarial" serve muito mais a intenções eleitoreiras do que à concretização desses objetivos.

O ânimo e a disponibilidade de luta que a classe operária mostrou em São Bernardo **assusta** não só os empresários. Esses de repente deixaram de lado seus inclementes e lamuriosos pedidos de aberturas ao regime. Hoje lembram aos operários que as **leis** que estão aí, embora "injustas", devem ser rigorosamente respeitadas. Aberturas sim, mas desde que não prejudiquem e diminuam muito os lucros.

A disposição de luta da classe operária assusta também os sindicatos que sabem fazer maravilhosos discursos mas não oferecem uma orientação firme, capaz de unificar as reivindicações e levá-las mais adiante.

S.S.

NIEVES ANDREAS

"A idéia muita coisa causa"

Um depoimento da dupla Delmont e Amaraí sobre a música sertaneja

(As partes em negrito foram montadas em versos a partir de uma entrevista com a dupla Jordão e Jordel, classificada na eliminatória realizada na cidade de Guaratinguetá-SP, para a final do Festival Record da Música Sertaneja).

Faço música a partir daquilo que gosto e pelo faturamento que ela pode dar, as duas coisas juntas. A gente fica inibido se uma música não pegar, se nao fizer sucesso, se o público não cantar. A pesquisa do gosto é feita por nós, a partir daquilo que a gente gosta e acha que vai pegar.

Desde criança a gente ouve música sertaneja e vai ouvindo até pegar uma certa maturidade e saber que gosta mesmo. Eu tenho a música sertaneja (apesar de eu ser baiano e dizem que baiano é pra tocar samba e essas coisas), como algo que eu quero pra mim. Tem uma identificação comigo sim, não resta dúvida.

Queremos criar um estilo
dentro da massa sertaneja
Tenho certa formação/O Jardel
cer ta cultura
Lapidar o nosso estilo/Criar um
mode ser
Entendidos pelo caipira e por gente
de cultura

Nas nossas músicas misturamos a realidade do campo e da cidade, porque muita gente tá chegando do meio rural para o urbano e gosta de nossa música. Mesmo esses moços que saem do interior e vêm para a cidade dizem que não gostam tal e coisa. Quando tá com a namorada põe lá umas fita de música pop, rock e essas coisas mas, quando ficam sózinhos, metem uma fita nossa no toca-fita do carro e curtem, lembrando do seu lugar e da vida que levavam. Agora, o motivo de não se fazer mais música que falam da realidade do campo é a comercialização. Esqueceram o histórico e partiram pro romantico, que é o que o povo quer.

O sertanejo procura fazer música
Que Falam da realidade/O amor
Com mais frequência e sinceridade.
Fazemos nossa música
Pro caboclo sentir a realidade
Nós tamos saindo prá uma tangente.

Quem ganha mais sempre é a gravadora, não tenha dúvida. Se colocassem uma lei que verificasse esse negócio de gravadoras todos os donos estariam presos. É assim, vendem 50 pagam sobre 10 e não existe uma lei como essa por causa da humildade do sertanejo. Ele nunca teve um chefe que chegasse e lutasse pelos seus direitos. Falta responsáveis pela inoperância da ordem dos músicos e dos sindicatos. Zé

BETH CARMONA

Delmont e Amarai

Bétio e outros, principalmente o Zé Bétio, agora estão montando um sindicato dos músicos sertanejos e pensam em fazer alguma coisa prá controlar a situação, pois as gravadoras vivem dos sertajenos. Muita gente tem medo de falar sobre isso, mas eu falo é prá consertar e falo até ser preso se for preciso. Tem uns que gravam e não fazem sucesso e porisso sofrem mais a situação. Agora, eu tenho doze anos de carreira e sei até quanto custa a produção de um disco. Tenho um conhecimento de tudo, o que é preciso desde a gravação até o disco chegar nas lojas. Mas qual a prova que eu tenho de tudo isso, se as notas fiscais de venda ficam com a gravadoras, sob seu controle e os discos não são numerados? Pode botar aí, que eu assumo o que tou falando esses donos de gravadoras são todos uns ladrões. Eu sei que quando uma gravadora paga cem mil cruzeiros para contratar uma dupla, sei que ela podia pagar até 500 mil para fazer esse negócio e ainda sair ganhando. Mas muitas duplas não têm essa consciência.

Queremos atingir
o último degrau da gloria
Que todas as duplas almejam
A luta de todas as duplas
amadoras E chegar lá,
ser profissional, e nessa luta
uma atrapalha a outra.

No começo as gravadoras interferiam mais, dizendo que vai acompanhar, quantos músicos e tudo mais. Isso entre 67 e 68 quando elas tinham pouco dinheiro e a coisa funcionava assim, mais ou menos de comum acordo. Agora não, elas estão nadando em dinheiro e têm que dar os instrumentos necessários prá fazermos a gravação do jeito que a gente quer. Só quem não reclama não tem. Claro que isso só para os que têm certa cota de discos vendidos e que porisso têm autoridade. O pequeno não, este tem que se sujeitar ao que a gravadora quer, o que tá começando não pode impor o que ele quer. Já os altos profissionais de sucesso, com 10, 20 anos na praça podem impor certas condições. Veja, por exemplo, nossa música "Saudade Minha Terra" teve pelo menos umas 200 gravações por outras duplas e cantores, e agora, para nossa felicidade, David MacLean gravou um disco tipo exportação com músicas sertanejas clássicas, em Inglês e a nossa está incluida ao lado de "Pai João", "Menino da Porteira" e outras.

A RCA VICTOR, por exemplo
é assim Você vai lá como nós
fomos/ O cara bota você prá cantar/
Sai de lá, não lhe dá atenção
Volta depois
se oferecendo pra gravar
Só a música
mas com as duplas que eles querem
Só não falam em contratar.

Se a música sertaneja ficasse só com viola e violão, ela não teria o sucesso que tem agora. As orquestras enriquecem mais a música sertaneja. Faz, por exemplo, o caboclo prestar mais a atenção na mensagem e é mais agradável pro ouvinte urbano. Os sertanejos, eu acho que devem agradecer ao Sérgio Reis que fez outra faixa de público conhecer o sertanejo, gravando músicas bonitas como o "João de Barro" e entre elas a nossa ("Saudade de Minha Terra"). Quanto ao Léo Canhoto usando guitarra, cabelo comprido, eu concordo com o Léo porque ele lançou uma idéia e a idéia muita coisa causa. Se ele fosse imitar os outros, não aconteceriam. Ele fez junto com o Robertinho uma outra inovação na música sertaneja, isso é inovou o "som" sertanejo. Porque pode acreditar, enquanto existir arroz, feijão e boteco com pinga, tem música sertaneja para o brasileiro. A idéia de utilizar a orquestra sempre foi do artista. A gravadora pensava, vamos gastar se não der resultado nós paramos. Isso no sigilo deles. O negócio foi prático, idéia cristalina, aquele sucesso, aí a gravadora passou a utilizar disso prá todo mundo e criou novos estilos de música sertaneja. A rancheira e a pistona e outras.

Antigamente o que sertanejo
canta va/era fato verídico
Hoje se quer alegria
é isso que cantamos.

O meu pensamento é o seguinte. Ninguém quer lembrar da infelicidade, só da felicidade. O cara que saiu do campo ele não queria sair. Ele sente saudades dos parentes mas não quer se lembrar das coisas ruins. Existe o que se lembra, chora e sente saudades mas não quer voltar prá lá. Assim se a música é realista, não vai. Se gravar uma música histórica não dão valor, por isso é que o pessoal tá fugindo disso. O comércio não valoriza esse tipo de música. No nosso novo LP "O Roteiro da Vida" gravamos músicas históricas e românticas. "Evolução", que é uma música que retrata a vida na roça desde o tempo dos engenhos até os dias de hoje, ninguém toca, não faz sucesso. O pessoal tá gostando do "Giramundo" que é uma música que fala do divórcio. É esse tipo de música que faz sucesso, que as rádios tocam.

Eu não sou um grande compositor, o que eu faço mesmo, para falar a verdade, na maioria das vezes é fabricar uma música sem a chamada insipiração, mas o que eu sinto é o real.

Entrevistas e depoimentos
concedidos a
Gilberto Morgado e João Bosco
Brandão

"Linha Sertaneja Classe A", sim sinhô.

BETH CARMONA

"Esperamos que vocês aplaudam, cantem e delirem, enfim participem do nosso programa. O que nós queremos é isso. Que vocês participem". (Aplausos do público.) "Iiiisso".

20:30 hs

No ginásio de esportes de Guaratinguetá (Estado de São Paulo), está prestes a começar a penúltima eliminatória do primeiro festival Record da música Sertaneja promovido pela rádio Record.

O apresentador José Russo inicia o festival apresentando os jurados, e solicitando para cada um deles uma salva de palmas.

Uma "guarda de cordas" separa público/jurados e imprensa/palco.

"Queremos agradecer as presenças do Sr. Ernane Ferreira delegado seccional de Policia de Guaratinguetá e dona Marina Ferreira secretária de Cultura Esportes e Turismo desta cidade. Uma salva de palmas Ooooba.." (Aplausos) "Iiiisso".

Daqui a pouco vai se iniciar a apresentação dos concorrentes e o desfile dos grandes astros da **"Linha Sertaneja Classe A"** da emissora. Enquanto o festival não inicia, na transmissão por rádio, o apresentador informa ao público que "Zé Bétio acabou de telefonar dizendo que não pode vir mas que está com ouvido coladinho ao rádio e envia um grande abraço para todos vocês. Uma grande salva de palmas para Zé Bétio o maior animador sertanejo do rádio brasileiro, ooooba" (Aplausos) "Iiiisso". "Alô gente boa de Londrina sábado que vem estaremos aí lotando o Moringão para a última eliminatória que antecede a grande final do nosso festival dia 27 no ginásio de esportes do Corintians Paulista no Parque São Jorge em São Paulo. Uma salvação de palmas para o povo de Londrina ooooba". (Aplausos). "Iiissso".

No palco desenhos em tecidos lembram o cantador caboclo abraçado à viola, a casa grande da fazenda, os animais, a natureza, as árvores, céu limpo, montanhas, a tão cantada casinha do caboclo ao lado de um riacho claro. Dezenas de garrafas de pinga para serem distribuidas para o público e candidatos.

Enquanto as duplas cantam, cinco meninas com a média de 10 anos, recriam as chacretes e silvetes da televisão, só que com vestidos longos e estampados, de chapéu de palha, tentando caracterizar-se à caipira.

Asuperlotação que anuncia o apresentador não chega a verdade a tomar as dependências do ginásio coberto de cartazes de publicidade que anunciam a promoção.

Através da Record sob o patrocínio de Botas Sete Léguas, produtos da Alpargatas do Brasil, Brindilla D-3 da Esso, Caminhões Ford, caninha Rio Pedrense e Sal boiadeiro Marfim, o apresentador lembra que o que se está promovendo é "a verdadeira música de nossa terra".

As duplas se apresentam ou de terno e gravata modelo "cidadão classe média urbano", com roupas brilhantes, ou vestimentas que mais lembram toureiros espanhóis.

Nos intervalos do programa o "animador" Pedrinho de Lara traz ao palco pessoas escolhidas entre o público e as presenteia com garrafas de pinga, botas, livretos do Capitão Furtado, mas não sem antes perguntar o nome do fulano, se é parente de conhecidos personagens de Faroeste das histórias em quadrinhos, como Durango Kid, "Não sou não sinhor". "Mas que parece, parece. Não parece?". Assim o grotesco se comunica com o público de 5 a 6 mil pessoas da região do Vale do Paraiba que estava no ginásio de esportes.

O critério para a escolha das cidades nos explica a relações públicas da Record: "E feita uma triagem para ver onde a Rádio tem maior penetração. Em Ribeirão Preto na semana passada tinha mais de 20 mil pessoas num estádio de Futebol e tivemos problemas pois o pé soal queria invadir o palco".

No palco Tião Carreiro e Paraiso. As luzes diminuem centrando-se só nos "astros".

O festival continua. ***GM/JBB***

Revelações inéditas sobre a morte de Chico Mineiro

"No tempo em que Jesus vivia/Ele disse um dia e não foi a esmo/
Quem nesse mundo a maldade infesta/Tudo o que não presta morre por si mesmo".

Apesá d'eu sê patrão,
eu tinha no coração
o amigo Chico Mineiro,

(...)

viajamo mais de deiz ano
vendendo boiada e comprando
por essie rincão sem fim

(...)

mai, porém, chegô um dia
que Chico apartô-se de mim.
A festa tava tão boa.
mais, ante não tivesse ido.
O chico foi baleado
por um home desconhecido

Larguei de comprá boiada
mataro meu companhero.
Acabô o som da viola,
Acabô-se o Chico Minero.

Depois daquela tragédia
fiquei mais aborrecido,
não sabia de nossa amizade
porque nóis dois era unido.

Quando vi seus documento,
me cortô meu coração
Vim sabê que o Chico Minero
era meu legítimo irmão".

Apesar da morte de Chico Mineiro, não acabou o som da viola, como sugeria na década de trinta esta música de Tonico/ Francisco Ribeiro gravada por Tonico e Tinoco.

Dentre os produtos mais rentáveis no mercado de discos a música sertaneja é um dos principais.

"Nos primórdios da música sertaneja, quando a indústria cultural ainda não a tinha açambarcado na sua totalidade, quando ela ainda era expressão cultural de uma coletividade homogênea, os compositores sertanejos eram mais ou menos livres para escolher e explorar os temas de suas canções. A temática das canções explorava muito mais o dilema da sobrevivência do homem rural, suas divergências com o patrão – caso das músicas da rebelião paulista de 1924 de autoria de Cornélio Pires e sua Turma" gravadas para o selo Colúmbia em 1930" (**Acorde na Aurora** de Waldemir Caldas.)

A música sertaneja passou a utilizar a forma da tradicional música caipira que era ligada à vida das comunidades enquanto efetivadora de certas relações sociais e aprimorou-a musicalmente, para melhor cumprir a sua função enquanto instrumento de controle da classe dominante na imposição e reprodução de sua ideologia.

Convém lembrar que o reconhecimento dos direitos do homem pelo capitalismo, não teve maior significação política para os trabalhadores do que o reconhecimento da escravidão pelo Estado. Ou seja, o capitalismo não surgiu para acabar com a escravidão em que vivia o trabalhador, mas tornou o seu trabalho assalariado, desapropriando seus instrumentos de trabalho e colocando-o no mercado enquanto possuidor unicamente de sua força de trabalho; assim também, o Estado Capitalista não combate a religiosidade, mas concede liberdades religiosas. Esse raciocinio vai nos explicar em parte porque a indústria cultural a[illegible] se desenolve nesse cenário, surge [illegible] para acabar ou explicar as "sina-[illegible] "fatalismos", "lamentações", "dore-[illegible] etceteras, do caipira, mas para incorporá-los à sua ideologia, dando a êsses comportamentos um tratamento naturalista, do tipo "sempre foi, sempre será": o caboclo nasceu para chorar, sofrer, ser infeliz.

Gravadoras x Artistas

Como todas as manifestações culturais que antecedem o desenvolvimento da indústria cultural no Brasil, também a música caipira não é por ela negada mas sim incorporada. A indústria cultural passa a impor aos artistas as suas relações de produção. Ou então, temos aí de um lado as gravadoras, detentoras do capital e do controle da produção, e do outro os artistas que vendem a elas o seu trabalho.

A música sertaneja produzida deste modo, herdando todo o misticismo da musica caipira tradicional, passa a interpretar a complexa realidade social, assimilando também este princípio, o mistico, que por sua insuficiência só pode beneficiar a manutenção do estabelecido.

Desenvolvendo o chamado "gosto popular", a indústria cultural sempre coloca o artista na função de reprodutor da ideologia da classe dominante: não levantar questões, naturalizar o existente.

Assim, as contradições surgem nas letras sertanejas como sendo problemas eternos do "homem". No geral, mesmo a falta de trabalho, o "não ter o que comer" não são apresentados enquanto problemas sociais concretos mas enquanto azares ou sinais, ao passo que a riqueza e sua acumulação estão sempre associados à sorte. Para a maioria da população isso significa que estaria destinada à pobreza enquanto estado natural e por isto só poderá mudar por um ato de bondade ou por uma intervenção divina. Isto é, "a natureza é imutável".

A sociedade (entendida enquanto "mundo") sempre aparece dividida entre heróis e vilões; bons e maus.

Na música "Disco Voador de Palmeira" (gravada por Jacó e Jacozinho), o autor considera que o problema "deste mundo" no qual "os homens do nosso planeta dão a impressão que já não tem mais crença/ Em vez de fabricar remédio pra curar o tédio e outras doença/ Inventam armas de hidrogênio/ usam o seu gênio fabricando bomba", e como solução torce para"... que seja verdade que exista mesmo disco voador/ Que seja um povo inteligente pra trazer pra gente a paz e o amor/ Se for pro bem da humanidade que felicidade esta intervenção/ Aqui na terra só se pensa em guerra matar o vizinho é nossa intenção". Alertando-nos ainda: "Não se esqueçam que por mais que cresçam/ Que perante Deus qualquer gigante tomba".

Nesta música em que os "homens são maus, só criam problemas", espera-se uma intervenção de outro planeta ou do "Criador". O tédio de que fala Palmeira, talvez seja a alienação e ele reproduz a nível do senso comum o que a Ciência do sistema receita: para "esse mal": nenhuma solução social mas sim remédios. Mas, alienado, acredita que o "mal" seja um dia destruído pois diz na letra "No tempo em que Jesus vivia/ Ele disse um dia e não foi a esmo/ Que nesse mundo a maldade infesta tudo o que não presta morre por si mesmo".

Moral e fatalismo

Na música de Zalo, Nelson Gomes e Biguá, "O Crime do Fazendeiro", este ao suspeitar que sua filha Terezinha era beijada "no seu rostinho corado" pelo empregado Zezinho "deu dois tiro no coitado, que tombô na agonia", enquanto "Terezinha desmaiava vendo o que seu pai fazia". Depois da morte a filha explica ao pai que havia sido picada no rosto por uma cobra e "que o veneno, foi Zezinho que tirô", portanto o "coitado, estava inocente, o sinhor nem consurtô... a minha vida meu pai, foi Zezinho quem sarvô". Se o beijo realmente tivesse sido dado no "rostinho corado", coitado do Zezinho além de morto seria culpado. O beijo se tornou mais imoral, na condição de ser dado por um empregado.

O reforço às formas de comportamento propagadas pela ideologia dominante, é feita constantemente como neste caso em que, se Terezinha estivesse de amores com Zezinho (coitadinha), os seus sentimentos teriam que passar antes pelo consentimento do pai. A transgressão às normas é fatal.

Já em **Coração de Luto** de Teixeirinha, um dos discos de maior vendagem no Brasil, num dos versos, diz o autor: "Passei fome passei frio/ Por esse mundo perdido/ Quando mamãe era viva/ Me disse filho querido/ Pra não roubar nem matar/ Não ferir sem ser ferido/ Descanse em paz minha mãe/ Eu cumprirei seu pedido". Para ele o problema de não matar e não roubar é remetido a um pedido de sua mãe, uma ordem moral superior à sua existência. Não se coloca enquanto um indivíduo que vive numa sociedade violenta, sujeito às suas contradições, que podem levá-lo inclusive ao cometimento do ato "fatal". O autor sai de cena.

Em **Chico Mineiro**, citado na abertura deste artigo, existe todo um reforço às relações familiares institucionalizadas, burguesas, pois o contador apesar de toda a convivência que tinha com o seu companheiro Chico Mineiro, a sua grande dor não foi perder um amigo com o qual havia criado profundos laços a partir da convivência do trabalho que juntos faziam, mas sim ao saber que ele "era seu legítimo irmão".

E os antagonismos?

Nesse sentido é interessante notar o que Amarai – da dupla Delmonte e Amarai, diz a respeito das gravadoras: "O que está começando não pode impor o que ele quer, tem de se sujeitar à gravadora..." ou como disse ainda "faço música também a partir do faturamento que ela pode dar". Em outras palavras, a autonomia dada ao artista pela gravadora é relativa, pois, na medida em que, tenta inovar ou revolucionar o "gosto popular", o artista encontra a forte barreira de um mercado que já está viciado em consumir a produção dessa industria cultural.

Assim, Indústria Cultural se reproduz a partir da sua própria produção da alienação pois na medida em que o artista não se submete às suas imposições, ele não encontra **como** entrar no mercado, – as duplas sertanejas, tanto as iniciantes como as de sucesso, partem do princípio que têm de fazer o que o público gosta sem questionarem de como foi imposto esse chamado "gosto popular". O ciclo então se completa a partir já da falta de consciência dos próprios artistas.

Perguntando sobre o porquê dos temas da música sertaneja falarem mais da cidade do que do campo, Alcides de Lima compositor ainda desconhecido, concorrente do Festival Record da Música Sertaneja diz que: "A evolução da cidade é tão grande que até assusta. Todos deixam de ficar no campo para ganhar o pão na cidade, mas apesar da vida ser mais fácil lá, a inspiração vem do sertão e nas minhas músicas eu procuro falar do sertão para o homem da cidade e do amor que é uma beleza de tema do qual todos gostam".

O problema do bóia-fria, por exemplo, aqui não aparece e a expulsão para a cidade surge como uma livre opção ou até mesmo uma aventura, o centro urbano como um lugar onde a sobrevivência é mais fácil, o que não passa de uma ilusão face à marginalização em que vive a maioria dos migrantes nas periferias das cidades.

A baixa consciência do artista sobre os problemas reais da sociedade, tratando-se apenas como oposições de tipo "felicidade e infelicidade", "bem ou mal", e não como problemas cuja base é a própria estrutura social, os coloca a serviço da ideologia da classe dominante.

Mas Alcides faz músicas alegres pois "meu objetivo é trazer a alegria.. não vamos falar do que o cara sofre ou sofreu, sempre falar mais de alegria do que de tristeza".

E esse mesmo o objetivo da ideologia da classe dominante e dos seus agentes: fazer com que as pessoas aceitem muito mais a imagem da realidade que ela cria e impõe: o seu princípio de realidade, do que a realidade mesma em que o sujeito vive, fazendo-o com isto ir contra seus próprios interesses.

João B Brandão/Gilberto Morgado

França, maio de 1968

As fábricas sem os patrões

Depoimento a
Ana Maria Galano,
do coletivo do
EM TEMPO em Paris

Quase 10 milhões de trabalhadores entraram em greve na França entre maio e junho de 1968. Christian Marquette, atualmente presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas da CFTD (Confederação Francesa Democrática do Trabalho), relata como ocorreu a ocupação da fábrica em que trabalhava, num subúrbio de Paris. Trata-se de uma das empresas da Rhône-Poulenc, do mesmo grupo que controla, no Brasil, a Rhodia Indústrias Químicas e Têxteis; Valisere, Rhodasa Indústrias Têxteis e Químicas; Clorogil Indústrias Químicas; e outras. Na parte final da entrevista, Marquette analisa a relação entre a crise econômica atual – os salários praticamente congelados, um milhão e 500 mil desempregados – e a evolução recente da política dos partidos de esquerda.

COLETIVO DE PARIS (D.R.)

Vietnam, estudantes e a ocupação da fábrica.

– Em 1968, eu trabalhava já há dois anos na **Rhône-Poulenc Vitry,** uma fábrica especializada em produtos farmacêuticos, com 3000 assalariados (600 na pesquisa e o resto na produção). Havia um grande número de jovens nessa fábrica e nós fundamos um "Comitê Vietnam" depois da ofensiva do Tet, em janeiro de 68. Quando, aqui na França, os estudantes começaram seu movimento, nós também nos tornamos mais ativos na fábrica. Isso independentemente da orientação da Confederação Francesa Democrática do Trabalho (CFDT), sindicato ao qual a maioria de nós pertencia. Foi então que houve a passeata do 13 de maio.

ET – Contra o que exatamente se estava protestando, com a passeata do 13 de maio?

CM – O governo De Gaulle reprimira de forma extremamente violenta uma manifestação estudantil no dia 11 de maio. As centrais sindicais (CFDT, CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores, FO – Força Operária) convocaram para a passeata do 13 de maio: contra a repressão e por certas reivindicações operárias. Lá na fábrica, algumas pessoas já achavam que se estava criando uma situação excepcional. Para muitos não era mais uma das habituais "jornadas nacionais de protesto". Só na volta da passeata é que a coisa começou a mudar. Deve ter sido o impacto com a dimensão da passeata: quase um milhão de pessoas. No dia seguinte, praticamente ninguém mais trabalhava. As organizações sindicais convocaram uma assembléia geral, a qual vieram 2000 pessoas: decidimos ocupar a fábrica. Aliás, as centrais sindicais nunca deram uma palavra-de-ordem de greve geral ilimitada. A partir do 13 de maio, desenvolveu-se um movimento nas empresas, que foi crescendo como bola de neve. Cada dia mais empresas entravam em greve, e foi assim que se chegou à greve geral.

A organização interna da fábrica ocupada

ET – **Quando vocês decidiram ocupar a fábrica, que objetivos atribuiram à ocupação?**

CM – Não tínhamos objetivos precisos. Durante toda a greve nós não nos perguntávamos como ela iria terminar. Era como se tivesse havido uma enorme mudança e isso fosse definitivo. E a prova é que, quando houve a proposta de um governo Mendes-France/Mitterrand, nós nem sequer discutimos a questão. Nós estávamos ocupando a fábrica, que fazíamos parcialmente funcionar... Era sobre isso que a gente falava: **como** fazer a ocupação. Depois da primeira assembléia, os 3 sindicatos se reuniram e foi decidido que, devido à baixa porcentagem de sindicalizados na empresa, era necessário fazer uma greve muito ativa, procurando levar a maioria dos trabalhadores a participar da ocupação. Foi decidido criar **comitês de base** ao nível de cada escritório, oficina e laboratório, que elegeriam seus representantes. Um **comitê de greve** reuniria o conjunto dos delegados de comitês de base e criou-se um **comitê executivo**, composto por representantes das organizações sindicais. Alternadamente houve sempre 1.500 (mil e quinhentas) pessoas ocupando a fábrica.

ET – **As mulheres também?**

CM – Também. No início, isso provocou algumas discussões: se as mulheres participariam da ocupação durante a noite... Mas, exceto alguns serviços, não houve discriminação. As mulheres ocuparam a fábrica tanto quanto os homens.

ET – **Você disse que durante a ocupação os trabalhadores fizeram a fábrica funcionar parcialmente...**

CM – No primeiro dia da ocupação, os contra-mestres ainda ficaram na fábrica. No setor onde eu trabalhava, nós abastecíamos os hospitais em produtos ditos de emergência. Os dois chefes desse serviço vieram à primeira reunião do comitê de base e disseram: "fulano e beltrano têm de ficar para o caso de algum hospital ter necessidade urgente de um produto". Com esse pretexto, tentaram requisitar quase 2/3 dos trabalhadores do serviço. Nossa reação imediata foi de dizer que eles já não mandavam mais. Agora, o comitê de base e o comitê de greve eram soberanos. Só eles podiam decidir quem ficava ou não. Havia piquetes de greve, para controlar quem saía e entrava na empresa. E piquetes de auto-defesa para a noite, porque era necessário proteger certos produtos: bombas de gás, material de combate a incêndios etc... Foram mantidas ainda outras atividades, devido a problemas de segurança: alguns aparelhos de produção, por exemplo, tinham de ser permanentemente alimentados com gás líquido. Foi preciso cuidar dos animais-cobaia do departamento de pesquisa. Cada serviço se ocupava do seu abastecimento, mantinha as instalações em condições de funcionamento. Inclusive em cooperação com outras empresas em greve, como a Air Liquide, com a qual fez-se verdadeiros contratos para o abastecimento. Com um depósito de gasolina situado perto da empresa, também negociamos um contrato. O depósito passou a abastecer o comitê de greve que, em seguida, informava ao conjunto da quntidade de gasolina disponível. Cada comitê de base definia suas prioridades e fazia-se a distribuição.

'Basta que alguns lembrem a tradição...'

ET – **Antes vocês já tinham pensado em ocupar a fábrica alguma vez?**

CM – Sempre existiu uma tradição de ocupar fábricas na França. E algumas ocupações no próprio truste **Rhône-Poulenc.** Foi o caso da **Rhodiaceta** em 1967. Mas, como em relação a outros problemas, certas tradições ressurgem periodicamente. Ainda que não sejam os mesmos trabalhadores a ter participado de uma experiência. Basta que alguns lembrem a tradição, para que seja assumida pelo conjunto, como se já tivessem vivido a coisa. Mas a nossa ocupação, feita com o funcionamento permanente de comitês de base, foi excepcional. Na maioria das fábricas, os trabalhadores faziam assembléias, asseguravam os piquetes, mas não havia uma organização por serviços. O resto do tempo as mulheres faziam tricô e os homens jogavam **petanque** (tipo de jogo de bocha). Foi só depois de 2 ou 3 semanas que compreendemos que em outras fábricas a ocupação não era como a nossa. Até então, para nós, aquilo tudo era inteiramente "natural" e ninguém pensava que pudesse acabar. Tanto é que, nos comitês de base, já preparávamos uma nova organização hierárquica: se um dia os chefes de serviço voltassem à fabrica, só seriam readmitidos para preencher funções técnicas. E, de fato, durante uma semana, depois do fim da greve, os chefes continuaram sob a direção do comitê de base. Só depois da vitória da direita nas eleições é que os chefes se sentiram com força para retomar "seu" lugar.

ET – **Quanto tempo durou a ocupação?**

CM – De meados de maio a começo de junho. A ocupação continuou mesmo depois de os sindicatos darem a palavra-de-ordem de retomar o trabalho. Diariamente se fazia uma assembléia-geral de balanço da greve. Até que só uma pequena minoria decidiu continuar... A greve também já não tinha mais objetivo: as reivindicações tinham sido negociadas vários dias antes e os patrões não iam ceder mais.

ET – **Você disse que a ocupaçao não teve objetivos precisos. Como foi que as reivindicações foram definidas?**

CM – Propostas das organizações sindicais foram discutidas nos comitês de base. Esses formulavam também suas reivindicações e estabeleciam uma ordem de prioridades. Com o conjunto das reivindicações reunidas, o comitê de greve estabelecia uma nova ordem de prioridades. A primeira reivindicação comum era o pagamento dos dias de greve. A segunda: o aumento de salários igual para todos ou seja, uma soma fixa para todos os trabalhadores, independentemente de sua categoria. E a reivindicação de que os comitês de base continuassem a existir. No entanto, as reivindicações não foram negociadas ao nível da empresa, mas do truste **Rhône-Poulenc...**

Depois da greve geral

CM – Nos dois anos que se seguiram a maio de 68, havia um clima de espera. Apesar do resultado das eleições, se pensava que ia haver uma nova explosão, e que, dessa vez, a coisa iria até o fim. Durante vários meses os comitês de base continuaram a existir. Mas, à medida que os meses passavam, vinham cada vez menos trabalhadores. Depois os sindicatos voltaram a ser as únicas organizações de representação dos trabalhadores. As discussões sobre alguns problemas - hierarquia, organização do trabalho - eram diferentes das de antes de 68, mas o funcionamento da organizaçao sindical manteve-se idêntico: baseando-se na atividade dos delegados, em reuniões de trabalhadores sindicalizados. Só de vez em quando é que havia uma assembléia-geral de trabalhadores, mas a maioria já não vinha. Tinha a impressão que a assembléia servia para disputas entre organizações sindicais. Não compreendia porque não era mais possível decidir as coisas em comum.

ET – **Quer dizer, então, que pouco a pouco as estruturas criadas durante a ocupação foram desaparecendo...**

CM – Foi, isso mesmo. Foram estruturas criadas no clima de incrível entusiasmo de 68. Esse entusiasmo ainda as sustou durante algum tempo. Mas, se elas desapareceram, não foi só porque o entusiasmo foi declinando: deixaram de existir os meios de fazer funcionar aquelas estruturas. Atualmente só os delegados sindicais têm 15 "horas de delegação" por mês.

O reconhecimento da seção sindical da empresa, obtido em 68, correspondeu apenas ao direito de ter uma sede, murais **na** empresa. E ainda com limitações: só empresas com mais de 200 assalariados. Mesmos os membros da seção sindical só se reúnem uma vez por mês - depois do expediente. Assim só se consegue reunir os trabalhadores mais conscientes. Sobretudo nas empresas em que o transporte é assegurado por ônibus especiais, com horário fixo.

ET – **E as reivindicações qualitativas...**

CM – Houve toda uma fase em que se falava muito disso - reivindicações quantitativas, qualitativas... Em vez de reivindicar aumentos de salários, seria preciso encontrar outras coisas - extensão das férias remuneradas, redução do dia de trabalho - que eles não pudessem anular pela inflação ou outros métodos. Mas ainda assim... Pelos acordos de 68, ao nível do truste **Rhône-Poulenc,** a semana de trabalho deveria ser reduzida a 40 horas. Durante 2 anos, cada 6 meses diminuíam 5 ou 6 minutos. Os trabalhadores não sentiam mudança nenhuma de seu tempo de descanso e lazer. E, além disso, se começou a perceber que, apesar da redução dos horários, nós estávamos dando a mesma produção.

ET – **Por quê meio?**

CM – Às vezes por simples transformações do aparelho de produção ou por uma racionalização mais intensa do trabalho.

ET – **Fala-se de "recuperação" de certos aspectos de 68 ...**

CM – É verdade que houve uma certa recuperação. Por exemplo: a gente exigiu saber de onde vinha um produto, para quê servia, etc. Foi assim que, em algumas oficinas, se começou a dizer que tal ou qual maneira de trabalhar não tinha sentido e se propunha outros processos mais racionais... As sugestões iam sendo adotadas... Mas o problema não é nada simples. Muitas vezes uma reivindicação acaba melhorando o funcionamento e a rentabilidade da empresa. Mas, ou se faz a reivindicação ou se escolhe a política do quanto pior, melhor. E isso leva a quê? Havia militantes de organizações de extrema esquerda que diziam para os trabalhadores "isso vai ser recuperado; é uma forma de integração". Mas que adianta dar como única perspectiva a mudança do poder, sem dizer concretamente nada... É preciso reconhecer que a luta sindical quase sempre se situa entre tentativas de transformar a sociedade e reivindicações imediatas, que estão dentro do sistema. Mas isso não se deve a uma natureza particular do movimento sindical. Reflete a própria luta operária.

'Restruturação' da indústria, partidos de esquerda e sindicatos.

ET – **Atualmente, enquanto dirigente sindical, você está em contato com centenas de seções sindicais de diversos tipos de empresas. Como vê a chamada "reestruturação" da indústria francesa?**

CM - Há setores, o têxtil e a siderurgia, cujo potencial de produção está sendo liquidado. Em alguns setores, eles abandonam parte das atividades e intensificam o desenvolvimento de outras. As multinacionais transferem certas etapas da produção para suas empresas em países do Terceito Mundo. Estão ocorrendo mudanças nas condições de produção em quase todos os setores de atividade. Na química, ainda não se sente modificações tecnológicas de grande peso, mas tem diminuído o número de assalariados, aumentado a carga de trabalho e os acidentes. Outro fato que se vai generalizando é a divisão de atividades de produção entre a empresa central de um truste e empresas de sub-contratação, trabalho temporário, serviços. Essa chamada "restruturação" vai ter consequências ao nível do aparelho produtivo. Mas é a própria composição da classe operária que se está transformando também e isso já está repercutindo na relação de forças para o movimento sindical. Uma parte das atividades de produção começa a "escapar" aos sindicatos porque sua principal implantação é nas grandes empresas e nas empresas centrais dos trustes. Acontece que hoje certas empresas de subcontratação desenvolvem atividades tão estratégicas - ou mais - que as empresas centrais. Basta dar um exemplo : depois da greve no setor de informática nos bancos, esse setor "saiu" dos bancos para empresas de serviços...

ET - **A recente derrota eleitoral do Programa Comum da Esquerda parece ter causado uma grande tristeza e desesperança nas fabricas...**

CM - Durante anos a fio, jornais e panfletos explicaram aos trabalhadores que a solução de seus problemas viria com a mudança de governo e as nacionalizações. Assim, a derrota eleitoral só podia levar mesmo ao desânimo. Depois das eleições de março, ainda ficou mais claro que, embora dissesse todos esses anos que o principal eram as lutas, tudo foi encaminhado em função de uma única expectativa: o governo da Esquerda.

ET - **Quer dizer, então, que você praticamente divide esses 10 anos em dois períodos de espera: primeiro, a volta de 68, depois o governo de Esquerda...**

CM - É isso. Em vez de se concentrar todos os esforços na busca de meios para enfrentar a "restruturação", apresentada aliás como "naturalmente imposta pela crise", consumiu-se não sei quantas horas em seminários e debates sobre as nacionalizações. A "restruturação" vai prosseguir nos próximos anos e nós estamos despreparados para enfrentá-la. Por outro lado, até hoje ainda se está discutindo a causa do desacordo entre o Partido Comunista e o Partido Socialista. Para uns, havia análises da crise diferentes. Para outros, tratava-se de simples luta pelo poder no quadro da aliança entre os dois partidos. Eu acho que é outro problema que deveria chamar a atenção. A divergência PC-PS foi muito mal recebida pelos trabalhadores, foi condenada por grande número de organizações de massa. Mas como é que, apesar desses descontentamento, não se conseguiu ter a menor intervenção no processo de degradação das relações entre o PC-PS? Por que o jogo entre aparelhos políticos pôde dominar? É aí que se vê bem a fraqueza atual do movimento de massas na França. Nos últimos anos, falou-se muito sobre a "União das Forças Populares": partidos de esquerda, sindicatos e outros movimentos. Explicava-se que essa aliança era o centro da estratégia para mudar o governo. Não é incrível que não se tenha sequer posto em pauta o problema da unidade operária? E enquanto isso, o patronato foi desenvolvendo novas formas de divisão dos trabalhadores...

COLETIVO DE PARIS (D.R.)

COLETIVO DE PARIS (D.R.)

Nosso objetivo são os leitores e nosso espaço é para os livros, editores, livreiros e gráficos. Mensalmente, jornalistas, críticos, professores e leitores analisam, resenham e polemizam em torno de livros inéditos, novas publicações e reedições à venda nas livrarias de todo o país.

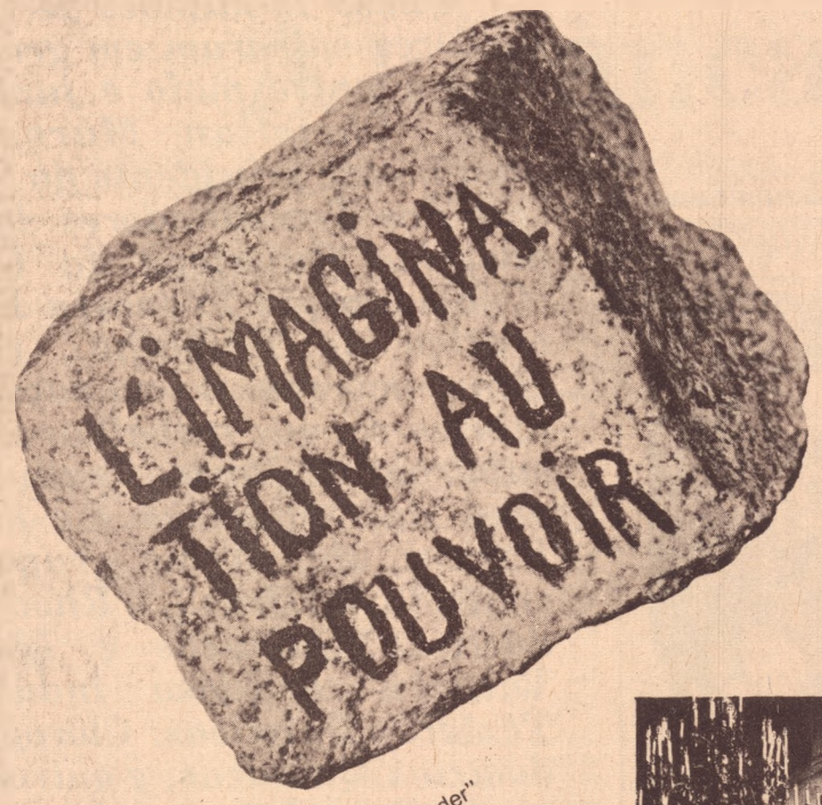
leia e assine **LEIA** LIVROS

Nº Avulso = 15,00
Assinatura (12 nº) = 150.00

– Uma publicação da Editora Leia Livros Ltda. –
Redação. R. Barão de Itapetininga 93, s/1201 Fones: 36-0671 e 35-6667

França, maio de 1968

A Imaginação Quase no Poder



"A imaginação no poder"

Barricadas e greves

Há dez anos, nas barricadas do Quartier Latin, marcaram encontro dois projetos antagônicos de sociedade. De um lado, estava toda uma concepção de acesso generalizado ao consumo (e sua contrapartida, o Estado autoritário), em confronto com jovens estudantes e operários que, realistas, "exigiam o impossível", e, no processo, punham em cheque todas as idéias consagradas relativas ao ensino, à moral e à própria participação política.

Das barricadas o movimento alastrou-se para as fábricas – e, subitamente, as classes dominantes francesas surpreenderam-se com dez milhões de operários em greve, à espera de uma estratégia e de uma liderança capazes de deitar por terra a ordem burguesa.

Essa estratégia não veio, a liderança não se manifestou, à altura, a sociedade velha não morreu – ou antes, a nova não chegou a nascer. Neste sentido, Maio de 68 foi uma grande e generosa explosão revolucionária, mas não uma revolução. No entanto, para toda uma geração, o movimento marcou uma ruptura – muitas vezes amarga, cheia de perplexidade – com a ação política tradicional. Pois, depois deste mês de luta nas barricadas e nas fábricas ocupadas, ficou claro que, para a revolução na Europa capitalista, não basta a existência de grandes (e lentos) partidos operários – é preciso, também, pôr a imaginação no poder. ***(C.E.)***

O ódio do sistema

"A Primavera do Nada". O título dado ao suplemento especial do "Estado de São Paulo" sobre o maio de 68 reflete bem a tônica das coberturas de grande parte da imprensa brasileira.

Dez anos passados, a rememoração encontra uma França ainda desencantada com a derrota eleitoral da esquerda e uma Europa sacudida pelo sequestro de Aldo Moro. O teor dos comentários é a insistência em buscar os laços entre o terrorismo atual e as barricadas de Paris. Ou em exibir "desdobramentos típicos" da rebelião estudantil: os drogados, os que aderiram ao sistema, o desbunde geral.

Tentando recuperar uma interpretação mais real e menos marcada pelo ódio que o sistema tem de 68, EM TEMPO debateu com três professores que viveram os acontecimentos da França, a natureza do movimento e suas implicações. Uma das conclusões: a raiva da direita à "bagunça" é de fato fundada. O ano de 1968 pôs em cheque o sistema burguês e as formas de dominação características do capitalismo de hoje.

Os testos que se seguem refletem idéias do debate com os professores Sérgio Silva, Michel Thiollent e Lígia Silva, da Unicamp, todos três presentes ao "1968" em Paris. (Do Escritório de Campinas)

Causas do movimento

É polêmico ainda hoje a identificação das causas do movimento de maio de 68 na França. Como justificar explosão tão súbita? Inevitável o apelo às questões específicas que tocavam o estudante: crise do ensino, mercado de trabalho etc.

"Havia essa crise do ensino, claro, e havia problemas em Nanterre, com o sistema de ensino antiquado. Mas não pode ser considerado de forma alguma o estopim. Lá pelo dia 3 de maio, houve uma reunião da UNEF (União Nacional dos Estudantes Franceses) na Sorbonne, e o problema era, para as lideranças, o que fazer com o movimento estudantil. O tema era a constatação da incapacidade geral de mobilizar os estudantes em torno de qualquer coisa. Inclusive a campanha contra o Plano Fouchet, de modernização (Tecnocrática) da universidade, e os problemas do mercado de trabalho eram bandeiras que se agitavam há um ano ou dois antes."

"Todas essas questões (marcado de trabalho, tradicionalismo da universidade etc.) são importantes, mas com o movimento todas elas foram ultrapassadas, se fundiram, e a questão passou a ser muito mais ampla do que simples problemas estudantis."

Durante todo o ano anterior, o protesto contra a guerra do Vietnã levou os estudantes às ruas e ao enfrentamento com a polícia. De certa forma, foi uma iniciativa que rompeu com o medo da repressão. Também o debate sobre a revolução cultural chinesa introduzida para os grupos de esquerda um fermento ideológico que abalava as estruturas do movimento sindicalista tradicional. Mas as causas da irrupção eram ainda mais profundas.

"A expansão terrível do ensino universitário, atingindo camadas sociais mais amplas do que anteriormente, junto com a chegada das gerações do pós-guerra, neste momento, às portas da Universidade, levaram não somente ao problema de conseguir um lugar no mercado de trabalho, mas sobretudo à desilusão em relação ao trabalho que iriam fazer, à sociedade na qual iriam participar. É um reflexo do desenvolvimento do capitalismo nesses países da Europa Ocidental, e não o problema específico de arrumar um lugar no mercado de trabalho."

"Há uma espécie de ruptura ideológica em relação ao sistema capitalista, à qual ainda não se deu a devida importância e destaque. A democracia burguesa está funcionando e, no entanto, não é suficiente para integrar. Uma espécie de descontentamento generalizado em relação à forma de organização social, que aparece mais nas camadas jovens e extra-polou completamente o movimento estudantil."

"Maio de 68 vira o símbolo da não-integração generalizada em relação à organização social do modo de produção capitalista. À visão que o capitalismo tem do bem-estar do homem. Um sentimento bastante marcado dos anos 60 é que o objetivo visado pela sociedade não integra. As grandes massas tem um objetivo mais amplo. Colocando em termos clássicos, não é um problema de aumentar os salários, mas de acabar com esta sociedade baseada no trabalho assalariado."

A sociedade não integra. A organização social, os apelos políticos, a estrutura sindical e a barganha pré-eleitoral são incapazes de atrair a juventude estudantil e mesmo a operária. O problema que maio/68 coloca afeta à sociedade em geral.

"Com uma semana de manifestações dos estudantes, quando o movimento de greve se espalhou em todas as fábricas, houve manifestações de operários com os sindicatos e, ao lado disto, muitos operários jovens não seguiram as palavras de ordem das organizações operárias".

"Quando os operários entraram em greve, inicialmente o pessoal da CGT (Central Geral dos Trabalhadores) tentou parar o movimento, mas depois tentou encabeçá-lo. Chegou a haver uma grande passeata com as organizações sindicais, CGT, CFDT..."

Maio foi também uma manifestação operária e social em que o controle sindical foi posto à prova: repudiou o movimento, tentou encabeçá-lo, esvaziou-o, negociou a estabilidade.

O significado

"Com o movimento, as organizações de esquerda não tinham (como até hoje não têm) objetivos mais estratégicos de luta, de como fazer a passagem para um socialismo que fosse capaz de levar em conta as transformações que sofreu o capitalismo e as próprias experiências socialistas existentes – não dando a devida importância à questão cultural ideológica, ao problema das minorias, da moral etc., que o próprio desenvolvimento do capitalismo pôs em questão."

Esta tomada de consciência não foi captada por ninguém, por nenhuma organização, não se consolidando num programa de transformação radical da sociedade. No entanto, 68 não deixou de ser uma ruptura com as formas tradicionais de organização e/ou seu conteúdo reformista – e neste sentido representou um avanço.

"Maio/68 marca no sentido de que deixou claro que uma transformação social terá que ser levada de forma diferente, por um caminho diferente, que não é uma negação, mas uma volta aos verdadeiros objetivos desta luta mais ampla. A raiva que o pessoal tem de maio é esta..."

Uma contingência (ou uma ironia?): a ausência de uma organização que captasse de forma consequente as questões colocadas pelo movimento e que conduzisse a uma transformação radical da sociedade permitiu que o capital aproveitasse em seu benefício alguns problemas levantados.

"As indústrias atrasadas fecharam e a produção cresceu em 68. Foi um ano de pico na produção e no lucro global. A indústria não perdeu nada, quem perdeu foram as pequenas empresas, tradicionais, familiares, etc., que muitas vezes foram obrigadas a desaparecer. Isto corresponde a um efeito da crise e corresponde também a uma certa estratégia monopolista. Este foi seu efeito econômico. Mas, dentro da organização industrial, houve efeitos também, experimentações para suavizar as relações de trabalho, acabar com o relógio de ponto. Isto é recuperado para o capitalismo e dá uma certa modificação, inclusive na vida."

A Imaginação Banida

"A repressão acabou com o movimento; agora, acabou também porque ele, evidentemente, não tinha forças para superar suas limitações, para colocar um projeto alternativo à sociedade."

Os comentários sobre a "Primavera de Maio" salientam quase sempre o caráter explosivo, liberatário, alegre mesmo, do movimento. A repressão é jogada para o fundo da cena – os estudantes tomam conta dos bairros e da cidade à vontade... A luta, os ferimentos, a morte, a sevícia policial, entretanto, compõem este quadro de explosão estudantil.

"Não é uma repressão completamente atabalhoada. O Estado tem uma certa segurança, ele sente que tem uma força, que ele não precisa jogar todas as cartas no primeiro round. Mas sempre marcando que a polícia estava lá, que os estudantes não podiam fazer o que quisessem nas ruas."

Maio/68 não foi uma revolução – foi uma explosão revolucionária, comenta Alan Krivine, um dos líderes do movimento. Esta falta de objetivos claros quanto à tomada de poder pelos insurgentes talvez explique a confiança que nunca abandonou de todo o aparelho repressivo.

O Estado, que por natureza se desdobra em tantas instâncias e faces, neste momento retrai suas instituições mais visíveis e se manifesta através de outras corporificações.

"...Certos lugares visíveis do Estado desaparecem, no caso, o Presidente da República, ministros queimam os arquivos... o desaparecimento do Presidente, algo meio calculado, faz parte do jogo. É um período de retraimento..." **(Na época, De Gaulle sumiu, reaparecendo depois junto às tropas acantonadas na Alemanha Federal).**

Após maio de 68, nota-se na França e em outros locais onde o movimento contestatório fez ouvir a sua voz, um aumento da repressão.

"O uso da força é muito grande de 68 para cá. Há um problema de crescimento da repressão em toda a Europa. Houve uma modernização fantástica da polícia, ela cresceu em termos de números, de modernização tecnológica: computadores, fichários automóveis etc."

A repressão também procura alargar o campo de sua intervenção legal, de seu controle sobre a população, de sua legitimidade.

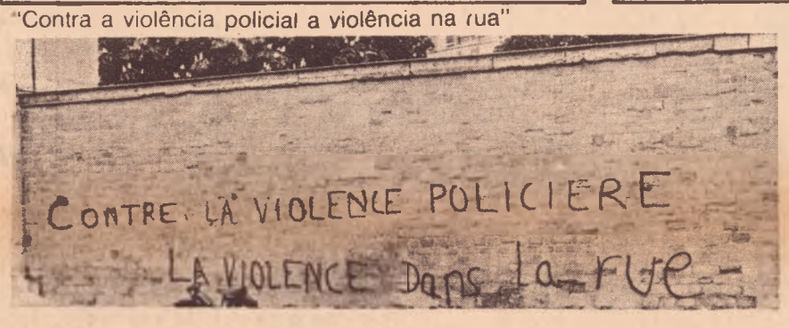
"Mais recentemente, na Alemanha e na Itália, a legislação, justificando-se no problema do terrorismo tem feito passar novas leis que são extremamente repressivas."

Assim, a polícia e o sistema como um todo procuram se preparar, se fortalecer contra possíveis movimentos contestatórios de massa como 68.

"Não devemos subestimar o medo que a polícia tem..."

COLETIVO DE PARIS (D.R.)

"Contra a violência policial a violência na rua"



Eleições

"A campanha eleitoral gaullista foi das mais arcáicas, desenvolvida sobretudo junto às populações camponesas isoladas e dispersas, através de rumores, de falsas informações, apesar da existência de um nível razoável de informação dentro da França. Para se ter uma idéia do grau de boataria espalhada, em muitos lugares afastados, no interior da França, chegou-se a acreditar que os chineses estavam em Paris."

Apesar da retórica direitista do gaullismo – apelos à ordem, à integridade da França, contra o cáos – muitos não entendem como pode o governo recuperar seu predomínio em tão pouco tempo e consolidá-lo numa formidável vitória eleitoral.

As eleições representaram um plebiscito a respeito de maio/68?

"Precisa-se entender que eleições são eleições, uma coisa específica. De Gaulle joga com o seguinte: fizeram esta bagunça prá nada, quebraram a cidade, e o que eles fizeram? Não tinham nada prá fazer, não tinham saída alguma a propor. Qual o projeto deles? o que propõem prá França? Eu (De Gaulle) tenho uma idéia para a França: vamos restabelecer o que havia antes, que mal ou bem atendia o interesse mínimo de uma faixa ampla. Foi o restabelecimento de uma ordem anterior diante de um movimento que se esgotou."

"Houve gente que mostrou simpatia ao movimento, que participou e que, depois, votou no De Gaulle... O pessoal vota diante de opções concretas, ninguém está votando em um ideal... O país tem que funcionar nos próximos anos."

As eleições serviram de tumba para um movimento que vinha se deteriorando.

"Todo aquele movimento inovador, levantando questões tão profundas em relação à organização social para, depois, fazer uma grande passeata ao Charléty, para ouvir Mitterrand... É o chamado final da linha...!"

"As eleições de junho só representaram um plebiscito no seguinte sentido: maio de 68 não criou nenhuma direção política capaz de governar a França.

Em suma, uma eleição caracterizada como da ordem contra a desordem". O velho projeto conservador contra uma esquerda ainda sem projeto, e que não foi capaz de converter os ensinamentos de maio em estratégia política. A vitória da reação estava de antemão assegurada.

Todo o poder aos Conselhos Operários (um enfurecido)

Todo o poder aos Conselhos Enfurecidos (um operário)

Maio/68: conflito de gerações? Mera reivindicação de condições de ensino? Anarquia total? Ou um dos momentos importantes de luta ideológica que a superestrutura burguesa enfrentou nos últimos anos?

Vemos um quadro bastante diversificado de interpretações. Uma das mais correntes é a da redução do maio/68 a uma simples contestação das condições de ensino. Ressalta-se o tradicionalismo das universidades – com seu conhecido esquema de "mandarinato intelectual", seu "saber universitário vazio" –, o estreitamento do mercado de trabalho para os profissionais recém formados etc; uma série de elementos, enfim, que tratados de forma isolada e exemplificados com os acontecimentos de Nanterre, dificultam uma real compreensão do descontentamento geral compartilhado por vários setores da sociedade francesa. Não negamos a existência desses problemas. O "edifício cultural" francês cumpre um papel importante na consolidação da hegemonia burguesa. Esta última passa necessariamente pelo reforço de certas formas de dominação intelectual e de certos valores que o sistema universitário combatido reflete. Porém, da mesma forma que o exercício da hegemonia não se restringe a esse nível, também não se limita a ele a crítica à ideologia burguesa efetuada pelo movimento de maio.

Outras interpretações correntes que também tendem a reduzir o significado dos acontecimentos são: a que enfatiza o "conflito de gerações" como causa, tudo não passando de uma revolta de jovens rebeldes, e a que, exaltando o caráter "espontâneo" do movimento, o transforma em "cáos", ressaltando uma prática anárquica negativa, que deveria ser combatida. Tais interpretações, que por vezes aparecem combinadas, tem cumprido bem seu papel de escamotear a questão do maio, dificultando a apreensão de suas mais importantes lições.

A chamada questão dos jovens, decerto, não pode ser ignorada. Não da forma como costuma ser tratada, não como "a causa", mas sim como um dos níveis por que passa o questionamento da hegemonia vigente. Maio/68 ocorre num momento dos mais democráticos do gaulismo e, pode-se dizer, do próprio Estado francês. Acompanhando esse período "áureo" da democracia burguesa, constata-se também a inegável melhoria do nível de vida. O desenvolvimento do capitalismo na França e na Europa ocidental em geral, tendo atingido já um grau considerável, permite o acesso por parte de setores cada vez mais amplo da população ao ensino universitário e as formas de vida material que, entre nós, possuem ainda o caráter de privilégio e exlusividade.

Tal grau de desenvolvimento das forças capitalistas e da prática da democracia burguesa mostrou-se insuficiente, porém, para integrar e satisfazer os objetivos das grandes massas. O que se questiona é a própria visão que tem o capitalismo do "bem-estar" do homem: a cultura e seu conteúdo, o modo de vida, e os valores da chamada "sociedade de consumo" – todos esses, níveis importantes da socieade civil. É nesse contexto, pois, que deve ser entendida questão dos jovens. Sua crítica à escala, à educação, à vida familiar, sexual etc., ao tipo de trabalho que iriam fazer, traduz um descrédito em relação à sociedade, da qual se vêem na contigência de participar. Em maio, as classes dominantes vivem um momento de debilitamento do consenso e de paralelo reforço da coerção. A incapacidade – temporária, é claro – de se apoiar nos antigos valores (que neste momento tem sua eficácia diminuída para alguns dos setores seus aliados em tempos normais), de fazer com que amplas camadas compartilhem sua visão de mundo de até então, exige transformações. Também elas (as classes dominantes) deixam de crer em muito do que criam antes. Do ponto de vista dessas classes, algo do esquema de dominação anterior necessita mudar para que este próprio esquema continue. Do ponto de vista dos setores mais amplos que vivem a crise, é a questão da quebra desta hegemonia que se coloca. O velho morre e o novo não pode nascer. Enfim, as velhas gerações dirigentes, vivem, mesmo temporariamente, sue "crise de autoridade". Coloca-se a perspectiva de uma outra hegemonia, de uma outra sociedade é nesse sentido que o "novo" pede e deve ser pensado. (As mobilizações iniciais com os jovens operários, que se contrapunham às lideranças oficiais, PCF do Partido Comunista Francês – e CGT Central Geral dos Trabalhadores – remetem a essas questões).

Quanto ao "espontaneísmo" de maio, a questão parece também ser outra. Deixando de lado a visão propagandistas dos gaullistas, transformando o "espontaneísmo" em "cáos", deve-se reconhecer que 68 foi para muitos intelectuais de esquerda um encontro com uma dura realidade, uma demonstração de seu despreparo face aos problemas que eram colocados. A política não mais podia ser restringida a questões de filiação partidária. O próprio cotidiano adquiria, nas manifestações, uma dimensão política que não podia ser ignorada.

a falta de um objetivo estratégico de luta, e a não clareza quanto à forma de luta a ser levada no ocidente (o predomínio da idéia de que problemas culturais, morais, etc, são "questões menores" que poderiam ser pensadas após a tomada do poder, sendo necessário, por ora, a concentração em torno de um partido forte para tal), foram pontos nevrálgicos que o próprio desenvolvimento do capitalismo na França (e nos demais países da Europa ocidental), pôs em cheque.

Os problemas efetivos que surgiram em maio com as reais manifestações dos vários setores e a própria resistência evidenciada pela sociedade civil a estes abalos, apontavam eles próprios para um rumo diferente: o **da construção de uma nova hegemonia que teria que ser anterior à tomada de poder, o estabelecimento de um vínculo entre intelectuais e trabalhadores que não fossem apenas instrumental e que** não terminasse por criar entre eles um verdadeiro abismo (de grande valia, diga-se de passagem, para a conservação da hegemonia burguesa).

Nesse sentido, o "espontaneísmo" de 68 serviu de certa forma para colocar os pés no chão. Mostrou como, na crítica à educação, aos problemas da vida familiar, sexual, etc., se manifesta o caráter de sujeição e subordinação da sociedade de classes. Mostrou enfim a necessidade de, num projeto de transformação, se trabalhar as novas formas de cultura e novos valores, e indicou mesmo, à sua maneira, a direção desta transformação. **(N.P.)**

Ditadura x Democracia. Contradição principal?

Esperando ver esta carta publicada, agradeço antecipadamente. Entrarei direto no assunto. W.B. Silva, na seção Aparte, EM TEMPO nº 5, mostra que Versus defende confusamente a criação de um partido burguês - sob a capa do nome socialista -, cuja função será lutar pela democracia burguesa. W.B. Silva, entretanto, ao apresentar sua posição, coloca-se no mesmo terreno ideológico-político de Versus. A razão última dessas concepções e de outras mais "trabalhadas", que defendem uma estratégia socialista e uma tática democrática-burguesa, reside na conceituação de ditadura x democracia como contradição principal.

Esta formulação parte do princípio de que existem contradições insuperáveis ou "explosivas" entre as várias frações do capital, na presente fase histórica, e termina, explícita ou implicitamente, advogando a proposição: capital monopolista – ditadura; médio e pequeno capitais – a democracia. Disto resulta a necessidade de estabelecer um compromisso político entre setores minoritários do capital e explorados para lutar contra o inimigo principal: a ditadura militar. Em continuação, este compromisso se materializaria na tática de liberdades democráticas. Enfim, conquistada a democracia burguesa, levar-se-ia à prática e estratégia socialista. Acredito que esquemáticamente e resumidamente expus a essência das concepções em foco.

Tarefa histórica

O grau alcançado pelo desenvolvimento capitalista no Brasil, não coloca mais a revolução democrática-burguesa como tarefa histórica. Hoje o que se põe como necessidade histórica é a revolução socialista. Isto porque, quer conjunturalmente, quer estruturalmente, a contradição capital x trabalho é contradição principal de nossa sociedade. A contradição ditadura x democracia não é "explosiva" no sistema capitalista, pela simples razão de que ditadura e democracia são duas formas de Estado que a burguesia utiliza com o fim de preservar e reproduzir as relações sociais dominantes. Não querer ver isto – ou não poder ver por "imposições" ideológicas – é abraçar consciente ou inconscientemente posições burguesas.

Outra variante é iludir-se com as contradições existentes entre as várias frações da burguesia. Tais contradições expressam no nível político a luta econômica intracapitalista pela apropriação da mais-valia. Vejamos isto.

Sabe-se que o capitalismo é compelido pela mola do lucro a entrar numa competição de vida ou morte que, necessariamente, impele-o a desenvolver as forças produtivas. Sabe-se que as esferas fundamentais da economia estão sob direção e controle do capital monopolista – internacional, associado, estatal. Sabe-se que os médios e pequenos capitais nem têm condições econômicas nem força política para concretizar uma alternativa de desenvolvimento capitalista. Daí se deduz que é no atendimento dos interesses IMEDIATOS do capital monopolista que o sistema capitalista - em sua totalidade - pode desenvolver as forças produtivas e assegurar os interesses estratégicos da burguesia.

pelo rolo compressor da concentração e centralização do capital, o médio e pequeno capital nada pode fazer a não ser lutar - nos limites do capitalismo - por uma melhor participação no bolo da mais-valia. Objetivam manter sua condição de capital e para tanto tentam colocar os explorados à reboque de seus interesses para chantagear o grande capital. Naturalmente, que é apenas chantagem, pois não crível que as frações das classes dominantes se associem ao inimigo principal, proletariado, pondo em perigo sua dominação. Vendo a questão por este prisma - que é o mais correto- não existem contradições insuperáveis entre grande, médio e pequeno capital, desde que todos são componentes da classe que vive da exploração do proletariado.

"Ditadura velada"

Neste sentido, as classes dominantes prefeririam governar através da democracia (ditadura velada). Se usam a ditadura aberta não é porque sejam burras ou perversas, mas sim porque as necessidades estruturais do desenvolvimento capitalista e a luta de classes contra o proletariado as obrigam a isso. Sendo assim, o chamamento do médio e pequeno capital à luta por liberdades democráticas é demagógico e visa, tão somente, enganar as massas exploradas. Na realidade o que eles fazem é juntar-se ao capital monopolista na procura de meios para "institucionalizar" o regime e com isso legitimá-lo frente aos explorados e oprimidos.

O quanto são superáveis as contradições no seio das classes dominantes, mostrando também que não há burgueses democratas e burgueses didatoriais, prova-o o famoso "milagre brasileiro", quando frações majoritárias e minoritárias do capital viveram em lua de mel - período de ditadura mais drástica. Por tudo afirmo que o inimigo principal é a burguesia e não a ditadura militar. Derrubar a ditadura para substituí-la por uma democracia burguesa é o mesmo que revolver a superfície e não mexer no fundo.

"Entre todas as classes, o proletariado é a única que tem um real interesse no aprofundamento democrático (...)"

Ainda que se sentidos esmagados

Ao criticar a visão de W.B. Silva não estou esposando a tese de que é incorreto lutar por liberdades políticas (democraticas). O que reprovo são as concepções que procuram subordinar a luta do proletariado a um programa de conteúdo burguês. Entre todas as classes, o proletariado é a única que tem um real interesse no aprofundamento democrático. Isto não significa, porém, que qualquer luta democrática sirva aos interesses dos explorados. Só é proletária a luta por liberdades políticas se, conjuntamente com ela, for encaminhada a luta pelo socialismo. E mais. Ambas tendo por diretriz um programa de conteúdo proletário.

Fora disso é confundir o proletariado e a arrastá-lo para lutas democrátistas e "socialistas" burguesas. E substituir, concretamente, a luta de classes pela conciliação de classes. Por isso, W.B. Silva, quando você defende a luta" . . . por liberdades democráticas (ou seja, por "mais" democracia burguesa), sem entretanto . . .", você está tentando, de fato, ". . . harmonizar a convivência do capital com o trabalho, semear ilusões, . . . apesar das melhores intenções "

Daniel P. de Matos - Belford Roxo (RJ)

Finanças: uma questão política.

FAÇA COM QUE O EM TEMPO SEJA SEU.

"Aos trabalhadores de EM TEMPO, aos nossos leitores:

O espectro das dificuldades financeiras ronda nosso jornal, como – de resto – quase toda imprensa independente. Dívidas, atrasos no recolhimento das vendas, crescimento lento no número de acionistas, poucas assinaturas vendidas. A cada semana, um novo número do jornal; e um novo rombo também nos minguados recursos que possuimos. Na última semana, na redação de São Paulo, todo o mundo andava preocupado com a situação – ou quase todo mundo, pois há gente que, por não ter os pés no chão, levita por sobre os problemas. Reuniões, sugestões, instruções: estamos decididos a enfrentar e vencer a barreira econômica.

Muita decisão necessária aflorou, então: maior profissionalismo no controle e na arrecadação das vendas, cortes nas despesas, novas campanhas de assinaturas, etc. Boas idéias foram ventiladas. Por exemplo, o recadastramento dos acionistas supostamente "trabalhadores", mas que na verdade não carregam o piano e só aparecem na hora das votações (sobre eles, o poeta Ascensio Ferreira poderia escrever novos versos: "Hora de discutir, discutir/Hora de votar, votar/Hora de trabalhar, pernas pro ar/ Que ninguém é de ferro").

"Não podemos seguir nos equilibrando no meio disso, adiando definições. Ou o jornal se decide, ou a realidade decidirá por nós"

A situação está preta, mas pode ser vencida. Isso não depende só dos trabalhadores do jornal, mas também de seus leitôres. Sem a mobilização de todos, mais cedo ou mais tarde – provavelmente mais cedo do que tarde – estaremos na pior. Com o apoio de todos, resistiremos e levantaremos o jornal. Mas para que isso seja possível, é necessário olhar de frente a realidade.

Olhar de frente

Se EM TEMPO falir economicamente é porque faliu politicamente, é porque não conseguiu ser o jornal que os seus leitores esperavam. Botemos os pingos nos ii: se nossas vendas estão ainda estacionadas, se as assinaturas pingam a conta-gotas, etc., estamos sendo criticados pela realidade. Não é um paradoxo que a oposição ao regime militar se expanda nacionalmente, engajando massas cada vez mais amplas, e um jornal de oposição não seja capaz de ampliar seu público, definido como um público de oposição? Das duas, uma: ou a conjuntura ou o jornal está errado. Creio que é da segunda alternativa que devemos partir.

Até agora, EM TEMPO não disse claramente a que veio. Costuma ficar em cima do muro em quase todas as questões políticas candentes, em todos os fatos políticos atuais. Folheiem o jornal. EM TEMPO não fala de seu tempo. Os fatos ocorrem e o jornal espera que eles adormeçam. Depois publica um ensaio isto é, um tijolo.

Há três coisas que estão intimamente vinculadas. Três problemas que o jornal tem de solucionar de uma vez por todas, se quiser ser, como se propôs no seu primeiro editorial, "um jornal colado a seu tempo" : o eixo político do jornal, o público e o seu caráter. Não podemos seguir nos equilibrando no meio disso, adiando definições. Ou o jornal se decide, ou a realidade decidirá por nós. No caso, o fim do jornal.

O eixo da nossa linha editorial deve ser a luta pela supressão do regime militar, tarefa política central colocada no caminho do movimento popular. Nossa perspectiva deve estar em auxiliar o desenvolvimento e aprofundamento do movimento operário e popular, única força capaz de travar consequentemente essa luta. Nossa crítica deve estar dirigida principalmente contra o regime militar. É claro que as perspectivas liberais e outras mais devem ser criticadas, mas como subproduto de nossa crítica central ao regime atual.

Isto nos remete ao problema do público. Teoricamente o problema está resolvido. Na Assembléia Geral dos acionistas se definiu: "público de oposição ampla e diferenciada, devendo o jornal dar prioridade às parcelas mobilizadas da classe trabalhadora, entendendo que estas se ampliam gradativamente na luta pelas melhores condições de vida e pelas liberdades democráticas". Carlos Arthur Newlands Júnior, em carta publicada no aparte do nº 11, foi mais conciso e claro ainda: "Isso, compaheiro, é massa". É isso aí: um público de oposição, um público amplo, privilegiando as parcelas mobilizadas da classe trabalhadora. Na prática, entretanto, a teoria é outra. EM TEMPO fala para um público restrito, para algumas camadas da pequena burguesia intelectualizada, fala para quem já sabe das coisas – sabe mesmo?

Denúncias políticas

Chegamos ao problema do caráter do jornal. Aqui se condensam os dois outros problemas. Ser um jornal cujo eixo esteja na luta pela supressão do regime militar e cujo público seja amplo (privilegiando os trabalhadores) implica em ser um jornal de denúncias políticas – denúncias feitas a partir da perspectiva da classe operária – em cima de fatos políticos atuais (dez vezes sublinhado). Não basta explicar a situação de opressão política no geral. Não basta explicar o antagonismo entre operários e patrões. Não basta propagandear o socialismo. É necessário traduzir tudo isso em denúncias que se refiram aos acontecimentos cotidianos, às arbitrariedades no momento que elas ocorrem.

Já se disse (e muito bem dito) que pilhar em flagrante uma arbitrariedade, estigmatizá-la, mostrar os interesses de classe que existem por detrás dela, é fundamental para que se forme uma opinião política de classe nas massas. EM TEMPO faz isso? Não. Porque nossos leitores vibrariam com o jornal se o jornal vem sendo incapaz de vibrar com os fatos que atingem sua vida?

É porque não temos um eixo político suficientemente claro, é por que relutamos em nos dirigirmos para o "grande público", é porque resistimos a ser um jornal de denúncias políticas em cima dos fatos atuais, que estamos onde estamos.

Consultem o último número. Se tirarmos a capa, gerais e apartes, são 12 assuntos em 9 páginas. Uma matéria de meia página em qualquer número é coisa rara. Crescem os artigos e diminuem as letras. Sobram os prolegomenos, os circunlóquios, as ilações, as divagações, as filigranas. Falta ir ao xis da questão. O que sobra é para esconder o que falta (recado para os companheiros de cultura: a palavra tanto revela como esconde, Guimarães Rosa e o deputado baiano que o digam!).

As torrentes de palavras, os tijolos de nosso jornal, esse furor de falar muito é uma roupagem que esconde nossa dificuldade para pegar o touro pelos chifres. EM TEMPO tem de falar curto, claro e grosso sobre os fatos que acontecem no momento em que estão acontecendo, "colar" no seu tempo e no que este tempo está trazendo: o movimento operário e popular em reanimação crescente.

Sinceramente não dá pé de seguir assim. Voltando ao início, a situação financeira está difícil. Temos de mobilizar nossos leitores, mas temos de nos transformar. Eu diria a nossos distribuidores: vendam mais jornais, mas venham vender seu peixe para que o jornal se transforme. A nossos leitores, botem empenho pra levantar financeiramente o jornal, mas botem também a boca no trombone.

O jornal enfrenta uma certa crise. Ela pode levantá-lo ou derrubá-lo de uma vez. A solução depende de algo mais do que dinheiro – embora dependa de dinheiro. O que está em jogo não é a caixa do jornal. É ele próprio."

Eduardo Fernandes - São Paulo (SP)

Aparte

Cartas, críticas, sugestões, apartes, etc, para: rua Mateus Grou, 57 – Pinheiros, São Paulo – CEP: 05415. A redação (por motivo de espaço) se reserva o direito de publicar apenas trechos dos textos recebidos. Mas solicita que os correspondentes façam um esforço para não ultrapassar 50 linhas de texto datilografado, na base de 70 toques por linha. E mais: solicita-se que os correspondentes dêem seus nomes e endereços completos.

Anistia tem mais um Comitê

Em ato realizado na Câmara Muncipal de São Paulo, com cerca de 700 pessoas, incluindo intelectuais, artistas, advogados, médicos, professores e estudantes, foi criado - na noite do último dia 12 - a secção paulista do Comite Brasileiro pela Anistia (CBA). Na reunião aprovou-se a proposta política do orgão, que já recebeu adesão e assinaturas de 29 entidades. Eis o documento:

"Hoje, passados quase quinze anos do instante em que se romperam os quadros democráticos do País, tudo está a indicar que a anistia, a mais ampla e a mais irrestrita, aos delitos políticos cometidos nesse longo período e previstos por uma draconiana legislação de exceção, encontra afinal o seu momento. E deve, por igual, acolher em seu manto, todos os brasileiros que foram apartados do convívio nacional e que anseiam por participar livremente do processo político brasileiro, mas que se encontram de mãos atatadas, presos, cassados, banidos ou exilados, que sofreram e sofrem perseguições, pelas posições políticas que adotaram, porque também, patriotas, ousaram discentir dos senhores do Poder.

A Anistia não sera concedida por mero sentimentalismo, bondade, simpatia, pelo vencido ou misericórdia pessoal. Será sim, fruto de uma conquista, ao final de uma luta travada por todos os setores da sociedade e que se avoluma a cada dia como decorrência natural da situação a que foi levada nossa Pátria.

Qualquer tergiversação nesse campo, será puro engôdo.

Em todos os quadrantes

O movimento pela Anistia, neste angustiante período, que começou já a despontar em 1964, passou a tomar corpo com os comités femininos que se organizaram em todo o território nacional, fruto legítimo da sensibilidade da mulher brasileira, até transformar-se no clamor que hoje se ouve em todos os quadrantes da Pátria, a exigir, como marco inicial para a redemocratização de nossas instituições políticas - a volta ao Estado de Direito - a participação de tantos quantos foram submetidos aos rigores das leis de exceção, por imposição dos chamados atos institucionais ou da lei de segurança nacional.

A paulatina marginalização da sociedade civil dos concertos da República e o progressivo domínio, em todos os setores da vida nacional, das Forças Armadas, nos submeteu a todos a um regime de feições marcadamente diatatoriais, mantido a custa de uma legislação ilegítima, porque não emanada do povo representado no Congresso Nacional, mas imposta como um ato de império (...)

"O murmúrio de ontem se avolumou no clamor de hoje: trabalhadores e intelectuais de todos os matizes postulam por liberdade, pelo fim da exceção, pelo respeito aos direitos do homem e do cidadão, pela efetiva participação no processo político".

Marcados pela ilegitimidade foram dentre outros diplomas o ato institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, ao qual se seguiram a lei de segurança nacional, baixada com o decreto-lei 898, de 29 de setembro de 1969, e, finalmente, a carta outorgada em 17 de outubro do mesmo ano, que recebeu, ainda recentemente - posto o Congresso Nacional em recesso – emendas que a afastaram mais e mais das concepções que devem adornar um sistema democrático de governo (...) A caminhada pelo restabelecimento das liberdades democráticas, que a censura aos meios de comunicação tantas dificuldades tem trazido, prossegue, entretanto, com o apoio sempre crescente da Igreja, dos intelectuais e agora das mais amplas camadas da sociedade, cansados todos da tutela que nos vem sendo imposta (...)

Repudiamos as medidas de meios tons que se anunciam e que a nada irão levar, senão à permanência do sistema burocrático militar que nos oprime e agride a consciência da Nação.

Anistia ampla e irrestrita é a nossa aspiração.

Aqui proclamamos nossa disposição de, unidos, levar à vitória esta luta, hoje anseio de todos os cidadãos brasileiros sedentos de liberdade e justiça."

Comitê Brasileiro pela Anistia – São Paulo (SP)

Padres dão o grito contra a repressão

A Coordenação Pastoral da Cidade Industrial de Belo Horizonte e Contagem, encaminhou ao Secretariado de Segurança Pública de Minas Gerais – no último dia 4 – uma carta-denúncia, assinada por 20 padres que trabalham naquele setor.

Eis a íntegra do documento:

"Os infra-assinados, sacerdotes que compoem a Coordenação Pastoral do Setor Industrial desta Arquidiocese de Belo Horizonte, levamos ao seu conhecimento, a nossa posição face a celebração religiosa do 1º de maio.

Programamos, preparamos e celebramos este ato, como coroamento da Campanha da Fraternidade, lançada em âmbito nacional pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB – e cujo lema neste ano é "Trabalho e Justiça para todos", para concretizar a "fraternidade do mundo do Trabalho" (...)

*Na noite de sexta-feira, dia 28/4, para sábado – 29/4 –, foi invadida a nossa sede, por pessoas que se identificaram como sendo da polícia. Estas pessoas ameaçavam prender o zelador da referida sede e apreenderam diversos documentos da referida sede e diversas publicações de caráter religioso-pastoral. Estranhamos e condenamos tal atitude, não é só pela falta de mandato **ad-hoc**, como também pelo horário noturno e o desrespeito à pessoa e família do zelador.*

Julgamos ser de nosso direito exigir a devolução integral do material apreendido. Além disso, a nossa sede tem sido, repetidas vezes, objeto de uma vigilância que chega a ser ostensiva, contra a qual protestamos veementemente.

Durante a missa campal, no dia 1º de maio, foi notada por nós, pelos operários e seus familiares presentes, assim como pela imprensa falada e escrita, a presença de um grande número de agentes de segurança. Tais agentes se comportaram de maneira incômoda e provocadora, fotografando e tentando amendrontar os fiéis presentes (...)

A este ato religioso compareceram cerca de 10 mil pessoas, que manifestaram pela sua fé, sua coragem e sua tomada de consciência, o grau de amadurecimento humano-cristão alcançado ao fim desta Campanha da Fraternidade (...)

Dada aos acontecimentos, sentimo-nos obrigados a dar conhecimento desta tomada de posição aos meios de comunicação".

Os sacerdotes do Setor Industrial – Belo Horizonte (MG)

SEGURE O PACOTE!

(Faça uma coleção dos primeiros números de EM TEMPO, adquirindo em qualquer de nossas sucursais — ou na sede — o pacote com os nºs. 1 a 10, por apenas Cr$ 60,00).

EM TEMPO

Esta ilustração saiu mutilada no último número de EM TEMPO (pág. 9). Como o acidente alterou o sentido imaginado pelo autor, estamos publicando-a agora na íntegra.

Quem sabe de Luiz Eurico?

*Carta de dona Clélia Tejera Lisbôa, mãe do estudante gaúcho Luiz Eurico, **desaparecido** há quase seis anos, após a notícia de sua prisão em São Paulo.*

"Senhores:

Meu filho, LUIZ EURICO TEJERA LISBÔA, encontra-se desaparecido desde agosto de 1972, e tendo já esgotado todas as possibilidades de encontrá-lo, recorro aos senhores na esperança de, com sua ajuda, obter alguma informação sobre seu paradeiro.

Luiz Eurico trabalhava, durante o ano de 1968, na União Gaúcha de Estudantes Secundários e, nesse período, foi constantemente perseguido e algumas vezes preso, juntamente com outros colegas da entidade.

Tal perseguição culminou num processo, onde Luiz Eurico e outros colegas eram acusados de tentar ajudar os alunos do Colégio Júlio de Castilhos a reabrir o gremio estudantil fechado pela Diretoria do colégio.

Em face da falta absoluta de provas, Luiz Eurico foi absolvido pela Auditoria do Exército, em Porto Alegre. Passado o período legal para que a Promotoria recoresse contra a absolvição, o advogado de meu filho deu o processo por encerrado.

Nessa época, meu filho se preparava para ingressar na faculdade, e trabalhava no 1º Tabelionato, na Rua Andrade Neves, não tendo mais qualquer vínculo com os secundaristas.

Entretanto, em novembro de 1969, tomamos conhecimento através de uma nota publicada no Correio do Povo, de que Luiz Eurico havia sido condenado a 6 meses de prisão pelo Supremo Tribunal Militar.

Temendo por sua integridade física, já que, das outras vezes em que fora preso, meu filho ficara por 24 horas dentro de uma cela minúscula e imunda, sem receber qualquer tipo de alimento ou sequer uma gota d'água, além de ter sido ameaçado de internamento em um Manicômio Judiciário caso voltasse à prisão; como também pelo fato de não ter a mínima garantia de que tal pena, decretada de forma ilegal e sem o conhecimento do próprio advogado, se prolongasse por mais tempo, meu filho optou por não se apresentar às autoridades, viajando para o centro do País em busca de uma nova vida.

Apesar de, desde então, não mais ter visto meu filho, recebia regularmente suas cartas e ansiava pelo momento de tê-lo novamente em casa. Até que no início de agosto de 1972, recebi um telefonema com a notícia de que Luiz Eurico havia sido preso em São Paulo, fato que não foi reconhecido pelas autoridades, apesar das inúmeras tentativas que fizemos.

Passados já quase seis anos sem qualquer notícia sobre meu filho, certa de que ele se comunicaria se pudesse, e temendo até por sua vida, venho solicitar aos senhores, tornar público tal fato, na esperança de que sua prisão seja enfim reconhecida e de que seja informado seu paradeiro.

Uno minha voz à de outras tantas mães desesperadas, e apelo, por intermédio dessa Comissão, as autoridades e a qualquer pessoa que porventura tenha qualquer informação sobre meu filho.

Agradecemos desde já a intervenção e colaboração dos senhores, subscrevo-me atenciosamente."

Cléia Tejera Lisbôa - Porto Alegre (RS)

(O original desta carta está sendo encaminhado ao Movimento Feminino pela Anistia e à Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, bem como à Anistia Internacional).

SÓ FALTAVA A SECA

O bóia-fria Delviro e suas andanças pelo norte do Paraná, Mato Grosso, rumo a São Paulo em busca de emprego. Foram 206 quilômetros até Sorocaba, onde contou sua história.

"Do jeito que essa seca arruinou a lavoura, nem que chovê agora vai melhorar pros trabalhador. Esse ano vai ser difícil ter boa colheita". Delviro Gonçalves afirma isso com a certeza de quem, há cinco meses sem ver chuva, vem andando pela região do Paraná e Mato Grosso. Mineiro, de Mantena, 30 anos, solteiro, andou 206 quilômetros "de pé" em direção a São Paulo, "porque a fama de São Paulo, é sempre que aqui a gente nunca fica à toa."

Em frente à estação de trem de Sorocaba, sentado numa escadinha de cimento, Delviro vai contando da seca enquanto uma nuvem negra se junta sobre as nossas cabeças.

–"Vim de pé, de Umuarama a Jurana, vi tudo de perto; nas estradas as casas vazias, largadas, do pessoal que saiu e largou tudo prá lá; na cidade, Londrina ou Maringá, pra não dizer que não tem nada, nada é 150 pessoas deitadas na estação, andando pela cidade procurando serviço, que não tem, ou um jeito de fazer a passagem e ir embora. Quem não sai é porque não tem como sair, ninguém dá serviço nem passagem. O que o pessoal tá fazendo? Procurando o que comer, as prefeitura não faz nada pra ajudar mesmo. Em Cascavel o pessoal do SOS (Serviço de Obras Sociais) o que faz é, junto com a polícia, prender as pessoas por três dias e depois mandar embora da cidade".

Sorocaba é um típico ex-município rural do sudoeste paulista, hoje voltado pra uma industrialização crescente. 105 fábricas instaladas nos últimos cinco anos, que vão rapidamente empurrando a "zona rural" para os municípios vizinhos, formando o popular "cinturão verde", comum nas áreas industrializadas. Assim, Sorocaba, nas últimas semanas vem recebendo, absorvendo parte e despachando o resto das dezenas de famílias corridas da seca à procura de que o sol não evapore o que restou mas tá difícil:

Encontrei Delviro quando ele acabava de descer do trem que vinha de Ourinhos. Na porta da estação, uma bolsa de plástico presa nas costas, feito mochila, e uma sacola na mão. Olha pra cidade sem muito interesse, com sono. Sentamos pra conversar e ele vai explicando: "Não ia descer aqui, não. Quero ir pra Piracicaba. Tem uma usina la que tá precisando de gente pra cortar cana, mas eu dormi no trem – fazia mais de dois dias que não dormia – e o chefe não me avisou..."

A fala solta de Delviro mostra a vontade simples que ele tinha de conversar com alguém. Falamos da vida: "Não é fácil, mas a gente veve. Andei de pé 206 km, porque tinha que sair daquele lugar e não tinha como fazer a passagem de trem, cheguei a passar um dia inteiro sem comer, passando pelas casas, tudo vazia. Perto de Jurana, depois de andar três dias e meio, passei na casa de uma família com a mulher, o velho e 7 filhos. Queria vender um rádio, mas eles não tinham um tostão, acabei deixando um capote pr'eles se esquentar e eles me deram feijão com mandioca que era só o que tinha pra comer. É assim, a gente não tem nada e o que tem acaba tendo que vender pra fazer algum dinheiro, ir pra algum lugar ou comer alguma coisa. Quando eu vim de Minas, trouxe um rádio e um relógio. Tive que vender tudo, até roupa de frio, cobertor, tive que vender."

"Tá todo mundo querendo vim embora"

Delviro repetiu isso muitas vezes, "não tem onde trabalhar, não tem o que comer e agora não tem nem como sair." Pego de fotografar uma família que vai passando, carregando o que sobrou na cabeça e aproveito pra fazer as fotos de Delviro. Um rosto bonito – sério ou rindo. Rindo ele comenta "se você fosse em Londrina é que ia ver o que é tirar fotografia, não ia nem caber na maquina, de tanta gente que tem." Rimos, mas por dentro o "intelectualzinho" lembra de uma frase antiga de poeta: "De que o povo ri, de fome?" Não sei, não deve ser, mas não sei. Continuamos a rir... e com fome.

A ponte entre uma idéia e outra e Delviro voltar a falar do que ele também chama de crise. "Do jeito que tá lá, se a gente tirar cem cruzeiros do bolso no meio da rua, acaba ficando sem. Se repartir com todo mundo... cada um precisa de um treco, é pão, é comida, é roupa. Procê ver: eu tinha 4 camisas; dei três."

E Minas Gerais? "Tá bom, agora. Eles tão indo até em Londrina **justar** gente pra apanhar café. Antigamente ia do Paraná em Minas **justar** pra colheita; agora vai de Minas em Londrina. Antigamente o Paraná era bom e Minas não prestava; hoje Minas virou Paraná e o Paraná virou Minas. Lá eles tão pagando Cr$ 20,00 por saca" Pequena explicação: um homem consegue encher, no máximo três sacas de café por dia.

Delviro já andou por muito lugar, é o que se poderia chamar um camponês errante. Ou pra quebrar o romantismo: um bóia-fria profissional.

"Já trabalhei na cidade também, mas prefiro a lavoura. Não é que ganhe mais, mas tem sempre uma fruta pra chupar, não precisa de roupa muito boa. Cidade tem que ter mais luxo, sai mais caro. No Espirito Santo trabalhei perto de Vitória, na Aracruz que é a dona da cidade. Um troço sem quantidade de grande. Tem até um banco."

No Paraguai, Delviro já trabalhou duas vezes, "em fazenda de brasileiro, um tal de João, que tem terra no Mato Grosso e no Paraguai" Da experiência de ganhar em cruzeiros e viver em guaranis, Delviro guarda as lembranças do corte de cabelo Cr$ 12,00 e da comida "muito ruim que os paraguaio come todo dia porque não tem outra: um caldo de carne, quando tem, e um pouco de mandioca."

Convido Delviro prá almoçar e continuar o papo, ele conta que saiu de Minas, a última vez, em novembro passado, pra casar com uma moça em Umuarama, "mas o pai dela não quis deixar e a lavoura começou a fracassar, eu não tinha dinheiro, tive que sair procurando trabalho pra me sustentar. Não adiantava querer botar mais um nessa história de necessidade". Vamos comendo e falando da vida nada à toa de quem vive trabalha só pra comer... e pra trabalhar mais. Delviro olha pra rua e ri um riso largo de gosto: "Tá chovendo mesmo, o asfalto tá todo molhadim". Brinca com o garçom: "Ô **galção**, como é que é mesmo o nome desse negócio que tá caindo ali fora que eu já me esqueci?" Mais tarde, antes da gente se despedir, ele me pede um pedaço de papel escreve e me mostra. "Do dia 13 de janeiro de 1978; foi chover no dia 15 de maio de 1978"

Desde o começo tô querendo saber o que Delviro acha que o governo devia fazer pra resolver o problema das pessoas que não têm onde trabalhar. Consigo: "o que o governo devia fazer era, pelo menos, dar passagem pra quem precisa; assim a gente podia procurar trabalho ou ir pra casa se quisesse. Mas nem isso eles fazem."

Provoco de novo, perguntando se agora com a chuvas, as coisas podem melhorar no Paraná. Mas ele mesmo rindo não muda de idéia. "Melhora, no Parana, esse ano, eu acho que não vai ter não. Mesmo que chova vai ter que trocar tudo. Plantar tudo de novo. O pessoal, no Parana, quando uma plantação dá bem um ano, no ano seguinte todo mundo só planta aquilo. Esse ano foi a soja e o algodão. A soja secô toda, se tacar fogo, pega; o algodão murchou. Até pé de laranjeira secou que parece que foi arrancado."

Na Rodoviária

Delviro vai pra estação esperar o trem que passa às 19h pra voltar 2 ou 3 estações e chegar na usina de açúcar, em Piracicaba dessa vez. Tomo o rumo da rodoviária. Quero achar uma família grande e descobrir como é que conseguem viver assim.

Na família de "seu" Vilarino Gabriel, de 53 anos, são 13. "Três trabalhando pra sustentar nós e mais 10. Não dá." Vilarino era guarda municipal da prefeitura de Apucarana, Paraná, ganhando Cr$ 860,00 por mês, mais 60 horas extras – o que dava pouco mais de mil cruzeiros. Com os filhos, juntos não chegavam a três mil. O clima, de repente vai ficando tenso. Seu Vilarino me mostra os documentos que tem pra provar que o que diz é verdade mesmo, que ganha aquilo mesmo, como se eu pudesse duvidar. Isso instiga o policial de plantão, que pede pra ver o meu também: faz questão de frisar que o prazo termina em 79. Sai. Vilarino fala com raiva; voz forte e alta, pra quem estiver por perto ouvir. Os filhos menores se achegam, acompanham rindo; "Vim embora porque não tinha serviço que sustentasse as família toda. E tem muita gente querendo sair também. Não tem trabalho, e quando tem o dinheiro não dá. Trabalhei na prefeitura 13 meses ganhando miséria. Trabalhava 12 horas por dia e quando saí eles me deram uma recomendação como **trabalhador braçal"**

Depois do caso com o policial, a mulher de "seu" Vilarino chamou-o no canto e disse pra parar de falar comigo. Ele insiste e ela abre o jogo: "Se ele não tá pagando, nem ganhando, não tem que informar nada. Se ele tem uma fazenda, bota a gente pra trabalhar; se tem uma firma, bota a gente pra trabalhar lá; se não tem, tá limpo, não tem que falar nada."

Sem jeito de tentar qualquer explicação, insisto duas perguntas a Vilarino: Como é que dá pra 13 pessoas viverem com menos de quatro mil cruzeiros? E se ele sabia quanto ia ganhar na usina de açúcar de Piracicaba pra onde estava indo, como Delviro, Em resposta, uma dupla negativa , sincera: **"Não dá" e "Não sei".**

Ennio Brauns Fº

ENNIO BRAUNS Fº

"Eles estão sempre chegando"

Apesar do noticiário do jornal Cruzeiro do Sul, de Sorocaba, afirmando que mais de 200 pessoas chegaram à cidade nas últimas semanas, a única informação fornecida pelo Serviço de Obras Sociais de Sorocaba que mantém uma caminhonete em frente à estrada de ferro para recolher as famílias que chegam é que o dia de maior movimento foi na quinta-feira (11/5), quando chegaram cinco famílias. Com medo até mesmo de conversar sobre o assunto, atendente do SOS me encaminha ao diretor de relações públicas, Wanderlei José Testa, com a indicação de que "ele é jornalista também e sabe melhor como as coisas devem sair no jornal". Wanderley Testa, me recebe em seu escritório na Metalúrgica Nossa Senhora da Aparecida, onde também é relações públicas. Começa estranhamente afirmando que "a Aparecida emprega com total preferência o pessoal que vem do Paraná'.

Inrompe pela sala o responsável pelo recrutamento, afirmando categóricamente que está querendo "abrir um quadro" especial só pro pessoal que vem do Paraná. Wanderley me olha intrigado como querendo advinhar quê já tinham me dito lá no SOS. O recurtador continua: "por dia está chegando, pelo menos trinta aqui pedindo trabalho. Hoje eu mandei todos todos embora porque não tinha vaga, mas amanhã eles voltam. Eles estão sempre chegando". Wanderley tanta explicar, dá a volta por cima, fala da tradição da Aparecida, "41 anos dedicados ao progresso de Sorocaba", e me apresenta o jornal "Lingotinho", editado por ele mesmo, onde em uma página inteira, entre depoimentos de operários e citações do economista Paul Singer, procura explicar porque os "Migrantes do Paraná Escolhem A Aparecida"

Comprovada tortura em Recife

Sexta-feira está se tornando um dia fatídico no Recife. Há quarenta dias, numa sexta de madrugada, foram presos Edilson Freire Maciel, Selma Bandeira Mendes, Valmir Costa e Maria Aparecida dos Santos. Vinte dias depois, também numa sexta, Leci Alves de Moura foi retirada à força de sua casa e levada para a Polícia Federal.

Na ultima sexta-feira, dia 12, foi a vez de Edival Nunes da Silva **(Cajá)**, estudante de Ciências Sociais e membro da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife, também integrante da Pastoral da Juventude daquela Arquidiocese e do Diretório Academico do Centro de Filosofia e Ciências Humanas e do DCE da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Procurado pelo DCE no domingo, o reitor Paulo Maciel entrou em contato com a Polícia Federal, que confirmou a prisão de Cajá.

Na segunda-feira, dia 15 de maio, já pela manhã, toda a UFPE, amanheceu cheia de faixas e cartazes denunciando o sequestro do estudante. Até a quarta-feira, cerca de 4000 alunos dos cursos de Ciências Sociais, História, Pedagogia, Psicologia, Biblioteconomia, Arquitetura, Desenho Industrial, Comunicação Visual, Letras e Fisica, além dos mestrados de Economia, Fisica, Sociologia e Desenvolvimento Urbano entraram em greve, exigindo a imediata quebra da incomunicabilidade, a integridade física e psicológica e a libertação de **Cajá**. O movimento se alastra dentro da UFPE e tende a atingir as outras Universidades do Recife (Rural e Catolica). Na Rural uma assembléia de 400 alunos já decretou "Esado de Alerta" e prevê-se deflagração de Greve Geral.

Fora da Universidade, vários setores se manifestaram solidários com os estudantes. A Comissão de Justiça e Paz está em assembléia permanente, o mesmo acontecendo com o Trabalho Conjunto, que reúne quase duas dezenas de entidades e movimentos. Sexta-feira passada, no Campus da Católica, houve um ato público promovido pelo Trabalho Conjunto em repudio à repressão e exigindo a imediata libertação de Cajá.

TORTURAS

A intensa mobilização criada em torno do seqüestro do estudante levou a Polícia Federal a permitir que sua mãe e o reitor da UFPE pudessem vê-lo, ainda que rapidamente e sem poder dirigir-lhe a palavra. Retornando ao Campus da UFPE, o reitor compareceu a uma assembleia geral com cerca de 1000 participantes, onde relatou sua visita ao preso. Sobre as condições de **Cajá** disse: "Exteriormente, ele me pareceu bem, embora eu não seja médico para afirma-lo."

As pressões levaram também a Polícia Federal a solicitar uma pericia traumatológica ao Instituto de Medicina Legal de Pernambuco. O laudo médico, liberado na quarta-feira à noite, esclarece: "Os médicos legistas abaixo-assinados (...), examinando às 11 horas do dia 17 de maio de 1978 a pessoa de Edival Nunes da Silva (...) verificaram o que a seguir descrevem: 1 – Houve lesão à integridade corporal ou à saúde do examinado? Resposta: Sim. 2 – Qual o instrumento ou meio que a ocasionou? Resposta: Instrumento contundente. (...) Informa o periciano **(Cajá)** que foi espancado por agentes da Polícia Federal ha poucos dias.

Aos exames constatamos: duas escoriações cobertas por crosta, situadas acima e abaixo do maléolo interno direito (...)". Assinam os doutores Lúcio José Rodrigues e João Luiz dos Santos Neto, Medicos Legistas.

Na última quinta-feira à noite, informou-se que haviam recomeçado as torturas contra o estudante, agora com mais intensidade ainda. A greve decretada na UFPE ampliou-se para os cursos de Engenharia e Educação, num total de doze mil estudantes. O bispo D. Helder Câmara divulgou nota de protesto contra a prisão do estudante exigindo um médico de sua família para examiná-lo. O movimento não se limita a exigir a liberação do detido, mas também anistia ampla, geral e irrestrita. (Sucursal de Pernambuco).

Greve de fome

Passam os oito dias, o isolamento permanece.

O isolamento de Carlos Alberto Soares e Rholine Sonde Cavalcanti, os dois condenados à prisão pérpetua pela Lei de Segurança Nacional que foram o pivô da greve de fome nacional dos presos políticos, não foi quebrado no prazo prometido pelo juiz auditor de Recife, José Bolivar Regis, isto é, oito dias. Ele adiou para segunda feira o seu despacho sob alegação de demora na conclusão dos autos. Permanece ainda a expectativa em torno das medidas que o governo tomará no caso. Em Tempo publica o depoimento de Rholine, avaliando o movimento da greve de fome:

Rholine S. Cavalcanti

"É bom resssaltar que caso o atual auditor cumpra os compromissos assumidos (compromissos anteriores não foram concretizados) nossa volta à vida coletiva não se dará de formas plena. O que realmente acontecerá sera uma suavização do isolamento que nos foi imposto por mais de dois anos e meio.

Do ponto de vista pessoal, a novas situação servirá para, até certo ponto, melhorar minha estabilidade emocional. A eliminação do isolamento terá esta função estabilizadoras. É evidente que minha vida sofrerá alterações consideráveis, já que poderei participar de algumas atividades vinculadas à comunidade dos presos políticos.

A história dos presos políticos de Itamaracá tem sido ao longo de muitos anos uma história de incessantes lutas dentro de correlações de forças desfavoráveis e sempre com o objetivo de que os direitos humanos fossem respeitados. Estas lutas materializaram-se através de incontaveis documentos de denúncias e várias greves de fome, protestando contra as pessimas condições carcerárias que nos sufocam. Denunciamos também torturas praticadas em presos comuns.

Sustentados nas forças políticas mais conservadoras e repressivas que compõe o regime atual, os brutais e mesquinhos carcereiros quer nos perseguem não conseguiram e não conseguirão jamais transformar-nos numa massa amorfa e desorganizada como tantos sonham. Nossa disposição de luta, nossa combatividade nos premiou com a condição de presos políticos.

Do ponto de vista mais geral, a quebra do isolamento representaras um avanço nas lutas dos presos políticos do Brasil. A última greve de fome de Itamaracá deflagrada contra o meu isolamento e o de Carlos Alberto, contou com a solidariedade dos presos políticos do país e, com uma mobilização nacional das forças democraticas, transformando-se, assim, num fato político nacional. Muito se falou em direitos humanos e foram realizadas expressivas manifestações em favor da anistia ampla, geral e irrestrita para todos os atingidos pelo regime anti-democrático instalado no país em 1964. Agora mais do que nunca, não estaremos sós."

Cobertura da greve no abc págs. 5,6 e 7

EM TEMPO: